



Aos quatro dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, realizou-se, pelas dezasseis horas e quarenta e cinco minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

A reunião foi presidida pela Sra. Presidente da Câmara, Maria das Dores Marques Banheiro Meira e na mesma estiveram presentes os Srs. Vereadores, Maria do Carmo Pato Tiago (SET-V25), Fernando Miguel Catarino José (PS), António Carlos Almeida Cachaço (CH), Paulo Manuel Maia da Silva (SET-V25), Joel Alexandre Neves Marques (PS), Nuno Miguel Rodrigues Barradas Costa (CDU), Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues (PS), Edgar Alberto Cardim de Jesus (CH), Bruno Miguel de Almeida Russo (SET-V25) e Ana José Manita Vaz de Carvalho (PS).

Secretariou a reunião o Diretor do Departamento Financeiro e Recursos Tecnológicos, António Manuel Palhas de Jesus Pereira de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 1.

Ordem de Trabalhos

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
- 1. Informações à Câmara (eventual apresentação)**
 - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia**
 - 3. Apresentação de saudações, recomendações, votos de louvor, votos de pesar e moções.**
- B) Período da Ordem do Dia**
- 1. Projeto da Ata n.º 05A/2025 - Reunião ordinária de 17 de dezembro de 2025**
 - 2. Deliberação n.º 65/2026 – Proposta n.º 17/2026 – GAP – Atribuição de Louvor**
 - 3. Deliberação n.º 66/2026 – Proposta n.º 18/2026 – GAP – Empreitada de “Reabilitação da Rede de Água na Rua Cidade de Porto Seguro e Envolventes” - Delegação de Competências, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar - SMS**
 - 4. Deliberação n.º 67/2026 – Proposta n.º 19/2026 – GAP – Celebração de aditamento ao Contrato de Recolha de Efluentes com a SIMARSUL e de dois protocolos relativos às Estações Elevatórias de Águas Residuais Santo Ovídeo e Faralhão e à Estação de Tratamento de Águas Residuais Figueirinha, com a mesma entidade - SMS**
 - 5. Deliberação n.º 68/2026 – Proposta n.º 20/2026 – GAP – Proposta de Protocolo de Transferência de Responsabilidades entre a Câmara Municipal de Setúbal e os Serviços Municipalizados de Setúbal – SMS**
 - 6. Deliberação n.º 69/2026 – Proposta n.º 21/2026 – GAP – Projeto de Regulamento de organização e funcionamento da Polícia Municipal do Município de Setúbal - Consulta pública**
 - 7. Deliberação n.º 70/2026 – Proposta n.º 22/2026 – GAP – Proposta de procedimentos e taxas a aplicar no âmbito do Regulamento Municipal de Utilização da Ponte Cais do Portinho da Arrábida e dos Espaços de**

4

Amarração do Portinho da Arrábida, Galapos e do Parque Marinho Luiz Saldanha

8. **Deliberação n.º 71/2026 – Proposta n.º 04/2026 – DECDSJ – Continuidade da adesão da Câmara Municipal de Setúbal à Associação Música, Educação e Cultura (AMEC) na qualidade de Associado Promotor**
9. **Deliberação n.º 72/2026 – Proposta n.º 05/2026 – DECDSJ/DIDAF – Clube Naval Setubalense – Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo**
10. **Deliberação n.º 73/2026 – Proposta n.º 06/2026 – DECDSJ/DIDAF – Associação Ritmus Bounce/Academia de Dança - Apoio financeiro**
11. **Deliberação n.º 74/2026 – Proposta n.º 07/2026 – DECDSJ/DIDAF – Federação Portuguesa de Remo - Apoio financeiro**
12. **Deliberação n.º 75/2026 – Proposta n.º 08/2026 – DECDSJ/DIDAF – União Cultural, Recreativa e Desportiva Praiense - Apoio financeiro - Ratificação**
13. **Deliberação n.º 76/2026 – Proposta n.º 09/2026 – DECDSJ/DIDAF – Associação Orientadora Natação Desportiva em Azeitão (AONDA) - Apoio financeiro**
14. **Deliberação n.º 77/2026 – Proposta n.º 10/2026 – DECDSJ/DIDAF – Academia Clube de Rugby de Setúbal – Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo**
15. **Deliberação n.º 78/2026 – Proposta n.º 11/2026 – DECDSJ/DIDAF – Protocolos de colaboração e apoio financeiro às Instituições parceiras nos Projetos Desportivos Municipais “Desportivamente em (Re)Forma” e “Desporto nas Escolas – 1.º Ciclo”**
16. **Deliberação n.º 79/2026 – Proposta n.º 12/2026 – DECDSJ/DIDAF – Feira Náutica de Setúbal 2026 – Taxas de aluguer de espaços de exposição**
17. **Deliberação n.º 80/2026 – Proposta n.º 13/2026 – DECDSJ/DICUL – Apoio referente às bilheteiras acordadas com as entidades de cariz cultural e artístico**
18. **Deliberação n.º 81/2026 – Proposta n.º 14/2026 – DECDSJ/DICUL – Apoio à Associação Portuguesa dos Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Setúbal - Marchas Populares 2026**
19. **Deliberação n.º 82/2026 – Proposta n.º 15/2026 – DECDSJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação Setúbal Voz**
20. **Deliberação n.º 83/2026 – Proposta n.º 16/2026 – DECDSJ/DICUL – Concurso das Marchas Populares de Setúbal 2026 – Apoio financeiro às entidades participantes extraconcurso**
21. **Deliberação n.º 84/2026 – Proposta n.º 17/2026 – DECDSJ/DICUL – Concurso das Marchas Populares de Setúbal 2026 – Apoio financeiro às entidades participantes**
22. **Deliberação n.º 85/2026 – Proposta n.º 18/2026 – DECDSJ/DICUL – Apoio ao Folk – Setúbal Danças e Tradições do Mundo – 48.º Festival Nacional e 5.º Internacional de Folclore de Setúbal, Praias do Sado – Apoio financeiro**
23. **Deliberação n.º 86/2026 – Proposta n.º 19/2026 – DECDSJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e o Coral Luísa Todi**
24. **Deliberação n.º 87/2026 – Proposta n.º 20/2026 – DECDSJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a GATEM - Grupo de Animação e Teatro Espelho Mágico, Cooperativa Cultural**
25. **Deliberação n.º 88/2026 – Proposta n.º 21/2026 – DECDSJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e o TAS – Teatro Animação de Setúbal**
26. **Deliberação n.º 89/2026 – Proposta n.º 22/2026 – DECDSJ/DICUL – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e o TEF – Teatro Estúdio Fontenova**

4

27. **Deliberação n.º 90/2026 – Proposta n.º 23/2026 – DECDSJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Academia de Dança Contemporânea de Setúbal**
28. **Deliberação n.º 91/2026 – Proposta n.º 01/2026 – DEBA/DIAPE – Apoio financeiro aos Agrupamentos de Escolas para aquisição de material de desgaste referente ao ano letivo 2025/2026**
29. **Deliberação n.º 92/2026 – Proposta n.º 02/2026 – DEBA/DIAPE – Apoio financeiro aos Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas do Concelho para despesas de funcionamento – Manutenção e reparação de equipamentos de cozinha – Refeitórios 2.º, 3.º Ciclos e Secundário 2025/2026**
30. **Deliberação n.º 93/2026 – Proposta n.º 03/2026 – DEBA/DIAPE – Apoio financeiro aos Agrupamentos de Escolas para visitas de estudo referente ao ano letivo 2025/2026**
31. **Deliberação n.º 94/2026 – Proposta n.º 04/2026 – DEBA/DIAPE – Apoio financeiro aos Agrupamentos de Escolas do Concelho para despesas de funcionamento – Manutenção e reparação de equipamentos de cozinha – Refeitórios 1.º Ciclo 2025/2026**
32. **Deliberação n.º 95/2026 – Proposta n.º 05/2026 – DEBA/DIAPE – Ação Social Escolar 2026 – Lanche para estudantes dos 2.º e 3.º Ciclos e Ensino Secundário**
33. **Deliberação n.º 96/2026 – Proposta n.º 06/2026 – DEBA/DIAPE – Representantes do Município de Setúbal nos Conselhos Gerais de Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas do Conselho 2025/2029**
34. **Deliberação n.º 97/2026 – Proposta n.º 16/2026 – DEFIRT/GGP – Concessão de exploração de um Terreno Municipal para construção e exploração de Campos de Padel no Parque Verde de Vanicelos - Isenção extraordinária de renda**
35. **Deliberação n.º 98/2026 – Proposta n.º 05/2026 – DEGEPC/DIGEP – Gestão dos recursos humanos em função do orçamento e do mapa de pessoal aprovados para o ano de 2026 / Montante dos encargos para o ano de 2026**
36. **Deliberação n.º 99/2026 – Proposta n.º 03/2026 – GAVCDU – Intervenção Estrutural na Rua António Lourenço – Freguesia do Sado**
37. **Deliberação n.º 100/2026 – Proposta n.º 04/2026 – GAVCDU – Proposta para a Construção de Passeio Pedonal na Rua da Cascalheira como Ligação Segura entre Áreas Residencial e Comercial**
38. **Deliberação n.º 101/2026 – Proposta n.º 05/2026 – GAVCDU – Criação de Comissão de Trabalho para elaboração do Regimento das Reuniões da Câmara Municipal de Setúbal - RETIRADA**

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Gabinete de Apoio à Presidência (GAP), conforme documento anexo registado sob o n.º 2;
- b) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Cultura, Desporto e Juventude (DCDJ), conforme documento anexo registado sob o n.º 3;

- c) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito do Departamento de Educação e Bibliotecas (DEB), conforme documento anexo registado sob o n.º 4;
- d) Foi dado conhecimento das listagens relativas aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Recurso Humanos (DRH), conforme documento anexo registado sob o n.º 5;
- e) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal (CBSS), conforme documento anexo registado sob o n.º 6;

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sra. Presidente – Começou por referir que iria colocar ali algumas informações, para conhecimento de todos, por parte do Executivo da Câmara, partilhava com os Vereadores algumas informações sobre a atividade municipal, de grande importância e relevância, começando pela reunião extraordinária da CIM, do Conselho Intermunicipal. No sábado anterior tinham participado numa reunião extraordinária da CIM, com os Presidentes da Câmara Municipal da região, exclusivamente para discutir as questões da Saúde, mais particularmente o encerramento das urgências de obstetria e ginecologia do Hospital de Nossa Senhora do Rosário no Barreiro. Essa medida enquadrava-se no novo modelo do SNS, que previa a centralização de serviços no Hospital Garcia da Orta, em Almada. O território da Península de Setúbal era marcado por elevado envelhecimento da população e a mortalidade infantil superava a média nacional. Tinham-se registado diversos episódios que revelavam fragilidades e receavam que a situação se pudesse agravar com tempos de deslocação mais longos. A concentração de recursos no Garcia da Orta ameaçava sobrecarga hospitalar, elevava riscos materno-infantis e intensificava fragilidades no contexto do crescimento populacional e de desenvolvimento da região de Setúbal. No que respeitava ao Centro Hospitalar de Setúbal - e também na reunião da CIM - tinha transmitido as suas preocupações, e que essas urgências continuavam em funcionamento, mas estavam preocupados com a capacidade de resposta à população do concelho e também às populações do Litoral Alentejano, que eram servidas pelo Hospital de São Bernardo. Uma das primeiras medidas que tinha tomado, nos primeiros dias de mandato, tinha sido solicitar uma reunião à Ministra da Saúde, como na altura tinha informado ali aos senhores vereadores. A reunião tinha sido rapidamente agendada e tinha discutido com a senhora Ministra várias questões relacionadas com o hospital e os centros de saúde. Tinham conseguido, com o Ministério e com a ULS Arrábida, evitar o encerramento da unidade de Saúde Familiar da Beira Mar, que teria acontecido em janeiro. Estava em funcionamento, felizmente. A Câmara Municipal estava a tentar ajudar a resolver outras questões que afetavam o hospital, os seus funcionários e os seus utentes, como por exemplo, o estacionamento que não existia e que não tinha sido contemplado na obra que estava em curso. Quanto aos serviços de saúde, tinham de ser a ULS e o Ministério a resolver. Continuariam atentos, a agir e a exigir o que entendiam importante para os setubalenses e azeitonenses. Depois dessa avaliação, os nove Presidentes da Câmara que integravam a CIM da Península de Setúbal, tinham avançado com uma ação coordenada e concentrada, deslocando-se ao Ministério da Saúde para manifestar as suas preocupações e discordâncias e solicitar uma reunião. Tinha estado nessa Delegação a Vice-Presidente da Câmara, a Dra. Maria do Carmo Tiago, uma vez que a Sra. Presidente estava numa outra representação. Sabiam que havia falta de médicos e que os recursos eram limitados e essa era uma questão que se arrastava havia muitos anos e vários governos. Mas era preciso encontrar soluções razoáveis para responder às necessidades da região, envolvendo os autarcas e os profissionais de saúde na discussão e na procura de

soluções, o que levaria a que fosse mais fácil construir novos caminhos, era essa a sua opinião. Tinha-se realizado também, na semana anterior, uma reunião com o Conselho Metropolitano, que tinha contado com a presença do Ministro Pinto Luz - que tinha a pasta das Infraestruturas e Habitação, para discutir os danos causados pelas tempestades, no território dos dezoito municípios da Área Metropolitana de Lisboa. O Ministro tinha dado a conhecer o programa do PTRR - Portugal Transformação, Recuperação e Resiliência, anunciado pelo Governo para fazer face à recuperação dos danos resultantes das sucessivas intempéries que tinham afetado o território nacional e aumentar a resiliência do país. No dia anterior, na CCDR, tinham tido também uma reunião com o Ministro Manuel Castro Almeida - que era o Ministro da Economia e da Coesão Territorial. Numa e noutra reunião tinham ficado a conhecer os objetivos e eixos já definidos, no que respeitava ao PTRR e a linhas de financiamento. Aguardavam a regulamentação que sairia sobre esse assunto. Às entidades que tutelavam diversas áreas de governação, fosse na Área Metropolitana de Lisboa, na região de Lisboa e Vale do Tejo, na Educação, na Cultura, no Turismo, no Ambiente, nas Áreas Protegidas e Florestas, a todas as Câmaras Municipais de Setúbal, já tinha sido enviado um levantamento exaustivo dos danos ocorridos no município, relativamente a infraestruturas e equipamentos, fossem públicos ou do movimento associativo, decorrentes dos vários episódios climáticos e, também, um levantamento de intervenções no contexto da resiliência. Porque importava investir na prevenção de eventos futuros que, infelizmente, como sabiam, seriam cada vez mais frequentes. O trabalho incansável que os serviços municipais, os trabalhadores da Câmara, os serviços Municipalizados, as juntas de freguesia, tinham realizado, merecia ser valorizado e reconhecido. Acresciam ainda a essa lista, diversas entidades públicas e privadas e os seus trabalhadores, que em diferentes áreas de ação tinham procurado reparar e repor a normalidade na vida e no país, bem como no Concelho de Setúbal. Nessa conjuntura absolutamente extraordinária da vida, era tremendamente injusto acusar essas entidades de inércia, como tinham feito os vereadores do PS nas redes sociais, era injusto, revelava falta de sensibilidade e oportunismo político de uma situação de catástrofe e era falso. Estavam certos de que os setubalenses não se reviam nessas acusações, nem os setubalenses nem todos os trabalhadores e técnicos da Câmara Municipal, dos serviços Municipalizados, das juntas de freguesia e outras entidades que se tinham associado a esse levantamento, que tinha sido Hercúlio, por todo o Concelho. Voltando aos serviços municipais, tinham trabalhado muitas horas diárias, fins de semana, feriados incluídos e agradecia-lhes muito pelo excelente trabalho que tinham realizado. Com certeza os setubalenses também eram gratos por isso. Diariamente registavam-se novas ocorrências, porque os solos estavam instáveis e a proteção civil e todos os serviços estavam permanentemente a acorrer a novas situações. Paralelamente estavam a tratar dos procedimentos de contratação de empresas para a resolução de danos no território, assim como a avaliar soluções para a reparação de outros. Estavam também de olhos postos no futuro, nas obras e ações que eram necessárias realizar para reforçar a capacidade de resistir a tempestades que viriam certamente. Tinham, nessa altura, um levantamento na ordem dos cinquenta milhões de euros, sobretudo na recuperação, mas apontando para o quadro de resiliência. Tinham realizado visitas técnicas ao terreno, reuniões de trabalho internas e externas, tinha sido constituída a Comissão Municipal de Avaliação para a Recuperação e Resiliência, com dez quadros de diferentes serviços - municipais e dos SMS. Estavam a fazer o seu trabalho e isso vinha sendo reconhecido no contexto metropolitano e da CCDR. Por último, na segunda-feira anterior tinham estado na administração portuária, onde tinha sido publicamente anunciada e assinada a consignação da obra de grandes investimentos no porto de Setúbal. Eram investimentos de modernização dos acessos ferroviários ao porto de Setúbal, um projeto de quarenta milhões de euros, que ia modernizar e eletrificar o troço de caminho de ferro entre o Porto e as Praias do Sado, bem como a ligação com os terminais da Sadopor, da Tersado, da Somincor e os terminais que tinham que ver com o estacionamento de automóveis. O projeto de modernização da ligação ferroviária entre o porto de Setúbal e as Praias Sado deveria ficar concluído em 2027. Estava prevista a eliminação da passagem de nível da Cachofarra, o que aumentava a segurança para quem circulava naquela estrada. No

conjunto, esses investimentos iam melhorar a exploração, fiabilidade e segurança e reforçar a competitividade aumentando a eficiência do transporte ferroviário e de mercadorias nesse porto. Esses investimentos capacitavam o porto de Setúbal, aumentavam a sua importância económica, ampliavam a competitividade das empresas na região e iam criar mais emprego. Geravam riqueza e distribuição da riqueza. Setúbal passava a estar num eixo que servia a Península Ibérica e, por isso, ganhava Setúbal e ganhava a região.

Sr. Vereador Nuno Costa – Cumprimentando todos os presentes e quem assistia, referiu que a CDU trazia algumas questões, que para o partido eram questões importantes e que gostariam também de obter ali algumas respostas, que tinham a ver com os seguintes assuntos: um dos primeiros assuntos que queriam trazer ali, tinha a ver com uma proposta que tinha sido aprovada na última sessão de câmara e tinha a ver com a proposta 15/2026, referente à cedência de um edifício na Rua José Fontana, um direito de superfície cedido ao Centro Comunitário na Rua José Fontana, ao Centro de Cultura, Centro Social e Paroquial de São Sebastião e que estava relacionada com o seguinte - a proposta tinha sido aprovada por unanimidade, tinha-lhes feito sentido, contudo entretanto tinham tido conhecimento que aquele edifício também estava já comprometido para ser cedido a duas instituições, e não uma só, e que havia até acordo entre essas instituições, que era o Centro Social e Paroquial de São Sebastião e as Famílias do Mar. Esse acordo havia, havia documentos escritos aos quais também tinham tido acesso e na reunião anterior tinha-se decidido atribuir a uma só instituição e perguntavam porque é que isso assim acontecia. O segundo assunto tinha a ver com um odor que vinha assolando a cidade de Setúbal nos últimos dias, sobretudo na zona nascente, um odor muito semelhante a azeite, muito intenso, que não sabia se se conheciam as origens ou não, e questionou se alguma coisa estava a ser feita para perceber o que era, de onde vinha, o é que se podia fazer para minimizar esse impacto, sobretudo na freguesia do Sado, freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra e na zona nascente de São Sebastião, era sobretudo ali que se fazia sentir. Outro assunto que gostariam de ali trazer, tinha a ver com uma coisa que tinha ouvido na última sessão – não tinha podido comparecer e tinha sido substituído - mas que tinha ouvido na última sessão e que tinha a ver com o estacionamento. Tinha sido dito, na discussão desse ponto do acordo com a Datarede, que a bancada do Chega e a bancada do PS tinham feito chegar preocupações à Senhora Presidente, ou algum dos Vereadores, sobre questões do acordo, do texto, das suas preocupações, com sugestões e que a CDU zero, tinha sido essa a expressão. E a questão que ali trazia, porque tinha telefonado ao Senhor Vereador Paulo Maia, com as preocupações da CDU e até com sugestões, que podiam não concordar com elas, mas não era verdade. O telefonema tinha sido feito no dia da Assembleia Municipal, tinha havido até uma troca de telefonemas que nem um nem outro tinha podido atender, mas tinham chegado à conversa antes da Assembleia Municipal, por telefone e, portanto, não era verdade que a CDU não tivesse feito nenhum contributo, não era verdade que a CDU não tivesse manifestado as suas preocupações e tinha-lo feito antes daquilo que tinha sido dito ali, dos comunicados nas redes sociais e ficava ali essa informação para repor a verdade, aliás, fá-lo-iam sempre dessa forma. Tinha sido feita uma reunião com a oposição, tinha sido dito que o interlocutor para esse assunto seria o Vereador Paulo Maia e tinha sido assim que tinham feito. Tinham lido, relido, tinham tido as suas preocupações e tinham manifestado e apontado caminhos e isso era preciso ser dito ali para ficar reposta a verdade. Outro assunto que traziam ali, que parecia que já tinha passado algum tempo e que merecia, se calhar, uma informação, tinha a ver com as descargas em Poçoilos. No passado tinham sido feitas descargas ilegais em Poçoilos, pela empresa *Extraoils*, com as chuvas aquelas bacias e os resíduos que lá tinham ficado, transvasaram, contaminando aqueles terrenos que ali estavam e o que perguntava era se a Câmara Municipal tinha acompanhado ou não, o que se seguia e o que era necessário para se proceder à limpeza e à descontaminação daquelas bacias artificiais e daqueles terrenos na envolvente, se tinha acompanhado, que diligências tinha feito, o que é que tinha acontecido relativamente a essa matéria, havia processos a correr e gostariam de ter alguma informação sobre isso, se tinham sido feitas algumas diligências também junto das freguesias

ou das populações, qualquer informação sobre essa matéria. Ainda sobre Poçoilos, referiu que a CDU gostava de colocar ali uma questão que vinha na sequência de uma discussão na Assembleia Municipal, porque não acreditava que a situação tivesse ficado cabalmente esclarecida, que tinha a ver com um pavilhão em Poçoilos. Esse pavilhão em que a Câmara - ao que parecia e pelas palavras ditas do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião - teria entrado indevidamente, tinha-lhes sido dito, na altura que tinha sido dado um prazo para a Junta de freguesia sair e tinha sido feita a comparação com o que se passava no Imapark, com a freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra e com a freguesia de São Sebastião. E que uma tinha saído e que a outra não tinha saído e que a Câmara tinha arrombado o pavilhão e tinha entrado porque já tinha passado o prazo que tinha dado à freguesia para entrar. Existia ali uma diferença substancial, era que a Imapark era da Câmara e aquele pavilhão era da Junta. Não sabia se os Srs. Vereadores - a Sra. Presidente sabia com certeza - mas na altura, aquele terreno que tinha sido cedido à Junta de freguesia, estava e continuava a estar fora da vedação de Poçoilos, pertencia a Poçoilos, era um terreno da Câmara, mas estava fora da vedação e então tinha sido dito que podiam utilizar aquele terreno. O que tinha sido feito tinha sido uma construção, feita pela Junta - aquelas separações que lá estavam para os inertes e etc. - e tinha comprado, a uma empresa que estava em insolvência, o pavilhão para sediar ali e para fazer face às intervenções de requalificação do espaço público, portanto, a junta sempre tinha utilizado aquele espaço, com os materiais que entretanto tinha ali construído, a vedação e tudo o que ali estava tinha sido a Junta que tinha construído para fazer face a essas intervenções no espaço público. Havia ali uma diferença substancial, era que a junta tinha sido pedida para sair de um pavilhão que era da junta. Pensava que devia ter havido melhor articulação com a Junta de freguesia, mas não era isso que o detinha, a questão era que achava que nessa altura, a Junta de freguesia estaria em piores condições para fazer face às necessidades da população, porque era aí que tinha o espaço reservado para guardar todos esses materiais de obra, entre outros, que, entretanto, tinha sediado também ali. Outro assunto que gostaria de ali trazer, tinha a ver com as colónias de gatos: sabiam que tinha sido feito o levantamento de uma colónia de gatos / o desmantelamento de uma colónia de gatos, na Rua Nossa Senhora do Cais. Sabiam que, no passado, tinha sido feita uma grande articulação com os cuidadores desses animais - o que se fazia era um apoio muito grande no que dizia respeito ao trabalho que eles faziam com os animais, de limpeza, de recolha de todos aqueles materiais que serviam para alimentar esses animais - e era feita em estrita colaboração com os cuidadores a recolha dos animais, a esterilização e posterior devolução ao espaço - como aliás a lei obrigava, ao contrário dos cães, os gatos tinham que ser devolvidos ao espaço. Sabiam que existia um programa Nacional, a que o Município tinha aderido, que era o CED (Captura, Esterilização e Devolução) e, o que perguntavam, era se aquilo era caso único, se era para desmantelar todas as colónias de gatos, se esse apoio aos cuidadores tinha cessado, se iam continuar a apoiar essas iniciativas - porque os animais não podiam ser recolhidos e guardados no CROAC - se iam deixar isso descontrolado, se não iam esterilizar, se as colónias se iam desenvolver descontroladamente,... deixavam ali essas perguntas. Depois, tinham ainda uma última pergunta, que tinha a ver com uma informação que lhes tinha chegado ao conhecimento, relativamente ao Remo Clube Lusitano: tinham os seus materiais guardados num campo no PUA, num campo de areia, tinham ficado sem - essa informação já tinha sido ali dada - sem a possibilidade de utilizar aquelas instalações, e, não lhes parecia que aquelas fossem, de facto, as melhores condições. Sabiam que o contacto com a associação e as negociações não tinham sido as melhores - pelas publicações que tinham sido feitas também - a questão que se colocava era se não se poderiam ter encontrado melhores soluções, se não se poderia ter visto com a associação melhores soluções, se não se podia ter estabelecido pontes com a APSS, por exemplo, ou com a Junta de Freguesia, para encontrar outras soluções temporárias enquanto não avançavam soluções mais definitivas. Sabiam que a APSS tinha instalações junto ao rio, sabiam que a Junta de Freguesia tinha umas instalações também junto ao rio e, perguntava se tinha sido feito tudo para encontrar as melhores soluções para que a associação continuasse a sua atividade e que não fosse

prejudicada a atividade dessa associação – e também dos outros, dos escuteiros marítimos e das outras entidades que ali estavam sediadas.

Sra. Presidente – Referiu que seria melhor os vereadores da oposição fazerem as perguntas primeiro e depois responderiam a tudo. Porque depois existiriam mais questões que os vereadores iriam querer colocar, de certeza, e então era melhor depois responderem às questões, era mais prático.

Sra. Vereadora Patrícia Paz - Cumprimentou todos os presentes e quem acompanhava através da transmissão. Referiu que queria ali colocar várias questões: a primeira tinha a ver com a bolsa de Turismo de Lisboa, que tinha decorrido de 25 de fevereiro a 1 de março, era um espaço efetivamente fundamental para os Municípios promoverem o Turismo, a Cultura e a Economia Local, pois permitia destacar o património, a gastronomia, o artesanato, até em turistas nacionais e internacionais. Era, sem dúvida, o maior palco para o Turismo em Portugal. Alguns setubalenses que se tinham deslocado à feira nesse fim de semana, em concreto no sábado, tinham manifestado a sua perplexidade pelo material que tinham encontrado no stand e que lhes tinham feito chegar: material de divulgação desatualizado, fazendo promoção à Feira de Santiago de 2022, conforme ali tinha, que lhe tinham entregado, diversos folhetos, uns cartõezinhos e o mapa. Eram as únicas coisas em cima do balcão do stand, no sábado. A única questão que colocavam era o que tinha acontecido com o material de divulgação, porque esse material desatualizado num evento dessa natureza tinha um impacto negativo muito significativo na imagem de marca de Setúbal, logotipo desatualizado, as datas passadas, transmitia a ideia de que Setúbal, eventualmente, tinha parado no tempo. Indicou que gostariam então de perceber o que é que tinha acontecido relativamente a essa situação. Solicitou também a obtenção de um ponto de situação sobre a requalificação do Campo Municipal Júlio Tavares, nas Praias do Sado, tinha sido aberto procedimento de contratação de empréstimo para esse fim e, de setembro de 2025 até à data, desconheciam o desenvolvimento desse processo. Dava também nota de um buraco de grandes dimensões, na Rua dos Trabalhadores da Empresa Setubalense, em São Simão. Essa rua era utilizada por muitas pessoas diariamente, para aceder ao Colégio Escolinha do Campo, que enfrentavam diariamente dificuldades ao circular nessa faixa de acesso o Colégio, situação para a qual solicitavam a melhor atenção. Solicitavam também um ponto de situação sobre a avaria no posto de transformação, o PT do Imapark - e essa questão iria chegar à parte da inércia - que se encontra luz. O Dream Padel Center encontrava-se a funcionar com recurso a gerador, a coletividade que ali tinha espaço não tinha como ensaiar para as marchas nem fazer as suas atividades, o Alto da Guerra Sport Clube não tinha campo para as suas equipas de formação poderem treinar, o União Futebol Comércio e Indústria que utilizava o campo de futebol ao abrigo do protocolo entre a Câmara Municipal - União Futebol Comércio e Indústria e o Sporting Clube de Portugal, também estava impedido de utilizar esse espaço, sobrecarregando a utilização do seu campo e retirando qualidade de treino. Essa situação tinha impactos significativos na utilização e dinamismo da comunidade local e utilizadores do espaço. A falta de iluminação era crucial para a prática do desporto e a sua ausência limitava o desenvolvimento das atividades. Desde a tempestade verificava-se inércia nalgumas situações, tinha havido na resolução das ocorrências, cuja solução se tinha arrastado no tempo, como por exemplo a do Imapark, que estavam sem treinos por causa dessa situação. Os contactos reiterados, a continuação dos munícipes a contactarem para dizer que as situações eram parcialmente resolvidas, não eram concluídas, ainda que algumas não tivessem diretamente a ver com a Câmara Municipal, a Câmara Municipal tinha que fazer pressão para que essas situações fossem efetivamente resolvidas. E, se a Senhora Presidente estava atenta às publicações do PS, tinha verificado que a foto que ilustrava a publicação mostrava o camião dos SMS embrulhado nos fios, sem poder seguir, impedido de transitar. Sobre questões de inércia, a Senhora Presidente naturalmente teria a sua verdade, o PS tinha a sua e os setubalenses teriam certamente a sua.

Sra. Vereadora Ana Carvalho - Cumprimentando todos os presentes e quem seguia a transmissão por via digital, indicou que a sua intervenção incidia sobre duas matérias já anteriormente colocadas na reunião de Câmara de 18 de Fevereiro, relativamente às quais pretendiam obter um ponto de situação claro para que pudessem também esclarecer os munícipes diretamente afetados: a primeira era a situação do prédio na Avenida da Bela Vista, número 7C, e relativamente a esse prédio onde existiam telhas partidas contendo amianto - situação que, como sabiam, representava um risco para a saúde pública - e tinha vindo a provocar infiltrações designadamente nesse prédio e no prédio 10A, tinha-lhes sido transmitido que teria ocorrido já uma reunião envolvendo os proprietários de ambos os edifícios. Segundo a informação recebida, seis proprietários estariam então de acordo com a intervenção da Câmara Municipal e teriam solicitado, com carácter de urgência, uma reunião com os serviços competentes. Assim, questionava a Sra. Vereadora Maria do Carmo – que tinha sido quem tinha respondido na reunião anterior – se tinha conhecimento que essa informação já tinha dado entrada nos serviços e se sabia se já tinha sido agendada ou realizada a reunião solicitada. Estavam perante uma matéria sensível, com implicações na saúde e na qualidade de vida dos residentes, pelo que consideravam fundamental que existisse acompanhamento próximo e resposta célere por parte da autarquia.

Sra. Presidente – Questionou qual era a morada para saber se era o prédio que tinha ido ver nesse dia. Constatou que era o mesmo.

Sra. Vereadora Ana Carvalho - A segunda situação era a situação do Remo Clube Lusitano, que o Sr. Vereador Nuno Costa também já tinha colocado, relativamente à interdição do equipamento utilizado pelo Remo Clube Lusitano – queriam, antes de mais, reiterar que os Vereadores do PS compreendiam e acompanhavam a decisão de interdição, se essa tinha sido a avaliação técnica da proteção civil, isso em resposta ao Senhor Vereador Bruno Russo na última reunião – aliás, entendiam que, se existiam riscos estruturais, a intervenção devia ser profunda e estrutural podendo mesmo justificar a demolição integral do pavilhão caso tecnicamente se confirmasse que o problema não se restringia a uma parte da cobertura. O que verdadeiramente os preocupava nesse momento, eram as condições alternativas proporcionadas aos clubes para a continuidade da sua atividade. Em relação ao Remo Clube Lusitano, especificamente, tinham conhecimento de que os equipamentos tinham sido retirados e encontravam-se atualmente no campo de futebol de praia adjacente, não existia proteção adequada contra intempéries - existiam umas lonas que o próprio clube assim tinha providenciado, claro - não existia ponto de água – pelo menos não tinham encontrado, não existia rampa de acesso ao rio, havia risco de desgaste, vandalismo, ou furto do material que, como já tinham dito e já se sabia, era bastante oneroso. Estavam a falar de um clube com um histórico relevante, que tinha vindo a projetar o nome de Setúbal além-fronteiras e contribuído para a formação desportiva de muitos jovens. As questões mantinham-se, no sentido de perceber se essa solução era considerada definitiva ou seria provisória. Acrescia ainda uma situação que lhes causava alguma perplexidade: num dia tinha sido comunicado ao clube a possibilidade de utilização de uma sala adicional no Centro Náutico, no primeiro piso, na parte que se encontrava funcional, e no dia seguinte parecia que essa possibilidade tinha sido negada por alegada cedência a outras entidades. Importava esclarecer, afinal, qual era a posição concreta do município, relativamente ao futuro desse clube. Não se tratava de uma crítica pela crítica, tratava-se de uma exigência de transparência e de coerência e era isso que pediam. Relativamente a uma questão que o Senhor Vereador Nuno Costa também ali tinha colocado momentos antes, do edifício cedido ao Centro Social e Paroquial de São Sebastião, que tinha ido a votação na reunião anterior e que os Vereadores do Partido Socialista tinham votado favoravelmente, tinham tomado conhecimento que desde 2005-2006, ao que parecia, vinha a ser ali equacionada uma solução de que esse edifício fosse cedido à Associação Família do Mar - que tinha sido criada precisamente para a esse propósito de receber uma parte desse edifício e do Centro Paroquial de São Sebastião - e que essa solução vinha a ser trabalhada ao longo desses anos e que teria inclusive havido

uma reunião no anterior mandato, com o Presidente André Martins, no sentido de retomar o assunto e de dar continuidade e efetivar essa cedência a duas instituições. Preocupava-os essa situação, o que é que se teria passado, entretanto, ficava ali a questão também.

Sr. Vereador António Cachaço – Cumprimentando todos os presentes e quem acompanhava online, referiu que gostariam de saber o ponto de situação de duas situações que tinham reportado em tempos: continuavam a receber queixas de falta de carregadores elétricos em Setúbal, para as viaturas, na Avenida Luísa Todi, 5 de Outubro e 22 de Dezembro tinham, entre elas, seis carregadores e havia dois que praticamente não funcionavam, na 22 de Dezembro e continuavam a receber algumas queixas de alguns munícipes em relação a essa situação. Depois referiu que gostavam de saber também, em relação à Rua da Tebaida, o estacionamento abusivo continuava a ser recorrente na parte descendente, do lado direito, estarem sempre carros estacionados, o que levava a que as pessoas não conseguissem transitar no passeio devido à situação e, entretanto, tinha-lhes sido reportada uma anomalia na Rua Maria Adelaide Rosado Pinto, a rua que ia dar à Estrada de Palmela, em frente ao estúdio *Beat Crew* - «os miúdos que tinham feito a abertura da Gala do Desporto - a zona tinha pouca iluminação, a passadeira não se via e havia muitas crianças a passar ali no horário que iam para os ensaios e passavam carros em alta velocidade e já tinha havido ali algumas situações um bocado preocupantes e tinha-lhes sido reportada a situação, portanto, não havia iluminação e a passadeira via-se muito mal ali na rua.

Sr. Vereador Joel Marques – Cumprimentou todos os presentes e quem acompanhava através da transmissão online. Dirigiu-se à Senhora Presidente para colocar duas questões: uma que tinha a ver com um processo de hasta pública, uma proposta que tinha sido ali aprovada no primeiro semestre de 2025, ainda no mandato anterior, uma hasta pública para a colocação de cento e um postos de carregamento de viaturas elétricas, um pouco por todo o concelho, dez lotes, nove com dez carregadores e um com onze carregadores. A hasta pública tinha sido anunciada para junho de 2025, tinham decorrido sensivelmente nove meses desde esse momento e gostariam de saber qual era o ponto de situação, se os lotes tinham sido efetivamente adjudicados, se não tinham sido, se a hasta pública tinha ficado deserta, o que é que se passava relativamente a esse tema e, evidentemente, não tendo sido adjudicado ou tendo ficado deserta, importava reapresentar a proposta ou encontrar uma solução, porque o número de carregadores elétricos na cidade, disponíveis, efetivamente era pouco e viviam um momento de transformação, também do ponto de vista da mobilidade, em que era necessário encontrar esse tipo de soluções. Depois, colocou uma outra questão: era importante em democracia valorizarem a participação cidadã em todas as idades. Acreditava que quem integrava, particularmente quem encabeçava, um movimento independente, que se candidatava a uma autarquia, tinha talvez um sentimento particular no que respeitava àquilo que era o conceito de participação cidadã e a forma como essa participação devia ser abrangente e alargada. Vinha isso a respeito daquilo que tinha acontecido no último Conselho Municipal da Juventude, em que a Senhora Presidente tinha permitido apenas que o público presente pudesse assistir à tomada de posse, mas que não assistisse à discussão. O Conselho Municipal da Juventude tinha, como a Senhora Presidente sabia, um conjunto de competências definidas por Lei e vertidas também no seu Regulamento, e diria que aquelas que eram mais relevantes e que teriam maior destaque para aquilo que era ali a sua intervenção enquanto Vereadores, se refletiam naquilo que era o ponto 1 das competências - as competências consultivas, ponto 1 do artigo 8º do regulamento - e que definiam que o Conselho Municipal da Juventude emitia parecer obrigatório, não vinculativo, sobre as linhas da Habitação Geral da Política Municipal para a Juventude, constantes do plano anual de atividades e, também, sobre o Orçamento Municipal no que respeitava às exportações afetas às Políticas de Juventude e Políticas Setoriais conexas. O Conselho Municipal da Juventude não tinha elaborado esse parecer porque tinha tomado

posse já depois de o orçamento estar aprovado e, portanto, era importante que no ano seguinte o Conselho Municipal da Juventude pudesse efetivamente elaborar o parecer, que era um parecer que apesar de não vinculativo era obrigatório, decorria da legislação que implementava os Conselhos Municipais da Juventude e decorria também daquilo eu era o seu regulamento. Referiu ainda que lhes parecia também que era importante que o regimento do Conselho Municipal da Juventude pudesse ser ajustado no sentido de permitir, de forma clara e explícita, que os cidadãos que tivessem interesse - particularmente aqueles que tivessem uma idade igual ou inferior a 35 anos - pudessem assistir a toda a discussão. Achavam que era importante que quem não integrava ou não estava representado por nenhuma associação formal ou informal, que estivesse como observadora presente no Conselho Municipal da Juventude, pudesse ainda assim assistir ao decorrer dos seus trabalhos e aquilo que era o debate das políticas de juventude que se aplicavam nesse município. O próprio Artigo 19 do Regimento já definia que, no Período Antes da Ordem do Dia era possível que houvesse intervenção do público, mas era importante garantir também, para que não houvesse dúvidas e para que não ocorressem as situações que consideravam menos positivas que tinham ocorrido no último Conselho Municipal da Juventude, para que ficasse definido forma muito clara que os cidadãos com menos de 35 anos podiam assistir ao debate e podiam assistir ao decorrer dos trabalhos.

Vereador Paulo Maia – Cumprimentou todos os presentes e o público que acompanhava em casa. Indicou que queria dar três notas: uma, começando já por aquilo que tinha sido ali veiculado pelo Senhor Vereador Nuno Costa, sobre a contribuição para a proposta de acordo da DATAREDE, que a Senhora Presidente teria dito que a CDU não tinha contribuído com nenhuma proposta, tinha dito e o Vereador reiterava que no telefonema não tinha havido nenhuma proposta. Aquilo que o Senhor Vereador Nuno Costa tinha dito, e o Vereador Paulo Maia tinha ali dito – portanto ou o Vereador Nuno Costa não estava atento, ou não lhe tinham passado a informação toda, mais uma vez - era que tinha havido contribuição, nomeadamente num parecer que tinham junto à proposta, sobre a lei da concorrência, que tinha sido aquilo que o Vereador Nuno Costa tinha transmitido no telefonema. Que poderia pôr em causa a Lei da concorrência, e isso tinha ali sido dito. Se não lhe tinham passado essa informação, tinham passado mal. Propostas, ou contributos para a proposta em si, não tinha havido nenhum. Se fosse ver a proposta – não tinha estado presente, mas se fosse ver a proposta – estava a acompanhar o parecer. Depois, dava nota de que também tinha telefonado, e muito bem, e tinha agradecido na altura e voltava a agradecer sempre que o fizesse, para dar nota de qual era a posição da CDU face à proposta. O resto do telefonema ficava entre ambos, porque era entre ambos que tinha de ficar. Continuando, referiu que sobre a Junta de freguesia e sobre o procedimento que ali tinha trazido, do tempo que tinha sido dado, também achava que era conveniente que lhe passassem a informação correta, concreta e objetiva, porque se não soubessem os pontos todos da negociação, tudo o que tinha acontecido, era difícil depois ali esgrimir os argumentos. O próprio Vereador Paulo Maia tinha ligado ao Sr. Presidente da Junta de freguesia de São Sebastião duas vezes, e não tinha sido atendido. Eventualmente, dizia – e podia estar – em reunião, mas se um Vereador estava a ligar duas vezes, no mínimo dos mínimos podia ter dito que estava em reunião e não deixava ficar em claro. Isso era só o primeiro ponto e nem ia continuar o resto da conversa. O Senhor Presidente da Junta de São Sebastião, ali em plena Assembleia Municipal, tinha mostrado o entendimento que tinha das questões e também se ia abstrair de comentar ali, portanto relativamente a essa questão trazida era o que tinha para dar nota. Depois, sobre a inércia na resolução dos problemas, tinha de dizer que não aceitava, e achava que os Senhores Vereadores também não deviam aceitar, que achassem que havia inércia nessa resolução. Tinham tido na rua uma série de trabalhadores, da Câmara, dos Serviços Municipalizados, de todo o lado, a tentar resolver os problemas, que tinham sido muitos. E pediu permissão para dar nota – e já responderia à questão da inércia – porque era importante dizê-lo ali, sobre a Proteção Civil. Tinha sido levantado nessa semana, e só nessa semana, o plano de emergência distrital da Proteção Civil – que a Senhora Presidente de

h

Câmara era simultaneamente Presidente da Comissão Distrital de Proteção Civil – e só nessa semana tinha sido levantado face ao alívio desse “comboio” de tempestades que tinham tido e a que tinham sido sujeitos, que não tinha sido uma, mas sim um “comboio” de tempestades. E, portanto, esses fenómenos meteorológicos adversos tinham criado ali vários problemas e os problemas eram dois mil, cento e vinte e oito, desde o dia 27 de janeiro às 0 horas até ao dia 3 de março, às 22h22. Dois mil, cento e vinte e oito problemas dos quais, diretamente relacionados com essa tempestade, tinham registado cerca de quinhentos e cinquenta eventos. E esses quinhentos e cinquenta eventos tinham tido seiscentas e oitenta e oito viaturas envolvidas, tinham tido dois mil, oitocentos e vinte e quatro bombeiros e pessoal de emergência, tinham tido oito mil, quinhentos e trinta e dois quilómetros percorridos. Eram fenómenos que eram completamente atípicos e no tempo decorrido até àquela altura pensava que não podiam aceitar e que os Senhores também não aceitavam que houvesse ali alguma inércia. Relativamente à queda de árvores, mencionou que podia dizer que em média, cada registo de ocorrência de queda de árvores, eram entre três a cinco árvores, tinham tido duzentos e setenta e dois registos de queda de árvores, e que se fizessem a média a quatro árvores por registo eram mil e oitenta e oito árvores. E, portanto, queria também ainda dar nota de que esses números eram os números aceites no CMOS (Central Municipal de Operações de Socorro), porque também tinham ocorrido a determinado tipo de eventos e emergências, de ocorrências diretas da população que não podiam deixar de receber, e até algumas via redes sociais, que não era o meio correto de o fazer, mas existindo o evento, tinham que acontecer ao mesmo. Todas essas ocorrências eram só as registadas em CMOS e, portanto, a inércia não podia ser aceite, e não podia ser aceite até porque tinha que dar nota disso: no dia seguinte, e só no dia seguinte a entidade tinha disponibilidade, às 9h30 da manhã, iria haver uma reunião com os técnicos do ICNF, no local (Nacional 10-4) que era a estrada mais preocupante que tinham nesse momento, tinham ali com o Executivo também, uma reunião com a APA, agendada para o dia seguinte às 10 horas e, tinham depois às 15 horas, uma reunião com uma empresa que era especialista na área do deslizamento de massas – e era o problema maior nessa altura – olhar para o deslizamento de massas que tinham nessa estrada 10-4 e da qual os Senhores Vereadores já se tinham com certeza apercebido, visto do PUA, o problema que ali tinham. Tinham aquela estrada interditada, era uma preocupação enorme, tinham todo o movimento e toda a gente afeta a que aquela estrada pudesse ser reaberta e, por isso, era-lhe difícil aceitar a questão da inércia e tinha que dizer isso, porque estava convicto que nem os Vereadores se reviam nisso e o Executivo também não se revia nessa questão da inércia. Por último referiu que queria apenas dar nota que essa diminuição do ritmo das chamadas, tinha sido a forma que tinha levado ao levantamento do plano de emergência distrital da proteção civil, ainda que houvesse um plano de emergência ativo nesse momento – que era só o de Alcácer - mas de qualquer das maneiras já tinha sido levantado o plano distrital de emergência. Achava que, no tempo que tinha sido e no que tinha ocorrido não podia aceitar e era isso que queria deixar ali na Câmara.

Sr. Vereador Bruno Russo – Referiu que começava por falar relativamente ao odor na zona nascente da cidade, não tinha conhecimento. Inclusivamente morava na zona nascente da cidade e nunca tinha sentido. Ainda assim, todas as responsabilidades que existiam sobre a qualidade do ar eram da APA. Iam tentar perceber o que se passava e se existisse, na realidade, essa necessidade, iriam entrar em contacto com a APA, relativamente ao que o Senhor Vereador Nuno Costa pronunciava. Da colónia de gatos, o programa estava em vigor, tinha um apoio a cem por cento da Câmara Municipal de Setúbal, não sabia o que o Senhor Vereador reportava, mas tinham tomado atenção e iam perceber o que tinha acontecido relativamente a essa situação que o Senhor Vereador tinha invocado ali e porque é que não estava a funcionar. No Parque Urbano de Albarquel, tal e qual como tinha falado na reunião anterior, tinha existido a necessidade imposta pela proteção civil de uma demolição e interdição do espaço. Iam demolir o espaço e na altura tinham arranjado as condições possíveis, mediante o que tinham disponível, para a continuidade dos desportos: um ponto de

água, uma rampa (que é a mesma) o qual é utilizado pelo clube de vela, sendo o mesmo acessível a todos os utilizadores.

Relativamente ao Campo Júlio Tavares, referiu que se aguarda a entrega de documentação por parte do empreiteiro, designadamente os elementos relativos à APSS, tendo já sido fixado prazo para o efeito, a fim de se poder dar início à empreitada.

Em relação ao IMAPARK, disse que ocorreu um problema de natureza elétrica, resultante de uma sobretensão atmosférica, que provocou danos no posto de transformação (PT), nomeadamente a destruição do transformador e de uma das fases, não sendo o mesmo passível de reparação. Indicou que a substituição do PT terá um custo estimado de 150.000 euros.

Mais informou que se encontra em curso um pedido junto da E-Redes para instalação de contadores independentes no local, aguardando-se a realização de uma vistoria por parte daquela entidade, com vista à colocação de um contador destinado às entidades sob responsabilidade municipal, nomeadamente para a utilização do campo.

Em relação ao padel, esclareceu ainda que a responsabilidade pelo fornecimento de energia elétrica recai sobre o proprietário, Sr. Pedro, nos termos do contrato em vigor, que lhe atribui a responsabilidade pelos fornecimentos e serviços externos, cabendo-lhe, assim, diligenciar pela resolução da situação. Referiu que a Câmara Municipal de Setúbal não tem responsabilidade direta nesta matéria, não obstante os esforços que têm vindo a ser desenvolvidos para colaborar na sua resolução, salientando, contudo, que a situação não é passível de resolução imediata.

Por fim, relativamente à Rua da Baixa, informou que já foi iniciada a instalação de pilaretes, não existindo, de momento, mais equipamentos disponíveis, aguardando-se a sua reposição para conclusão da intervenção. Acrescentou que, em sua opinião, a instalação de pilaretes poderia ser evitada caso fosse respeitada a proibição de estacionamento sobre os passeios, apelando ainda ao reforço da fiscalização por parte das autoridades policiais.

Sr. Vereador Paulo Maia – Acrescentou ainda que, em relação ao que a Senhora Vereadora Patrícia Paz havia mencionado em reunião anterior, não se tratava de um assunto novo. Referiu que a situação relativa à Rua António Joaquim Henriques já se encontra totalmente resolvida.

Esclareceu que, pessoalmente, analisou a questão relacionada com o veículo mencionada anteriormente, a qual requer uma averiguação interna. Explicou que atualmente existe um procedimento formal para reporte deste tipo de situações e que, até ao momento, nenhum registo havia sido feito pelos serviços municipalizados. Salientou que será necessário apurar responsabilidades e verificar o percurso da ocorrência, dado que não houve qualquer suporte ou confirmação inicial.

Confirmou junto dos serviços municipalizados que já foi emitida uma notificação formal ao proprietário, com o objetivo de regularizar a situação e garantir que o acesso não invada propriedade alheia, acrescentando que existe registo fotográfico da situação.

Sr. Vereador Nuno Costa - Registou ainda uma pequena nota relativa ao que foi dito sobre o estacionamento. Esclareceu que, relativamente à CDU, não se pretendia apresentar um contributo específico sobre a proposta em si, mas sim emitir um parecer sobre o processo em geral.

Foi sublinhado que a CDU se pronunciou sobre o estudo do processo, tendo deixado claro que não concordava com a proposta apresentada e que não iria propor alterações à mesma. Contudo, explicaram os motivos da sua discordância e indicaram a forma como consideravam que a situação poderia ser resolvida.

O objetivo deste esclarecimento foi corrigir a ideia de que apenas o PS e o CHEGA teriam apresentado contributos, salientando que a CDU também participou no debate, contribuindo para o processo e para a definição de possíveis soluções.

Relativamente ao outro processo, mencionou que a forma de abordagem adotada não foi a correta, independentemente da questão dos contactos telefónicos ou de outros meios de comunicação.

Registou uma intervenção relativa ao uso de um pavilhão pertencente à Junta de Freguesia. Sublinhou que a Câmara não deve atuar ao arremio das autorizações da Junta, salientando que o pavilhão em questão foi adquirido pela Junta quando esta ainda era presidida por outro executivo, tendo sido comprado a uma empresa em situação de falência.

Foi referido que a questão central não é a propriedade do pavilhão, nem a possibilidade de negociação entre a Câmara e a Junta, mas sim o relacionamento institucional entre as duas autarquias, devendo este ser sempre pautado pelo interesse das populações. Destacou que a Junta utilizava o espaço com autorização da Câmara para dar suporte às suas intervenções de requalificação do espaço público, incluindo a gestão de descargas de materiais como pedra e areia, necessárias para obras de maior volume.

Enfatizou que, apesar das limitações de espaço e condições da Junta, estas medidas permitiam realizar obras essenciais para a população. Sublinhou-se que qualquer alteração à forma de utilização do pavilhão deve respeitar a relação institucional e garantir que o interesse público continue a ser prioritário.

Por fim, deixou uma nota de preocupação quanto à preservação dessa relação institucional, alertando para a necessidade de critérios claros e uniformes na responsabilidade de gestão do espaço, a serem aplicados consistentemente às empresas que utilizam o pavilhão.

Sr. Vereador Paulo Maia - Registou, para encerramento, uma intervenção finalizada com nota sobre o processo em curso e o relacionamento institucional com as Juntas de Freguesia. Salientou que o debate não pretende retomar questões processuais, mas sim sublinhar a forma adequada de comunicação e articulação com os presidentes de juntas, nomeadamente São Sebastião, Sado e Azeitão, sendo o protocolo de contacto definido pelo executivo da Câmara Municipal.

Esclareceu que quaisquer contactos ou reuniões com presidentes de juntas têm ocorrido de forma institucionalizada, com o objetivo de garantir clareza e coordenação, sem interferir nas competências de cada órgão. Sublinhou que não existe qualquer conflito ou falha no relacionamento institucional, sendo importante colocar cada interlocutor no seu devido espaço de atuação.

Relativamente ao armazém, mencionou a criação de um parágrafo no relatório técnico da Proteção Civil, que recomenda a demolição da estrutura: *“A ocorrência fica encerrada do ponto de vista operacional, tendo sido garantidas as condições de segurança estruturais temporárias. O uso do armazém deverá na nossa opinião ser unicamente para remover o material e posteriormente demolido. Os arranjos feitos pela nossa equipa garantem que a estrutura fica mais resistente e reduz em parte o risco de queda, mas não são arranjos definitivos. Proponho que nos momentos de remoção de equipamento por parte dos civis esteja uma equipa nossa no local para ir vigiando a estrutura. Após os trabalhos de remoção dos bens, recomenda-se a remoção completa”*. Este era o parágrafo do relatório que recomenda a demolição do pavilhão no PUA.

Sra. Vice-Presidente - Registou uma intervenção sobre as descargas ilegais na zona de Poçoilos, em propriedade privada, esclarecendo que, embora a situação seja da responsabilidade da APA – Agência Portuguesa do Ambiente e da CCDR LVT – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Lisboa e Vale do Tejo, a Câmara tem procurado manter-se informada sobre os acontecimentos, mesmo não sendo a entidade competente para atuar diretamente. Referiu que existe uma ação judicial em curso para apurar a responsabilidade pelo depósito ilegal de materiais, devendo a descontaminação recair sobre quem for considerado pelo tribunal como responsável.

No âmbito destes assuntos, o Vereador Paulo Maia esclareceu que algumas ocorrências estão relacionadas com intempéries, estando prevista uma reunião com o Presidente da APA para tratar do pedido de informação atual sobre a situação, estava na agenda.

Quanto à Avenida da Bela Vista, n.º 7C, informou que era um prédio de propriedade mista, com oito frações municipais e doze privadas. Já se realizaram tentativas de conciliação com seis dos proprietários disponíveis, estando agendada uma reunião com a Doutora Sara Gonçalves, chefe de divisão, para o dia 13 de abril, às 17h30. Foi salientado que, por se tratar de uma parte comum do condomínio, eventual ação judicial poderá ser necessária caso os restantes proprietários não participem, sendo a Câmara e os serviços de habitação responsáveis por acompanhar o processo e promover soluções conciliatórias.

Relativamente aos carregadores para veículos elétricos no espaço público, informou que o engenheiro José Miguel Madeira realizou uma reunião com um dos fornecedores destes equipamentos, encontrando-se em desenvolvimento ações para definir as localizações mais adequadas e para negociar com a DATAREDE, tendo em conta a necessidade de ocupação de lugares de estacionamento. Destacou que se pretende instalar carregadores inteligentes, de forma a otimizar o uso do espaço e minimizar situações de estacionamento prolongado durante o carregamento, promovendo simultaneamente o civismo e a rotatividade dos veículos.

Sr. Vereador Joel Marques – Relativamente ao esclarecimento sobre os carregadores para veículos elétricos, referiu que a questão ultrapassava o esclarecimento anterior, incidindo sobre a hasta pública lançada para a instalação de 101 carregadores. Salientou que o procedimento já decorreu, não se sabendo, naquele momento, se os 10 lotes submetidos à hasta pública foram adjudicados ou não e, caso não o tenham sido, quais os motivos.

No que se refere às localizações e à identificação das melhores áreas para instalação, considerou insuficiente a justificação apresentada, uma vez que já havia sido realizado um procedimento de hasta pública para 101 carregadores há menos de um ano, cerca de nove meses. Estes 101 lugares abrangem todo o concelho, não se limitando às zonas tarifadas, incluindo áreas residenciais e freguesias como Azeitão, São Sebastião, Sado, Gâmbia-Pontes e Alto da Guerra, estando já previamente bem definidos. Destacou ainda que muitas destas localizações não se encontram na área de atuação da concessionária, pelo que a justificação apresentada foi considerada insípida face à questão colocada.

Sra. Vice-Presidente – Referiu que iria responder a outra questão, que talvez não fosse insípida. Informou que o procedimento em causa se encontra atualmente em revisão, tendo o mesmo estado suspenso durante algum tempo.

Acrescentou que, no âmbito dessa revisão, poderão não concordar com algumas das soluções anteriormente previstas, uma vez que o processo integra matérias herdadas, as quais estão a ser objeto de reavaliação. Sublinhou que existem alterações relevantes, designadamente ao nível dos lugares tarifados, que implicam um processo de negociação, motivo pelo qual o procedimento está a ser revisto de forma global.

Referiu ainda não dispor, até ao momento, de uma explicação concreta para a suspensão do processo, mas salientou que, tendo o mesmo ficado parado, está agora a ser retomado e analisado à luz das novas circunstâncias.

Acrescentou que, face às alterações entretanto ocorridas, nomeadamente no acordo celebrado com a entidade DATAREDE, se encontra em apreciação a definição do modelo a adotar, seja no formato anteriormente previsto, seja através de uma solução alternativa, a submeter oportunamente à reunião de Câmara.

Mais referiu que todo o processo observará os procedimentos legais aplicáveis, designadamente através da realização de concurso público. Esclareceu ainda que a auscultação de empresas se justifica pela evolução significativa do setor, nomeadamente com a introdução de soluções baseadas em inteligência artificial, sendo esse o trabalho técnico que está atualmente a ser desenvolvido pela Divisão competente.

Sr. Vereador Joel Marques - Agradeceu os esclarecimentos prestados, acrescentando que, independentemente da primeira resposta, teria efetuado a segunda intervenção, considerando relevante a matéria em análise. Reconheceu que o novo Executivo poderá ter uma visão

distinta relativamente ao desenvolvimento da cidade e que, eventualmente, poderiam ser encontradas localizações diferentes das inicialmente submetidas à hasta pública.

No entanto, referiu não ter percebido completamente a explicação apresentada, mas salientou que, segundo o edital, houve efetivamente uma hasta pública. Esclareceu que não foi a deliberação tomada que ficou parada, mas que o procedimento relacionado com a hasta pública decorreu em junho, estando publicado no site do Município, nomeadamente no Edital n.º 126/2025, publicado a 6 de junho de 2025. Acrescentou que o edital foi também divulgado pela empresa MOBI.E, responsável pela gestão dos pontos de carregamento a nível nacional. Explicou que, tendo havido a hasta pública, esta poderá ter ficado deserta, ou houve concorrentes. Solicitou informações adicionais sobre o número de lotes com concorrência e os motivos pelos quais alguns procedimentos ficaram eventualmente paralisados no final do mandato anterior, destacando a importância de obter esclarecimento sobre o que efetivamente ocorreu.

Concluiu referindo que, apesar de eventuais dúvidas, a deliberação teve seguimento, tendo a hasta pública sido devidamente publicitada e realizada.

Sra. Vice-Presidente - Referiu que, apesar de já terem sido prestados alguns esclarecimentos, no momento não dispunha de informação adicional a apresentar.

Sr. Vereador Fernando José - Referiu que, mais uma vez, trazia à atenção da Câmara Municipal a questão relativa à suposta requalificação que está a ser realizada na Avenida Moçambique. Salientou que a população residente e os utilizadores da via não se reviam na obra atualmente em execução, tendo surgido diversas críticas sobre o que está a ser feito.

Enfaticou que a crítica apresentada não resultava de falta de sensibilidade ou de veracidade da sua bancada, pois existia sempre preocupação e rigor nas intervenções realizadas sobre assuntos da cidade. Ressaltou que, embora o Executivo, o movimento ou, na altura, a CDU, possam não concordar com a avaliação feita, aquela resultava de uma análise prática da realidade urbana, da cidade onde nasceram, cresceram e vivem.

Alertou para a incoerência da execução da obra, nomeadamente no estreitamento da via, reduzindo a largura de cada lado para aproximadamente 3 metros, quando um autocarro possui 2,55 metros. Considerou que a intervenção não fazia sentido e apelou à Câmara Municipal de Setúbal para que equacionasse a situação, apesar da obra já estar em curso.

Solicitou, ainda, à Sra. Presidente e ao Vereador Bruno Russo, que apresentaram a informação relativa à obra, que fosse disponibilizado o relatório existente sobre o problema identificado com o PT, considerando a gravidade da situação. Referiu que aquele relatório deverá refletir uma intervenção de aproximadamente 150 mil euros, destacando a necessidade de conhecimento detalhado do estrago e das soluções a implementar.

Concluiu indicando que aguardavam a receção desse relatório durante a semana. Aquilo que ali estavam hoje a falar e que já tinha sido anteriormente abordada pela Vereadora Ana Carvalho, pela Vereadora Patrícia Paz e pelo Vereador Nuno, por parte da CDU tinha a ver com questões que os vereadores do Partido Socialista vêm criticando não apenas nos últimos quatro anos, mas ao longo das últimas duas décadas. Destacou a falta de estratégia e de investimento na área do desporto e nas infraestruturas desportivas do concelho.

Salientou que o movimento associativo, nomeadamente o desportivo, se encontra carenciado de infraestruturas adequadas. Considerou que uma cidade como Setúbal, capital de distrito e anteriormente reconhecida como Cidade Europeia do Desporto, deveria dispor, em 2026, de infraestruturas condignas para a prática desportiva.

Comparou a situação do concelho com outras cidades, como Braga e Guimarães, sublinhando que Setúbal apresenta uma realidade vergonhosa em termos de equipamentos desportivos. Relembrou que, durante a gestão da CDU nos últimos 20 anos, liderada na altura pela atual Presidente, a cidade permaneceu com carências significativas, sendo a responsabilidade histórica atribuída à gestão da própria CDU.

Referiu como exemplo a infraestrutura existente na Várzea, onde os jovens que praticam desporto enfrentam condições precárias, com equipamentos armazenados em contentores,

falta de condições de acesso e de assistência para pais e familiares, e ambientes inadequados perante chuva ou sol intenso. Considerou que aquelas condições refletiam um patamar de qualidade equiparável a um “espaço de 3.º mundo”, sendo inaceitáveis para uma capital de distrito.

Sublinhou que, apesar das críticas históricas dirigidas ao Partido Socialista, o único pavilhão municipal construído na cidade até à data foi erguido no tempo do Executivo socialista liderado por Mata Cáceres, destacando a necessidade de investimento continuado para corrigir as carências existentes. Concluiu afirmando que as situações hoje observadas decorrem da falta de investimento ao longo de duas décadas e que é imperativo tomar medidas concretas para garantir condições adequadas para a prática desportiva no concelho. Continuou a sua intervenção, referindo que os familiares e visitantes que assistem aos jogos dos jovens no concelho não dispõem de condições comparáveis a outros concelhos. Recordou que, no último mandato, estava prevista a construção de dois pavilhões desportivos, um em Azeitão e outro junto à Escola Secundária Dom Manuel Martins, de modo a dar resposta ao movimento associativo e aos jovens da Escola Básica 2,3 de Azeitão.

Salientou que, embora a Câmara tenha avançado com a construção do pavilhão em Azeitão, o segundo pavilhão previsto não foi concretizado, sendo a obra executada nas proximidades do pavilhão já existente. Após análise, verificou-se que as dimensões do pavilhão não permitem acolher todas as modalidades desportivas, representando um investimento superior a 1 milhão de euros para uma infraestrutura limitada.

Questionou a utilização do valor investido, destacando que parte do montante foi aplicado na construção de um auditório com capacidade para apenas 200 pessoas, bem como no mercado de Azeitão, composto por seis lojas, das quais duas permanecem vazias. Manifestou surpresa e indignação com o que classificou como esbanjamento de recursos públicos, considerando inadmissível o investimento realizado, dado que o mercado local na Quinta do Conde oferece infraestruturas melhores.

Salientou que, enquanto residente em Azeitão, teve oportunidade de visitar recentemente o equipamento ali instalado, tendo ficado surpreendido e desapontado com o resultado do investimento realizado, o qual considera desajustado face ao montante aplicado. Defendeu que o investimento público deve ser orientado por critérios de utilidade, eficiência e resposta efetiva às necessidades da comunidade, sublinhando que o Município dispõe de capacidade para fazer melhores opções no âmbito do orçamento municipal.

Referiu ainda a situação de um espaço cedido para atividades náuticas, considerando que a solução adotada não foi a mais adequada. Indicou que o espaço, entregue ao movimento associativo, já apresentava condições precárias aquando da sua atribuição, tratando-se de uma estrutura sem os requisitos mínimos para o desenvolvimento da atividade. Acrescentou que, face às atuais condições climáticas, a situação se agravou, não oferecendo segurança nem condições dignas para a prática desportiva.

Sublinhou que uma cidade como Setúbal, com ligação direta ao rio Sado, deve garantir condições adequadas para o desenvolvimento das atividades náuticas, o que, no seu entender, não tem acontecido. Referiu que ao longo das últimas décadas foram tomadas opções que considera inadequadas, não correspondendo às expectativas criadas junto da população.

Destacou, em particular, a situação de uma coletividade que se encontra atualmente sem condições para desenvolver a sua atividade, tendo o seu material, avaliado em milhares de euros, exposto na via pública, sem proteção adequada. Considerou que esta situação exige uma resposta urgente por parte do Executivo, apelando à existência de sensibilidade e à adoção de medidas concretas para a sua resolução.

Por fim, referiu que as respostas necessárias não se esgotam em intervenções de carácter estético ou pontual, como ações de pintura ou embelezamento, defendendo que é fundamental garantir soluções estruturais e eficazes para os problemas identificados, assentes em transparência, verdade e responsabilidade na gestão pública.

Referiu que a ação política não se pode limitar a intervenções superficiais, salientando que “não basta pintar”, nem proceder a melhorias exteriores sem resolver os problemas estruturais existentes.

No que respeita ao Estádio do Bonfim, considerou que as intervenções realizadas ao nível exterior não resolvem as deficiências internas do equipamento, referindo que as condições atuais são, em alguns aspetos, inferiores às existentes há duas décadas.

Acrescentou que não basta assinalar momentos simbólicos, como aniversários de coletividades, ou apresentar projetos sob a forma de maquetes, sublinhando que o essencial é a concretização efetiva das obras e investimentos anunciados. Referiu, a este propósito, a apresentação de uma maquete de um novo estádio ao Vitória, considerando que tais iniciativas, sem execução concreta, não respondem às necessidades do clube.

Defendeu que também não é suficiente anunciar projetos ou realizar ações pontuais, como lançamentos simbólicos de primeiras pedras, sem que haja continuidade e concretização dos mesmos. Sublinhou que a política municipal deve assentar em medidas estruturais e sustentadas, e não apenas em intervenções de carácter pontual ou estético.

Mencionou ainda outros exemplos, como intervenções em equipamentos municipais, designadamente na Praça de Touros, referindo que ações de limpeza ou pintura não resolvem os problemas de fundo existentes nesses espaços. Considerou que tais abordagens revelam uma ausência de estratégia estruturada para o desenvolvimento do concelho.

Afirmou que o que Setúbal necessita é de investimento consistente em infraestruturas, capaz de servir efetivamente a população e responder às suas necessidades. Reconheceu que nem todas as intervenções poderão ser concretizadas no prazo de um mandato, mas defendeu que é fundamental lançar bases sólidas para a sua concretização futura.

Concluiu afirmando que é essencial garantir uma política de continuidade e execução, evitando a repetição de anúncios não concretizados, e reiterou que a sua posição assenta na exigência de respostas concretas e eficazes para o concelho, sublinhando que soluções meramente estéticas não são suficientes para responder aos desafios existentes.

Sr. Vereador Bruno Russo - Relativamente ao PT do IMAPARK, informou que foi realizada uma inspeção ao local, na qual participaram três empresas, bem como os serviços técnicos da Câmara Municipal.

Referiu que as três empresas foram unânimes na avaliação do custo associado à resolução do problema identificado. Acrescentou que se encontra a aguardar a entrega do respetivo relatório técnico por parte dessas entidades.

Mais informou que o referido relatório será disponibilizado à bancada do Partido Socialista, conforme solicitado, logo que o mesmo seja recebido.

Sr. Vereador Nuno Costa - Referiu que a sua intervenção foi suscitada pela intervenção do Vereador Fernando José, considerando importante recordar o enquadramento histórico das matérias em discussão.

Salientou que, durante o período em que o Executivo era liderado pelo Presidente Mata Cáceres, existia um contexto favorável de acesso a fundos comunitários, o que permitiu a diversos municípios, incluindo alguns geridos pela CDU, investir significativamente em infraestruturas. Referiu que esse enquadramento contribuiu para o desenvolvimento de vários concelhos, ao abrigo desses apoios financeiros.

Acrescentou que, quando a CDU assumiu a governação do Município de Setúbal, esse contexto já se encontrava alterado, com menor disponibilidade de fundos comunitários para investimento, bem como com um quadro financeiro municipal mais exigente. Sublinhou que esta contextualização histórica é relevante para evitar leituras desajustadas ou simplificadas da realidade.

Sr. Vereador Fernando José - Afirmou que a sua posição se mantém inalterada ao longo do tempo, defendendo que, nas últimas duas décadas, as opções tomadas ao nível do orçamento municipal foram, em diversas situações, inadequadas. Referiu que esta é uma

avaliação política consistente da sua bancada, independentemente do enquadramento financeiro existente em cada momento.

Acrescentou que, não obstante a relevância do enquadramento histórico, não se pretende alongar excessivamente na discussão, apresentando apenas alguns exemplos ilustrativos. Referiu, a título de exemplo, que, em 2021, a Câmara Municipal de Setúbal celebrou um contrato com uma empresa para a exploração do estacionamento tarifado, no âmbito do qual a empresa terá entregue ao Município um montante superior a quatro milhões de euros.

Referiu que o montante em causa, resultante do contrato celebrado para a exploração do estacionamento tarifado, constituiu uma receita extraordinária para o Município, sublinhando que não se tratava de receita corrente.

Dirigindo-se ao Vereador interveniente, recordou que o mesmo exerceu funções como Presidente de Junta e teve responsabilidades políticas no seio da CDU em Setúbal, considerando, por isso, que não pode haver um afastamento de responsabilidades relativamente às decisões tomadas no passado. Acrescentou que a análise deve ser feita com sentido de responsabilidade política, não podendo ser atribuída exclusivamente a um ou outro interveniente.

Reiterou que a questão central não reside na discussão exata do montante — referindo que o valor rondará aproximadamente quatro milhões de euros, ainda que possam existir variações no apuramento — mas sim na natureza dessa verba enquanto receita extraordinária.

Referiu que o montante recebido pela Câmara Municipal no âmbito do contrato para exploração do estacionamento tarifado, embora constitua uma receita extraordinária, não foi canalizado para investimentos estruturantes que beneficiariam diretamente a cidade. Destacou que, durante o mandato anterior, questionaram repetidamente sobre a afetação deste valor, sem obter respostas satisfatórias, evidenciando, na sua opinião, opções inadequadas de orçamento.

Referiu ainda a questão da compra do IMAPARK, salientando que a decisão não foi tomada isoladamente pela Presidente da altura, mas envolveu o Executivo da CDU, destacando que a aquisição representou cerca de cinco milhões de euros, ficando posteriormente o espaço abandonado, sem utilização adequada.

Recordou que, desde 2001, já existia a intenção de realizar uma permuta de terrenos, com o objetivo de conservar um imóvel histórico — uma antiga fábrica conserveira — para fins municipais. Sublinhou que, graças à intervenção dos vereadores do Partido Socialista, o equipamento permaneceu no património da Câmara Municipal, evitando a sua alienação desordenada, e que a proposta apresentada visava transformar o espaço na Fábrica das Artes, um equipamento cultural para a cidade.

Criticou que, apesar das promessas e das propostas, o imóvel permanece ao abandono, ilustrando uma tendência histórica de anúncios e promessas não concretizadas em Setúbal. Reforçou que a sua bancada valoriza a necessidade de olhar para o passado para compreender os erros, mas que o foco deve ser no cumprimento das promessas e na concretização efetiva de soluções neste mandato.

Concluiu afirmando que o Partido Socialista continuará a assumir responsabilidade e compromisso na tomada de decisões, votando favoravelmente a resolução de problemas herdados e agravados pela gestão anterior da CDU, em benefício da cidade e dos setubalenses.

Sr. Vereador Nuno Costa - Afirmou que, nas suas declarações, não pretende favorecer quaisquer interesses pessoais ou partidários, destacando que assume sempre responsabilidades pelas suas intervenções e pelas posições que toma no âmbito da Câmara Municipal. Sublinhou que, ao longo do tempo, nunca procurou eximir-se de responsabilidades relativas a projetos autárquicos implementados pela CDU, reconhecendo a relevância de assumir sempre o enquadramento histórico e político das decisões tomadas.

Referiu que, embora algumas verbas tenham sido objeto de discussão quanto à sua afetação, muitos investimentos foram concretizados com recursos públicos durante os últimos 20 anos, incluindo no último mandato, destacando obras e infraestruturas de relevo para a cidade de

Setúbal. Mencionou, entre outros, o Pavilhão das Manteigadas, o Parque 25 de Abril, a Quinta da Amizade, o Centro Escolar Barbosa do Bocage, a Avenida dos Ciprestes e a Praça do Brasil, assinalando que esta lista não é exaustiva.

Salientou que o montante discutido entrou nas contas do Município e foi integrado nas rubricas adequadas, contribuindo para diversos investimentos, incluindo na área da habitação, que não se restringem aos programas de recuperação e reabilitação (PRR).

Reiterou que nunca hesitou em assumir responsabilidades pelas opções tomadas pela CDU e que não pretende fugir à discussão sobre a gestão de recursos públicos, afirmando ainda que reconhece a liberdade de expressão de todos os vereadores, mas que as decisões devem sempre ser avaliadas no contexto histórico, político e técnico em que foram tomadas.

Sra. Presidente - Referiu que foram suscitadas várias questões e que, no presente momento, gostaria de iniciar pelo Centro Paroquial e Social da Família do Mar. Recordou que, no passado, solicitou ao Presidente Carlos Sousa a aquisição de um edifício completo, com o objetivo de desenvolver projetos de combate à pobreza.

Informou que o edifício foi adquirido pela Câmara Municipal por um valor adequado, mas que as obras necessárias não puderam ser imediatamente executadas. Nesse contexto, foi solicitado pelo Centro Paroquial que fosse celebrado um protocolo de utilização do espaço, permitindo a implementação do projeto e de outras atividades que a instituição desenvolvesse.

Adicionalmente, a Família do Mar também solicitou um espaço para desenvolver atividades próprias, mas, ao longo do tempo, surgiram algumas divergências que impediram o andamento pleno do projeto.

No início do atual mandato, realizou-se uma reunião com o Centro Paroquial, visando resolver a situação. Salientou que o problema interessa à Câmara Municipal, ao Centro Paroquial, à Família do Mar e à população local, uma vez que o edifício se encontrava em estado de degradação, com tentativas de ocupação não autorizada e riscos de assalto.

Referiu que foi alertado o Senhor Padre sobre a necessidade de dividir o espaço entre as duas instituições, tendo este garantido que a questão já estava resolvida entre a paróquia e a Família do Mar, assumindo a responsabilidade pela situação.

Afirmou que, com base na responsabilidade assumida pelo Senhor Padre, é possível avançar com o protocolo apenas com a paróquia, cabendo à Câmara Municipal resolver as questões técnicas restantes. Acrescentou que o protocolo deverá explicitar que o edifício terá, além da utilização pela paróquia, a função de centro de interpretação sobre as tradições marítimas, incluindo todas as festividades e atividades ligadas ao mar.

Esclareceu que o espaço do Centro Paroquial e Social não se destinava exclusivamente à paróquia, mas também a outra instituição, com o objetivo de desenvolver valências sociais e atividades complementares. Expressou perplexidade pelo facto de a associação em questão não ter comunicado diretamente com a Câmara Municipal sobre eventuais problemas, salientando que o protocolo foi elaborado a pedido da própria instituição e com a intervenção do Executivo.

Referiu que, embora o problema tenha sido assumido e resolvido entre a paróquia e a outra instituição, não se compreende a ausência de contacto da associação com a Câmara, sendo importante esclarecer esta situação.

Em relação ao pavilhão, a situação já tinha sido explicada. Quanto à relação com as freguesias, afirmou que tem existido um grande esforço de colaboração por parte da Câmara Municipal, reconhecendo que esta relação não é uniforme em todas as freguesias, mas que as responsabilidades devem ser assumidas por cada entidade, sem prejudicar os habitantes locais. Sublinhou que a Câmara Municipal e as freguesias são entidades autónomas, eleitas pelas populações, devendo cada uma cumprir as suas funções e responsabilidades.

Se as relações pessoais ou institucionais não corriam bem não iam passar a vida a dizer “vamos lá conversar”. Na última sessão da Assembleia Municipal, passaram de pessoas a gangsters, com essa instituição estão arrumados e o responsável da ligação às freguesias tem na mesma insistido na conversa com essa junta de freguesia, nunca lhes foi virada as costas, com a chefe do gangue é difícil, só numa coisa muito institucional é que haverá

4

conversa, cada um tem de seguir o seu caminho. Prejudicar aquela freguesia ou os fregueses daquela freguesia nunca, as pessoas não tinham nada a ver com isso.

Relativamente ao pavilhão, explicou que a cedência do terreno foi realizada verbalmente, era nessa relação que estavam e foi nesse pedido que solicitaram à junta de freguesia para disponibilizar e a junta de freguesia disse que disponibilizava à sua frente, foi nas reuniões ainda com a sua pessoa, depois passaram só a ser com o vereador Paulo Maia. Tínhamos dito que precisávamos de ajudar as pessoas que tinham as embarcações, que tinham que sair, aquilo ainda não foi abaixo por causa daqueles problemas também financeiros, cento e tal mil euros só para deitar aquela parte abaixo, não podia ser deitada abaixo pela câmara porque tinha amianto e, portanto, tinha que ser uma empresa da especialidade, eram cento e tal mil euros que tinham que andar a ver cabimento para aquele procedimento, não deixavam lá entrar ninguém, como era óbvio. Mas o senhor Presidente da Junta tinha dito que cedia e foi colocando prazos. Pediram ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, e de imediato disse que sim. Existia uma relação normal com algumas juntas, normalíssima. Naquele dia estavam lá o vereador e trabalhadores à espera da chave para fazerem a mudança, aquilo não se fazia. Na junta de freguesia, as pessoas que atenderam o telefone ninguém sabia de nada e, portanto, o senhor presidente não atendeu o telefone, nem ao vereador Bruno Russo, nem ao vereador Paulo Maia. Mais tarde disse que estava numa reunião. Não era forma de se tratarem as coisas e isso tirou do sério o vereador, e aconteceu o que aconteceu. Vamos ver em que circunstâncias está ali aquele pavilhão e de quem é a sério aquele pavilhão, se é da junta de freguesia sai dali, se é da câmara fica ali. Não está lá mais nenhuma junta de freguesia que tenha ali espalhado materiais de construção. Não existe nenhuma junta que tivesse tido tanta ajuda como teve a de S. Sebastião, no seu tempo. Não houve nenhuma junta a quem eu passasse com o presidente da junta na rua e dizer “nós damos-te este terreno para fazeres a sede da junta”. Não era justo. Foi feito lá um auditório, tudo com terrenos da câmara municipal, e esteve sempre na fila da frente, vamos ajudar, vamos ajudar! E já tinha dito a uma outra junta que faria a mesma coisa, também não se tem portado da melhor forma. Não se podia todos os dias a dar. Essa junta teve muita ajuda, não poderia ter o que tem se não fosse a câmara municipal, como todos. Tinha dito que estava a acabar uma obra e que posteriormente tiravam de lá tudo, tinham sido palavras dele e depois disse que não era nada disso e faz um folclore à volta disto. Deram muito àquela junta e voltariam a dar, a população não ficaria a perder nada, podiam ter a certeza, se não for à junta será diretamente à população. Sermos acusados de gângsteres, que invadimos, quando tinham tudo o que tinham à conta da câmara.

Referiu que a questão das colónias de gatos já foi devidamente respondida. Esclareceu que, relativamente ao espaço solicitado pelo Lusitano, mesmo reconhecendo que as condições iniciais não eram ideais, a utilização do espaço foi autorizada e organizada pela Câmara Municipal, tendo sido o primeiro espaço definido para esse fim.

Destacou que não é justo que existam atualmente três espaços destinados à mesma finalidade, e a Câmara Municipal continuará a procurar soluções viáveis para resolver esta situação.

Salientou que, caso a Câmara esteja a apoiar e existam questões não resolvidas, os interessados devem contactar a respetiva junta de freguesia, que também tem um espaço ali próximo, um armazém. Referiu que existiam outros espaços, como da APSS.

Relativamente à bolsa de turismo, não sabia o que se tinha passado. Não estávamos lá com um stand nosso porque a Região de Turismo pediu só para lá colocarmos materiais, mas achava muito estranho. Aquilo era negativo para a nossa imagem, ia saber o que se tinha passado.

Em relação às ruas mencionadas pela senhora Vereadora Patrícia Paz, tinham um resumo que iam distribuir com as grandes anomalias, problemas que aconteceram com as intempéries. Essas ruas estavam ali identificadas, centenas de ruas. Ontem na reunião com o Ministro da Economia tinham colocado a questão e as outras câmaras municipais que estavam na CCDR, o problema dos asfaltos e das vias de comunicação, era um problema

complicadíssimo. O Governo iria disponibilizar, além de estar no PTRR, vai sair uma portaria para acedermos e isto não contar para o limite de endividamento, aquela rua estava lá identificada para ser reparada naquele programa. Além disso, o Governo ia fazer uma linha de empréstimos através do BEI para as vias de comunicação. Temos quase 900kms de rede viária, sendo que mais de 70% precisa de intervenção, eramos nós e uma data de municípios que estavam a pedir uma linha através do BEI para resolver estes problemas.

Em relação ao padel, respeitava muito o desporto, as empresas, os investidores, mas não queiram saber bem como era aquela história, ou então podiam falar lá fora depois. O padel devia estar bem caladinho. Estavam preocupados com uma oficina que lá está, com as atividades desportivas, a utilização dos campos de futebol, com um trabalhador nosso que lá está que tem 3 ou 4 filhos e que não tem iluminação. Não estávamos de propósito para que aquilo não tivesse luz por causa do padel. Podiam ir buscar à rua, que estava pertíssimo, o vereador já lá tinha ido demonstrar à rua, luz, estavam muito próximos da rua e tinham ali um posto, não iam porque estavam à espera que a câmara resolvesse. A Câmara iria resolver, mas não era como tinham aquilo resolvido antigamente. Às vezes as pessoas não tinham a noção de como elas próprias arranjavam problemas para elas próprias, e a câmara estava numa de ajudar.

Relativamente ao prédio com amianto, os prédios estavam a ser intervencionados pelo PRR, são intervencionados desde que as pessoas aceitem. A maior parte dos prédios tinham proprietários privados das frações e arrendatários da câmara. Aquele prédio não tinha condomínio formado, mas as pessoas só tinham quatro frações que eram da câmara e o resto eram de proprietários. Os proprietários opuseram-se a que fosse feito obras no prédio. Ainda hoje tinha ido ver aquele prédio. Não se retirava o amianto porque as pessoas tinham que estar de acordo com as obras, com a candidatura ao PRR, e aquelas pessoas não quiseram obras no seu prédio. O bloco todo onde estava a polícia, não quiseram obras no prédio. Está tudo a ser arranjado e aqueles não, porque aquilo tem dono. Se não se pode intervir no prédio, não podem vir fazer queixinhas de que não se tirava o amianto. Não se pode tirar o amianto. Até se queria fazer a obra toda, os senhores é que não quiseram e agora queriam só o amianto. Não faziam a conversa como devia ser. Não há seriedade neste tipo de queixa. No entanto, estas pessoas já andam agora a querer fazer condomínio e se fizerem condomínio eles dizem que fazem eles a obra. A Câmara disse que pagaria o valor da obra dos inquilinos da câmara.

Relativamente à Rua da Tebaida, informou que iriam verificar a situação do estacionamento indevido e recorrente de viaturas. Quanto à Rua Maria Adelaide Rosado Pinto, informou igualmente que iriam averiguar a questão da iluminação pública.

Em relação ao Conselho da Juventude, ou se mudava o regimento ou aqueles jovens deviam ficar sem observadores. Podia haver observadores desde que requerido – diz o regulamento atual – se as pessoas requererem com 24 horas de antecedência.

Referiu que aquela foi a sua primeira participação na reunião do Conselho Municipal de Juventude. Explicou que alguns jovens membros do Conselho, representando diferentes partidos, solicitaram que certas pessoas presentes na reunião se retirassem. Esclareceu que os observadores podem assistir à reunião desde que seja solicitado, mas, mesmo não havendo requerimento formal, decidiu permitir a presença de todos durante a tomada de posse, garantindo a participação e acompanhamento do processo.

Salientou que os jovens membros do Conselho, posteriormente, quiseram ter um momento reservado para discutir questões internas, o que decorreu sem problemas, e que a reunião decorreu de forma organizada e participativa. Destacou ainda que os jovens, de forma ativa, propuseram colaborar com atividades práticas, como pintar e organizar materiais, sendo que a sua participação e empenho foram positivos.

Concluiu enfatizando que a colaboração e o envolvimento dos jovens foram respeitados, e que todas as decisões e atividades foram conduzidas com transparência e participação.

Referiu que tem conhecimento de que o Vereador Fernando José participará, mas mencionou que também será necessário questionar os representantes do partido Chega, uma vez que

estes estiveram presentes, assim como os do Partido Socialista, que também deverão acompanhar o processo.

Enfaticou que é importante concluir esta matéria, respeitando todos os pedidos de tratamento e acompanhamento das situações. Salientou que todos os envolvidos estão atentos e participarão de forma responsável, garantindo que o processo decorra com transparência e acompanhamento adequado.

Sr. Vereador Joel Marques – Referiu que o Regulamento do Conselho Municipal da Juventude define de forma clara quem pode participar como observador nas sessões do Conselho. Conforme o regulamento:

Podem ser observadores grupos informais de jovens e associações juvenis legalmente constituídas, reconhecidas pelo IPDJ, que não estejam inscritas no RENAS.

Podem ainda participar Presidentes de Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesias, bem como Vereadores com competências delegadas na área da Juventude.

Outras entidades públicas ou privadas locais, relevantes para a juventude, também podem assistir.

Referiu que qualquer cidadão que não esteja representado por nenhuma atividade juvenil pode assistir, desde que respeite os limites de idade definidos no regulamento, ou seja, até aos 35 anos de idade.

Sra. Presidente – Referiu que, em relação à Av. de Moçambique, a obra em questão está a ser financiada por fundos comunitários e sublinhou que se trata de uma intervenção extremamente importante para a localidade, com capacidade de requalificar toda a zona envolvente.

No entanto, dirigiu-se ao Vereador Fernando José para esclarecer que a rua, que inicialmente tinha 6,5 metros de largura, já foi ajustada para 7 metros, depois de uma inspeção realizada juntamente com o Vereador Bruno Russo. Este acréscimo de 50 centímetros já proporcionava maior amplitude e melhor circulação no local.

Salientou que, quando os plásticos de sinalização laranja forem retirados dará mais amplitude à rua. Os técnicos eu lá estiveram disseram que uma rua daquelas deveria ter 6 metros de largo porque as ruas que têm 7 metros de largo são normalmente aquelas cujas viaturas podem passar a mais de 120 km/h, normalmente são vias rápidas, autoestradas. Consegiu-se ainda os 7 metros e já estava desmanchado a parte do lado esquerdo quando se desce e já está para trás 50 cm, já ficava melhor.

Por fim, recordou que, ao longo das últimas duas décadas, muitas obras e investimentos foram limitados, em parte devido a contratos de reequilíbrio financeiro, mas reforçou que a obra em curso não deve ser interrompida, dada a sua relevância para a comunidade e para o ordenamento urbano.

Referiu que não correspondia à realidade a ideia de que não teriam existido falhas ou responsabilidades no passado, considerando que tal perspetiva não era correta.

Salientou que a situação encontrada à data da tomada de funções era exigente, nomeadamente ao nível financeiro e operacional. Indicou que o Município teve de assumir e regularizar dívidas existentes, bem como proceder a uma intervenção significativa na área da limpeza urbana, atendendo ao estado de degradação em que a cidade se encontrava.

Acrescentou que, à época, Setúbal era apontada como uma das cidades mais sujas do país, referindo que tal avaliação foi inclusivamente destacada pela revista Sábado, em 2003.

Sublinhou que foram identificados diversos problemas acumulados, exigindo uma resposta abrangente por parte do executivo, sendo essa realidade do conhecimento de quem vivenciou esse período.

Concluiu referindo que, para além dos aspetos mencionados pelo Senhor Vereador relativamente ao mandato anterior, existiam ainda outras situações que não foram devidamente consideradas na sua intervenção.

Referiu que a análise não deveria limitar-se ao mandato anterior, mas abranger também décadas anteriores, questionando o papel desempenhado pelas juntas de freguesia antes da

descentralização de competências. Salientou que, à época, essa descentralização era praticamente inexistente, ocorrendo apenas de forma muito residual em alguns territórios, como o Sado e a Gâmbia.

Destacou o conjunto de intervenções realizadas pelo executivo, sublinhando que não se limitaram a ações superficiais, como pinturas, mas incluíram obras estruturantes. Nesse âmbito, evidenciou a intervenção na Várzea como uma das mais relevantes.

Referiu ainda o processo de negociação com o Governo então em funções, do Partido Socialista, relativamente a habitações na zona da Bela Vista, no qual o Município assumiu a realização de investimentos significativos, designadamente ao nível de equipamentos.

Sublinhou que, apesar das dificuldades financeiras existentes à época, foram concretizados diversos projetos, mencionando, a título de exemplo, o Pavilhão de Aranguêz, entre outros investimentos relevantes.

Acrescentou que foram realizadas múltiplas intervenções em equipamentos desportivos, questionando qual dos campos desportivos existentes não teria sido alvo de beneficiação, nomeadamente ao nível da relva.

Referiu que o executivo realizou um conjunto muito significativo de intervenções ao longo dos mandatos, destacando, a título exemplificativo, a requalificação de diversos campos desportivos, questionando qual dos equipamentos não teria sido objeto de intervenção, nomeadamente ao nível da colocação de relvado.

No que respeita à questão do estacionamento, afirmou que não foram apresentadas propostas concretas por parte da CDU - o PS e o CHEGA tinham dado propostas -, referindo que se limitou a criticar a forma de resolução adotada pelo executivo, sem indicar alternativas ou soluções a seguir.

Acrescentou que a CDU, em particular, centrou a sua intervenção na crítica ao processo, sem apresentar propostas objetivas para a resolução do problema.

Referindo-se ao contrato do Casino de Troia, disse que aquele tipo de contratos tinha a possibilidade de dar uma contrapartida financeira aos municípios localizados num determinado raio de proximidade. Na altura Mata de Cáceres não quis ficar com o casino, não aderiu ao respetivo protocolo. Os fundos comunitários não tinham sido aproveitados, aquilo tinha sido um grande fundo comunitário e que podia ter durado até aos dias de hoje. Mata Cáceres não tinha querido ficar nesse protocolo. Só quem recebia os dinheiros do casino era o Município de Grândola.

Referiu ainda que, posteriormente, foram desenvolvidas tentativas no sentido de reverter essa situação, as quais não tiveram acolhimento por parte dos governos em funções, incluindo durante o período do Governo liderado por Pedro Passos Coelho.

Salientou que as receitas em causa poderiam ter sido canalizadas, designadamente, para apoiar o sistema de transportes, nomeadamente através da redução de custos associados à operação da Atlantic Ferries.

Concluiu sublinhando que, apesar dessas limitações, foram concretizadas diversas intervenções pelo Município, em articulação com as juntas de freguesia, contrariando a ideia de inação.

Sr. Vereador Fernando José - Disse que a senhora Presidente tinha feito uma referência a uma capa da Sábado. Em mandatos anteriores a senhora Presidente disse que quando chegou à Câmara Municipal, se deparou com situações ainda não implementadas, mencionando, a título de exemplo, o POCAL. Tinha chegado em 2001/2002 e o POCAL era depois disso. Também falou na rede Wi-Fi pública, que na altura não existia. Salientou que, em 2001 e 2002, o acesso a tecnologias como telemóveis e computadores portáteis era limitado, o que condicionava a implementação de determinados projetos.

Disse que estava à espera da capa da Sábado de 2001.

Sra. Presidente – Disse que era da Sábado ou da Visão.

Sr. Vereador Fernando José – Mencionou que ficava à espera da capa da Sábado, mas a Sábado só tinha aparecido em 2004. Disse que a senhora Presidente tinha mencionado o investimento proposto pela Sonae que o Mata de Cáceres, não tinha aceitado, no período de 2004/2005. O Mata Cáceres tinha saído da Câmara em 2001, ficava também à espera que lhes apresentasse evidências das afirmações relativas a decisões e investimentos não aceites.

Sra. Presidente – Disse que traria a capa da Sábado ou da Visão. Acrescentou que houve debates públicos, incluindo intervenções televisivas, que refletiram a situação da cidade, sendo um exemplo disso a discussão com a jornalista Clara de Sousa, sobre o estado urbano e a perceção pública de Setúbal.

Sra. Vice-Presidente – Disse que aquela informação era complementar. Referiu que recebeu informação de que o processo em questão se encontrava parado, mas que, posteriormente, tomou conhecimento da existência de uma providência cautelar no Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada.

Indicou que, contrariamente ao procedimento habitual neste tipo de providências cautelares, o tribunal publicou editais e convocou eventuais reclamantes.

Acrescentou que os serviços municipais estão a atuar com alguma cautela, por receio de que a situação permaneça inalterada, salientando, contudo, a relevância do processo, nomeadamente pela instalação dos carregadores de veículos elétricos.

3 - Apresentação de saudações, recomendações, votos de louvor, votos de pesar e moções.

Sra. Presidente - Apresentou as seguintes saudações, cujos originais ficam anexos à presente ata, sob os registos n.ºs 7 a 17.

“Saudação

18.º Aniversário da Comissão de Festas em Honra da Nossa Senhora da Conceição Fundada a 3 de março de 2008

A Comissão de Festas em Honra da Nossa Senhora da Conceição, celebrou o seu 18.º aniversário no dia 3 de março.

A Câmara Municipal de Setúbal reconhece o inestimável valor do trabalho desenvolvido por esta comissão, cuja dedicação e empenho têm sido determinantes na promoção e organização das Festas em Honra de Nossa Senhora da Conceição. Ano após ano, estas celebrações, que se realizam na emblemática Capela de São Pedro, constituem um momento de profunda expressão de fé, de encontro comunitário e de valorização das tradições locais.

Estas festas assumem-se, por isso, como um importante património cultural e social do concelho, merecendo o reconhecimento público pelo seu contributo para a coesão, dinamização e valorização da vida local.

A Câmara Municipal de Setúbal saúda, assim, o esforço contínuo de todos os que, de forma voluntária e generosa, contribuem para manter viva uma festividade que honra não só a devoção religiosa, mas também a memória coletiva e a identidade histórica daquele lugar tão especial. Ao respeitar e preservar as suas raízes, esta comissão reforça o sentimento de pertença da comunidade e promove a transmissão de valores e costumes às gerações mais jovens”.

“Saudação

**26.º aniversário Centro Social O Bom Samaritano – Setúbal
Fundado a 24 de fevereiro de 2000**

A Câmara Municipal de Setúbal saúda o Centro Social O Bom Samaritano, instituição de reconhecido mérito na área da ação social que, desde a sua fundação em 24 de fevereiro de 2000, tem colocado a sua missão ao serviço da transformação positiva de inúmeras vidas. Enquanto IPSS de referência, o Centro afirma-se como um verdadeiro símbolo de esperança, contribuindo de forma decisiva para a construção de uma comunidade mais justa, solidária e inclusiva no concelho.

Ao longo de mais de vinte anos de atividade, o Centro Social O Bom Samaritano tem sido um apoio essencial para quem mais precisa, respondendo com empenho e sensibilidade às situações de maior vulnerabilidade social. Do apoio alimentar ao acompanhamento direto de famílias em risco, os seus projetos têm sido fundamentais para devolver dignidade, confiança e oportunidades, assegurando que ninguém fica excluído da vida comunitária.

O empenho contínuo dos dirigentes, colaboradores e voluntários espelha, de forma exemplar, valores como a justiça social, o respeito pelo outro e a solidariedade ativa. Para além de responder a necessidades imediatas, a instituição promove o envolvimento comunitário e o fortalecimento das redes de apoio social em Setúbal e na região, sendo uma inspiração na construção de uma sociedade mais humana e fraterna.

A Câmara Municipal de Setúbal felicita o Centro Social O Bom Samaritano pelo trabalho ímpar desenvolvido e pelo impacto profundo na vida da comunidade, desejando que o futuro seja marcado pela continuidade desta nobre missão, sempre pautada pela dedicação e pelo compromisso com o próximo”.

“Saudação

**49.º aniversário Alto da Guerra Sport Clube
Fundada a 28 de fevereiro de 1977**

A Câmara Municipal de Setúbal saúda o Alto da Guerra Sport Clube, uma instituição desportiva com uma história rica e um papel fundamental na vida da nossa comunidade. Fundado a 28 de fevereiro de 1977, o clube tem sido um ponto de encontro, de partilha de valores e de promoção do desporto em Alto da Guerra e na região de Setúbal.

Ao longo de quase cinco décadas, o Alto da Guerra Sport Clube tem-se afirmado, não apenas, como um espaço de prática desportiva, mas também como um verdadeiro agente de coesão social. Através das suas atividades, eventos e projetos, o clube tem proporcionado oportunidades para que crianças, jovens e adultos se envolvam em atividades saudáveis, dinâmicas e integradoras, promovendo o sentimento de pertença e solidariedade entre os habitantes da freguesia.

O trabalho desenvolvido pelo clube — desde a formação desportiva de jovens talentos, à organização de torneios e iniciativas que fomentam o convívio e a inclusão — tem contribuído de forma inequívoca para o desenvolvimento cultural e desportivo da comunidade.

A Câmara Municipal de Setúbal felicita todos os dirigentes, atletas e sócios que, com dedicação e compromisso, fazem do Alto da Guerra Sport Clube um exemplo de bem-estar coletivo”.

“Saudação

**97.º Aniversário da SIMBA – Sociedade de Instrução Musical de
Brejos de Azeitão**

Fundada a 4 de março de 1929

Fundada a 4 de março de 1929, a SIMBA – Sociedade de Instrução Musical de Brejos de Azeitão celebra mais um aniversário, por consequência o seu 97.º.

A Câmara Municipal de Setúbal associa-se a esta significativa data, saudando uma coletividade que se distingue pelo seu contributo nas áreas da música, convívio e atividades socioculturais, incluindo eventos musicais, participação em passeios culturais, escola de música e convívios comunitários.

Ao longo de várias décadas, a SIMBA afirmou-se como uma referência a nível local, com forte ligação à cultura local e ao movimento associativo de Azeitão, organizando eventos que visam promover a cultura musical e social na região.

A associação é frequentemente destacada local e regionalmente como um símbolo do movimento associativo e cultural de Azeitão, com quase um século de história e um papel central na vida comunitária local.

A Câmara Municipal de Setúbal reconhecendo o valioso contributo da SIMBA – Sociedade de Instrução Musical de Brejos de Azeitão, endereça votos de felicitações à coletividade na sua globalidade e aos seus órgãos sociais e associados em particular”.

“Saudação

16.º aniversário do Remo Clube Lusitano

Fundado a 02 de março de 2010

A Câmara Municipal manifesta o seu apreço e reconhecimento ao Remo Clube Lusitano, pela passagem de mais um aniversário da sua fundação, ocorrida em 2 de março de 2010.

Ao longo do seu percurso, o Remo Clube Lusitano tem afirmado um papel relevante na promoção do desporto, da formação cívica e da convivência associativa, contribuindo de forma meritória para a dinamização da vida social e cultural da comunidade. A sua ação tem sido pautada por valores como o espírito de equipa, a dedicação, o esforço e o fair play, constituindo um exemplo positivo para atletas, dirigentes e para a população em geral.

Este aniversário constitui, assim, uma oportunidade para enaltecer o trabalho desenvolvido ao longo dos anos pelos seus órgãos sociais, atletas, técnicos, associados e demais colaboradores, cujo empenho tem permitido consolidar e dignificar o nome do Remo Clube Lusitano.

A Câmara Municipal formula votos de contínuo sucesso ao Remo Clube Lusitano, na prossecução dos seus objetivos desportivos e associativos e deseja que o futuro seja marcado por novas conquistas”.

“Saudação

11.º aniversário da Ocean Alive – Cooperativa para a Educação Criativa Marinha

Fundada em março de 2015

A Câmara Municipal de Setúbal saúda a Ocean Alive – Cooperativa para a Educação Criativa Marinha pela passagem de mais um aniversário da sua fundação, ocorrida em março de 2015.

Ao longo destes anos, a Ocean Alive tem sabido unir ciência, criatividade e envolvimento comunitário, inspirando uma relação mais consciente, justa e sustentável com o mar.

A Câmara Municipal de Setúbal deixa um sincero reconhecimento sincero a todas as pessoas que constroem este projeto — equipa, cooperantes, parceiros e comunidades — e que fazem da educação uma verdadeira ferramenta de transformação.

Parabéns à Ocean Alive pelo seu percurso notável na promoção da educação marinha e da proteção dos oceanos.

Que continuem a educar, inspirar e cuidar do oceano”.

“Saudação

23.º Aniversário Núcleo Distrital de Setúbal da EAPN Portugal

– Rede Europeia Anti-Pobreza

Fundado em março de 2003

A Câmara Municipal de Setúbal congratula o Núcleo Distrital de Setúbal da EAPN Portugal – Rede Europeia Anti-Pobreza pela passagem do 23.º aniversário.

Com um percurso iniciado em março de 2003, esta estrutura consolidou-se como um eixo vital na defesa da dignidade humana, assumindo uma responsabilidade ética e social que tem

sido determinante na construção de uma região mais solidária e atenta aos direitos dos cidadãos.

Este trajeto de excelência no combate às assimetrias e na erradicação da exclusão social mereceu, no ano de 2024, a atribuição da Medalha de Honra da Cidade de Setúbal.

Através de uma intervenção de proximidade e de uma intervenção cívica persistente, o Núcleo Distrital de Setúbal, tem assegurado que os cidadãos em situação de maior vulnerabilidade tenham uma voz ativa e que as suas necessidades se convertam em medidas tangíveis de transformação.

O Município saúda, assim, todos os profissionais e colaboradores que dedicam o seu saber a esta causa transformadora. Manifestamos o nosso profundo reconhecimento pelo impacto do trabalho desenvolvido até hoje e fazemos votos de que o Núcleo continue a ser este símbolo de esperança e resiliência, projetando um futuro de plena inclusão para todos os setubalenses”.

“Saudação

70.º aniversário do Grupo Desportivo “Os Amarelos” Fundada a 01 de março de 1956

A Câmara Municipal de Setúbal saúda o Grupo Desportivo Os Amarelos pela passagem do seu 70.º aniversário, no passado dia 1 de março, uma data que demonstra a relevância da coletividade no panorama desportivo e associativo do nosso concelho.

Ao longo do seu percurso, o Grupo Desportivo Os Amarelos tem desenvolvido um trabalho meritório na promoção da prática desportiva, do convívio saudável e do espírito de equipa, contribuindo para a formação desportiva e humana de várias gerações. A sua atividade tem sido marcada pelo empenho, pelo voluntariado e por um forte sentido de pertença à comunidade local.

Importa reconhecer o esforço continuado dos seus dirigentes, treinadores, atletas e associados, cuja dedicação tem permitido a consolidação do clube enquanto espaço de participação cívica, inclusão e dinamização social, reforçando o papel do associativismo como pilar fundamental da vida comunitária em Setúbal.

Neste momento de celebração, a Câmara Municipal de Setúbal endereça ao Grupo Desportivo Os Amarelos os seus mais sinceros votos de felicidades, desejando a continuidade de um percurso pautado pelo sucesso, pela afirmação dos valores desportivos e pelo contributo positivo para o desenvolvimento do concelho”.

“Saudação

32.º aniversário Grupo Coral “Os Amigos dos Sadiños” Fundada a 23 de fevereiro de 1994

A Câmara Municipal de Setúbal saúda o Grupo Coral “Os Amigos dos Sadiños” pela passagem do seu 32.º aniversário que se assinalou no passado dia 23 de fevereiro.

Neste momento comemorativo, é de destacar a relação histórica e identitária que liga o grupo à sua casa-mãe, o Clube de Futebol “Os Sadiños”. Esta ligação reflete de forma exemplar a articulação entre o desporto e a cultura, afirmando a coletividade como um elemento relevante da identidade e da vida associativa do concelho de Setúbal.

O Grupo Coral tem desempenhado um papel significativo na valorização e divulgação do Cante Alentejano — Património Cultural Imaterial da Humanidade —, contribuindo para a preservação desta expressão cultural e para o reforço da memória coletiva. A sua atividade regular promove o convívio, a inclusão social e o fortalecimento dos laços comunitários, levando o nome de Setúbal a diversos contextos culturais.

A Câmara Municipal de Setúbal felicita o Grupo Coral “Os Amigos dos Sadiños”, desejando a continuidade de um percurso marcado pelo empenho, pela dedicação e pelo contributo relevante para a cultura local”.

“Saudação

*91.º Aniversário da Corpo Nacional de Escutas
agrupamento 59 – S. Sebastião
Fundado a 28 de fevereiro de 1935*

Com quase um século de existência, o Corpo Nacional de Escutas, agrupamento 59 - São Sebastião celebrou o seu 91.º aniversário, no passado dia 28 de fevereiro.

A Câmara Municipal de Setúbal parabeniza aquele que foi o primeiro agrupamento do escutismo Católico da Região de Setúbal expressando o apoio a esta significativa efeméride.

Ao longo de mais de 90 anos de atividade, este agrupamento tem como missão geral educar jovens para uma cidadania ativa e responsável, promovendo o desenvolvimento integral do indivíduo nas suas dimensões pessoal, social e espiritual. Procura, igualmente, estimular o respeito pela natureza, pela comunidade e pelo próximo, incentivando atitudes de solidariedade, cooperação e serviço.

Assente nos princípios do Escutismo Católico, fomenta valores orientados pela Promessa e pela Lei do Escutismo, contribuindo para a formação de cidadãos comprometidos, conscientes e participativos na sociedade.

Com atividades que incluem acampamentos, atividades ao ar livre, formação e a participação ativa em projetos educativos e de voluntariado, este agrupamento tem mantido sempre ao longo da sua existência um elevado sentido de missão cívica, formativa e educativa.

A Câmara Municipal de Setúbal orgulha-se do contributo do Corpo Nacional de Escutas, agrupamento 59 – São Sebastião, para a nossa comunidade, felicitando todos os seus órgãos sociais e associados”.

“Saudação

*45.ºAniversário da Associação de Moradores da Praça do Brasil
“O Girassol”*

Fundado a 27 de fevereiro de 1981

A Associação de Moradores da Praça do Brasil “O Girassol” celebrou no dia 27 de fevereiro com elevado mérito, o seu 45.º aniversário.

A Câmara Municipal de Setúbal associa-se a esta significativa efeméride, saudando uma coletividade que tendo originalmente sido criada como uma associação de moradores, passou com o tempo a ter uma forte atuação na área social e educativa, especialmente em respostas ligadas à infância.

Ao longo de várias décadas, a Associação de Moradores da Praça do Brasil “O Girassol” tem afirmado a sua relevância no âmbito formativo e educativo através da dinamização do infantário “O Girassol”. Esta valência acolhe crianças desde os primeiros meses de vida até ao ingresso no ensino básico, desenvolvendo um projeto educativo centrado na promoção da cidadania, na formação de valores e no desenvolvimento global da criança.

Com um horário alargado, o infantário procura responder às necessidades das famílias da comunidade, proporcionando um ambiente seguro, acolhedor e estimulante, que favorece o crescimento harmonioso das crianças nas suas dimensões social, emocional, cognitiva e física.

Além da ação educativa, esta Associação, desenvolve um significativo papel de solidariedade social através de ações e campanhas específicas de apoio a populações carenciadas.

A Câmara Municipal de Setúbal reconhece assim, o valioso contributo da Associação de Moradores da Praça do Brasil “O Girassol” para a comunidade, endereçando votos de felicitações à associação, aos seus órgãos sociais e a todos os seus associados”.

Sra. Vereadora Patrícia Paz - Apresentou as seguintes saudações, cujos originais ficam anexos à presente ata, sob os registos n.ºs 18 a 22.

“Saudação

Aniversário da Associação de Moradores da Praça do Brasil – O Girassol
Constituída em 1981, a Associação de Moradores da Praça do Brasil – O Girassol celebrou, no passado dia 27 de fevereiro, o seu 45.º aniversário.

Esta Associação, que surgiu de um grupo informal de moradores da Freguesia de Santa Maria da Graça que, em 1974, criou um projeto de âmbito educativo, tem promovido, através das valências de infantilário, pré-escolar e berçário, o desenvolvimento global das capacidades físicas, cognitivas e sociais das crianças, por meio da dinamização de atividades educativas assentes na cidadania, na inclusão e no respeito pela diversidade.

Desde a sua fundação, esta instituição tem vindo a crescer e a consolidar-se, através da aquisição de novas infraestruturas e da especialização do pessoal docente, procurando adaptar-se à evolução das necessidades das populações, com a criação e implementação de mais e melhores respostas.

Reconhecendo o importante papel assumido por entidades como a Associação de Moradores da Praça do Brasil – O Girassol, que asseguram o apoio às famílias, garantindo o acesso a respostas educativas na primeira infância e promovendo a coesão social e o desenvolvimento dos territórios a nível local, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam esta instituição, os seus órgãos sociais, associados e trabalhadores por mais um aniversário”.

“Saudação

Aniversário do Centro Cultural Africano

Fundado em 1977, o Centro Cultural Africano assinalou, no passado dia 5 de fevereiro, o seu 49.º aniversário.

Esta associação sem fins lucrativos, de âmbito cultural e recreativo, foi criada tendo como principal objetivo promover a diversidade cultural, através da organização de iniciativas que visem fomentar o intercâmbio e a partilha de experiências e a integração dos migrantes nas comunidades locais.

Entidades como esta assumem uma relevância estratégica em territórios com migrantes ou comunidades imigrantes, como o concelho de Setúbal, enquanto instrumentos de inclusão social, educação intercultural e fortalecimento dos laços comunitários.

Assim, a sua atividade, para além de constituir um apoio imprescindível, em particular, a novos imigrantes, desempenha um papel determinante para o desenvolvimento dos territórios a nível local, bem como para a coesão social.

Desta forma, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Centro Cultural Africano, órgãos sociais e associados por mais um aniversário fazendo votos de continuação do bom trabalho desenvolvido em prol da comunidade, para a construção de uma sociedade mais igual, justa e inclusiva”.

“Saudação

Aniversário do Centro Jovem Tabor

O Centro Jovem Tabor, IPSS de ereção canónica e de utilidade pública, assinalou o seu 39.º aniversário no dia 22 de fevereiro.

Fundada em 1987, esta instituição tem como missão prestar acolhimento a jovens em situação de risco social, proporcionando-lhes condições de vida que se aproximem de um ambiente familiar e promovendo o seu desenvolvimento físico, espiritual, intelectual e moral, com vista à sua integração na sociedade.

Assim, no Lar Residencial, o Centro garante apoio social integral, acompanhamento e a estruturação da vida quotidiana a cerca de 20 jovens do género masculino, procurando, junto destes e de forma individualizada, fomentar a aquisição de competências pessoais, sociais e profissionais, de acordo com os seus interesses, vocações e perfis psicológicos, através do desenvolvimento dos “Projetos de Vida”.

Perante o aumento do número de processos e de situações de risco registados pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), num contexto em que se verifica igualmente um maior número de jovens do género masculino colocados em acolhimento, em

particular durante a adolescência, entidades como o Centro Jovem Tabor assumem um papel estrutural, constituindo uma resposta alternativa à institucionalização clássica, com impacto social mais amplo.

Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Centro Jovem Tabor, os seus órgãos sociais, trabalhadores e voluntários por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do excelente trabalho e transmitindo todo o seu reconhecimento pelo importante papel e função social desempenhados por esta instituição na proteção de crianças e jovens”.

“Aniversário do Centro Qualifica Arrábida

O Centro Qualifica Arrábida assinalou o 9.º aniversário do início das suas operações no dia 1 de março.

Integrado no Programa Qualifica, iniciativa nacional que visa apoiar a qualificação ao longo da vida através da informação, orientação, reconhecimento e certificação de competências escolares e profissionais, este Centro surgiu da necessidade de reforçar as qualificações formais da população adulta local.

Desta forma, oferece um conjunto de serviços especializados de qualificação, tendo como principal público-alvo pessoas adultas com qualificações baixas ou incompletas. Ao seguir as orientações do Programa Qualifica, inclui metodologias como o processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA), formação modular e outras ações formativas.

Enquanto instrumentos estratégicos para o desenvolvimento dos territórios a nível local, os Centros Qualifica têm um impacto direto em múltiplas dimensões, contribuindo para a diminuição do défice de qualificações, promovendo a empregabilidade e fomentando a inclusão social.

Assim, os Vereadores eleitos saúdam e felicitam o Centro Qualifica Arrábida e toda a equipa técnico-pedagógica pelo importante trabalho desenvolvido ao longo dos últimos 9 anos, em prol da coesão social e melhoria das condições e qualidade de vida das populações do concelho de Setúbal”.

“Saudação

Aniversário da Associação de Imigrantes Romenos Mica Romanie

A Associação de Imigrantes Romenos Mica Romanie, fundada em 2010, assinalou o seu 16.º aniversário no dia 7 de fevereiro.

Tendo surgido como espaço de encontro para imigrantes romenos e suas famílias, esta entidade tem desenvolvido uma importante atividade de apoio à integração na comunidade local, promovendo o intercâmbio cultural e a preservação e valorização das tradições da cultura romena.

Para além disso, tem também organizado e participado, ao longo dos anos, em iniciativas que visam fomentar o diálogo intercultural entre diferentes comunidades de imigrantes presentes em Setúbal.

Perante a realidade de uma sociedade cada vez mais multicultural, associações como a Mica Romanie são muito mais do que simples estruturas comunitárias, constituindo-se como agentes-chave e atores estratégicos para o desenvolvimento dos territórios a nível local, com um impacto social, cultural e económico significativo.

Desta forma, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Associação de Imigrantes Romenos Mica Romanie, órgãos sociais, associados e toda a comunidade romena residente no concelho de Setúbal por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho”.

Sra. Vereadora Ana José Carvalho - Apresentou as seguintes saudações, cujos originais ficam anexos à presente ata, sob os registos n.ºs 23 a 28.

“Saudação

70.º Aniversário do Grupo Desportivo “Os Amarelos”

No passado dia 1 de março, o Grupo Desportivo “Os Amarelos” assinalou mais um aniversário, evocando um percurso iniciado em 1956, profundamente ligado à história e à identidade desportiva e associativa do nosso concelho.

Ao longo de sete décadas, “Os Amarelos” afirmaram-se como uma coletividade de referência, promovendo o desporto, o convívio e a participação comunitária, e desempenhando um papel relevante na formação de gerações de atletas e cidadãos. A sua atividade regular, o dinamismo das suas estruturas e o envolvimento dos seus dirigentes, técnicos, atletas e associados constituem um exemplo de dedicação ao movimento associativo.

A história do Grupo Desportivo “Os Amarelos” reflete o esforço contínuo de uma instituição que, com dedicação e criatividade, ultrapassa desafios e contribui de forma decisiva para a vitalidade social e desportiva da comunidade, sendo um verdadeiro ponto de encontro e de identidade para os seus associados.

O aniversário do Grupo Desportivo “Os Amarelos” é, por isso, momento de reconhecimento público pelo contributo prestado ao desenvolvimento desportivo e social de Setúbal, bem como de renovação do compromisso coletivo com a valorização do associativismo.

A CDU propõe que a Câmara Municipal de Setúbal saúde o Grupo Desportivo “Os Amarelos” pelo seu aniversário, reconhecendo o seu percurso histórico e o seu contributo para o desporto e para a vida comunitária do concelho, e formulando votos de contínuo sucesso na prossecução da sua missão”.

“Saudação

Aniversário do Remo Clube Lusitano

O Remo Clube Lusitano celebrou o seu 16.º aniversário no passado dia 2 de março.

Fundado em 2010, o Clube tem participado regularmente em competições federadas, promovendo a prática desportiva do remo junto de várias faixas etárias e contribuindo para a promoção desta modalidade na região e no país.

Através da sua atividade, que tira partido das condições naturais ímpares da nossa região, tem reforçado a presença de Setúbal no panorama competitivo do remo, apostando na formação de jovens atletas e promovendo a valorização e preservação da tradição e cultura náutica do concelho.

Com resultados de mérito em provas nacionais e internacionais, o Remo Clube Lusitano tem vindo a afirmar-se como referência e polo de excelência na modalidade de remo, contando com um percurso consistente no que respeita à formação, conquistas e reconhecimento institucional, apesar das dificuldades que persistem dada a ausência de infraestruturas adequadas.

Dos excelentes resultados obtidos em 2025, destacam-se as 3 medalhas conquistadas na 2.ª etapa da Taça de Portugal de Remo de Mar, bem como a conquista da prata no Campeonato Nacional de Remo Indoor, no Pharoos Trophy 2025 e no Coupe de la Jeunesse.

Reconhecendo os importantes contributos desta entidade para a promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações e para a valorização do potencial desportivo de Setúbal, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Remo Clube Lusitano, órgãos sociais, sócios, atletas e equipa técnica por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do excelente trabalho”.

“Saudação

Escola de Hotelaria e Turismo de Setúbal em grande destaque na 21.ª edição do concurso Interescolas

A Escola de Hotelaria e Turismo de Setúbal participou na 21.ª edição do concurso Interescolas, uma das principais montras de talento jovem nas áreas da hotelaria e do turismo em Portugal.

Nesta competição, considerada uma das mais exigentes a nível nacional e que, este ano, contou com a participação de mais de 150 alunos, a Escola destacou-se pelos resultados obtidos em diversas categorias, somando um total de seis distinções.

O maior destaque foi o primeiro lugar na categoria de Bar, resultado que colocou Setúbal no topo da competição nessa área. A prestação foi ainda reforçada com três segundos lugares, conquistados nas categorias de Cozinheiro Bio, Taça Joaquim Janeiro e Turismo. Já nas categorias de Cozinheiro Aprendiz e Gestão Hoteleira, a instituição garantiu igualmente dois terceiros lugares.

Os melhores classificados, para além de terem alcançado o pódio, terão a oportunidade de representar Portugal em competições internacionais, nomeadamente nos Encontros Europeus da AEHT (Associação Europeia de Escolas de Hotelaria e Turismo) e na Conferência Anual da EURHODIP (Associação Internacional de Apoio ao Ensino e Formação em Hotelaria e Turismo).

Com estes resultados, a Escola de Hotelaria e Turismo de Setúbal vê reforçada a sua posição entre as instituições de referência na formação de futuros profissionais, numa edição do Interescolas marcada pela forte competitividade e pelo elevado nível técnico entre participantes.

Saudando a Escola de Hotelaria e Turismo de Setúbal pelo importante trabalho desenvolvido no âmbito da formação nas áreas da hotelaria e do turismo, setores com profunda relevância para a economia local, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista felicitam a instituição, toda a comunidade educativa e, em particular, os alunos que participaram neste concurso pela sua excelente prestação”.

“Saudação

Aniversário da Sociedade de Instrução Musical de Brejos de Azeitão

A SIMBA – Sociedade de Instrução Musical de Brejos de Azeitão, entidade de referência do movimento associativo setubalense e azeitonense, assinala hoje, dia 4 de março, o seu 97.º aniversário.

Fundada em 1929, esta entidade tem vindo a afirmar-se como um importante dinamizador da atividade cultural no concelho de Setúbal e, em particular, na União das Freguesias de Azeitão.

Através da promoção de atividades de cariz lúdico, recreativo e formativo, como concertos meditativos, aulas de guitarra e workshops, mas também de iniciativas que visam fomentar o convívio e a partilha de experiências, como a Feira das Artes, a SIMBA tornou-se uma casa comum de cidadania e participação para toda a comunidade.

Neste sentido, reconhecendo o papel determinante do movimento associativo para o desenvolvimento dos territórios a nível local e para a criação de comunidades mais coesas, resilientes e inclusivas, enquanto expressão de participação cívica, essencial para o fortalecimento da democracia, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a SIMBA, os seus órgãos sociais e associados por mais um aniversário”.

“Saudação

Aniversário da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal

A Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal celebrou, no passado dia 21 de fevereiro, o seu 240.º aniversário, assinalando um extenso legado de dedicação, responsabilidade e dever para com as populações de Setúbal e Azeitão.

Esta instituição de referência desempenha um papel fundamental não só na salvaguarda da segurança coletiva, mas também na preservação e proteção do património natural e edificado, afirmando-se como agente-chave para o desenvolvimento integral e sustentável do concelho.

A sua ação diária reflete o espírito de missão de todos aqueles e aquelas que a integram, bem como a sua elevada competência técnica para dar resposta às necessidades de intervenção num município com características ímpares.

Neste sentido, torna-se particularmente relevante, num concelho com especificidades naturais, forte presença industrial e uma intensa atividade portuária como Setúbal, assegurar a existência de uma estrutura robusta e com capacidade operacional, enquanto investimento estratégico e fundamental.

Valorizar a Companhia, através do reforço de meios humanos e materiais, bem como da sua elevação a Batalhão, é mais do que uma questão organizacional, constituindo uma resposta adequada às características próprias do território e às necessidades das populações.

Assim, reafirmando o seu compromisso com a valorização destes profissionais, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam os Bombeiros Sapadores de Setúbal por mais um aniversário”.

“Saudação

Aniversário do Alto da Guerra Sport Clube

O Alto da Guerra Sport Clube, fundado em 1977, celebrou o seu 48.º aniversário no dia 28 de fevereiro.

Criado com o objetivo de promover e dinamizar atividades desportivas de carácter recreativo, formativo e competitivo, o Clube enfrentou, desde o início, inúmeras dificuldades que afetaram, em parte, a sua capacidade de resposta. No entanto, entrou recentemente numa fase de consolidação, com o início de um ciclo assente no reforço da oferta do desporto de formação na modalidade de futebol. Neste contexto, alcançou um marco histórico ao participar, pela primeira vez, numa prova federada, em 2024.

Para além da atividade realizada no âmbito da formação desportiva de crianças e jovens, o Alto da Guerra SC organiza iniciativas como torneios, de que são exemplo o Grande Torneio do Alto da Guerra, que, em 2025, contou com a sua 2.ª edição, o Torneio Fut5, realizado no âmbito das comemorações do 25 de Abril de 1974, e o Torneio AGSC Fut5, realizado no passado dia 28 de fevereiro, nas celebrações do aniversário do Clube.

Estabelecendo parcerias estratégicas, não só com o poder local, mas também com outras entidades do movimento associativo do concelho, este Clube tem trilhado um importante e reconhecido caminho de afirmação.

Desta forma, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Alto da Guerra Sport Clube, os seus órgãos sociais, sócios, atletas e técnicos por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho”.

Sr. Vereador Edgar de Jesus - Apresentou as seguintes saudações, cujos originais ficam anexos à presente ata, sob os registos n.ºs 29 a 32.

“Saudação

Dia Internacional da Mulher

No dia 8 de março assinala-se o Dia Internacional da Mulher, uma data de profundo significado histórico e social, que nos convida à reflexão, ao reconhecimento e à valorização do papel das mulheres na construção da nossa sociedade.

Ao longo das gerações, as mulheres têm sido protagonistas fundamentais no desenvolvimento das famílias, das comunidades e das instituições. Com resiliência, competência e dedicação, têm contribuído de forma decisiva para o progresso social, económico, cultural e político do país e do nosso concelho.

Esta é uma ocasião para reconhecer o trabalho das mulheres nas mais diversas áreas — na educação, na saúde, na ação social, na administração pública, nas forças de segurança, no tecido empresarial, no associativismo, na cultura e no desporto. É igualmente um momento para destacar o papel insubstituível que tantas mulheres desempenham no seio das suas famílias, assegurando cuidado, equilíbrio e estabilidade.

O Dia Internacional da Mulher deve também servir para reafirmar a importância da promoção da igualdade de oportunidades, da valorização profissional, da conciliação entre a vida familiar e laboral e do combate firme a todas as formas de discriminação e violência. A dignidade humana e o respeito devem ser princípios inegociáveis numa sociedade moderna e democrática.

No plano local, importa continuar a criar condições que incentivem a participação ativa das mulheres na vida cívica, que apoiem as famílias e que reforcem mecanismos de proteção e proximidade social.

Assim, nesta reunião de Câmara, expressamos a nossa homenagem e reconhecimento a todas as mulheres do nosso concelho, agradecendo o seu contributo diário e reafirmando o compromisso com uma comunidade mais justa, inclusiva e solidária”.

“Saudação

240.º ANIVERSÁRIO

CORPORAÇÃO BOMBEIROS SAPADORES DE SETÚBAL

No passado dia 21 de fevereiro, celebrámos com enorme orgulho os 240 anos da Corporação de Bombeiros Sapadores de Setúbal, uma instituição que, ao longo de mais de dois séculos, tem sido sinónimo de coragem, serviço público e dedicação inabalável à nossa comunidade.

Esta data histórica é muito mais do que um número: é um testemunho vivo do empenho, do esforço e do sacrifício de todos os homens e mulheres que, ao longo dos anos, vestiram o uniforme com honra, colocando sempre a vida dos outros à frente da sua própria. Desde os primeiros Sapadores, que enfrentaram desafios e riscos num Setúbal muito diferente do que conhecemos hoje, até aos profissionais que diariamente continuam a garantir a segurança e o bem-estar da nossa cidade, todos merecem o nosso reconhecimento e profunda gratidão.

A Corporação de Bombeiros Sapadores de Setúbal construiu uma reputação sólida de excelência, marcada por uma entrega total às missões de socorro, prevenção e proteção civil. Cada intervenção, cada hora de serviço, cada ato de coragem é um reflexo do espírito de solidariedade que define esta corporação. E é este espírito que continua a inspirar as novas gerações de bombeiros, garantindo que a chama da dedicação e do compromisso nunca se apague.

Neste dia especial, recordamos com respeito e admiração todos aqueles que já passaram por este corpo de bombeiros, bem como todos os que hoje continuam a servir a cidade de Setúbal com determinação e profissionalismo. A sua devoção incansável é o verdadeiro alicerce desta instituição histórica e o motivo pelo qual a nossa cidade sente orgulho em contar com um corpo de bombeiros à altura da sua história e das suas necessidades.

Que os próximos anos continuem a ser de bravura, serviço exemplar e união em prol da nossa comunidade. Que cada sapador, presente ou futuro, continue a escrever com coragem e dedicação as páginas de uma história que nos orgulha a todos”.

“Saudação

99.º Aniversário do Comando Distrital de Setúbal da PSP

Assinalou-se, no dia 24 de fevereiro, o 99.º aniversário do Comando Distrital de Setúbal da PSP, uma data de enorme significado para o nosso distrito e, em particular, para o concelho de Setúbal.

São quase cem anos de serviço público, dedicação e compromisso com a segurança das populações. Ao longo de décadas, gerações de profissionais da PSP têm estado na linha da frente, garantindo a ordem pública, prevenindo a criminalidade e assegurando a tranquilidade das nossas comunidades.

Num território com realidades diversas e desafios constantes, o papel da PSP é absolutamente essencial. A proximidade às populações, o patrulhamento, a intervenção em situações de risco e o trabalho diário, muitas vezes discreto, mas determinante, merecem o nosso reconhecimento institucional.

Esta saudação é, por isso, uma justa homenagem a todos os agentes, chefias e restantes profissionais que, com coragem e sentido de missão, servem Setúbal e o País.

Que este 99.º aniversário seja não apenas um momento de celebração, mas também de renovação do compromisso coletivo com a valorização das forças de segurança, garantindo-lhes os meios e as condições necessárias para o pleno exercício das suas funções.

Em nome dos Vereadores do CHEGA, deixamos uma palavra de profundo respeito e agradecimento ao Comando Distrital de Setúbal da PSP”.

“Saudação

1 março: Dia Mundial da Proteção Civil

No dia 1 de março assinala-se o Dia Mundial da Proteção Civil, data que constitui uma oportunidade para reconhecer publicamente o trabalho, a dedicação e o espírito de missão de todos os profissionais e voluntários que asseguram a proteção e a segurança das nossas populações.

A Proteção Civil é um dos pilares fundamentais de qualquer comunidade organizada. A sua atuação não se limita à resposta em momentos de crise; envolve um trabalho permanente de planeamento, prevenção, avaliação de riscos, formação e articulação entre diferentes entidades. É esse esforço contínuo que permite que, perante situações de emergência, exista capacidade de resposta célere, coordenada e eficaz.

Num território com características urbanas, industriais e ambientais específicas, a preparação assume particular relevância. A atualização dos planos municipais de emergência, a realização de exercícios de simulação, a manutenção e modernização de equipamentos, bem como a formação contínua dos operacionais, são fatores determinantes para garantir a segurança coletiva.

É de inteira justiça, destacar também o papel dos bombeiros, das forças de segurança, dos técnicos municipais, dos profissionais de saúde, dos serviços de emergência e de todos os agentes de proteção civil que, muitas vezes em condições exigentes, colocam o interesse público acima de qualquer outra consideração.

Assinalar o Dia Mundial da Proteção Civil deve, por isso, servir não apenas como momento de reconhecimento, mas também como renovação do compromisso com o investimento responsável em meios humanos e técnicos, com o reforço da coordenação institucional e com a promoção de uma verdadeira cultura de segurança.

Assim, expressamos o nosso profundo apreço e reconhecimento a todos os que integram e colaboram com a Proteção Civil, agradecendo o seu contributo essencial para uma comunidade mais segura, preparada e solidária”.

Sr. Vereador Edgar de Jesus - Apresentou a seguinte recomendação cujo original fica anexo à presente ata, sob o registo n.º 33.

“Recomendação

AUTARCAS: HERÓIS POR UM DIA

A dádiva de sangue é um acto simples, voluntário e profundamente solidário, capaz de salvar vidas todos os dias. No entanto, o stock do Hospital de São Bernardo nem sempre acompanham as necessidades diárias, e esta insuficiência torna-se especialmente crítica em períodos festivos, de férias ou de maior procura clínica.

A nível local, enquanto representantes dos cidadãos, temos a responsabilidade de incentivar e facilitar este gesto de generosidade, bem como a promoção regular de campanhas de recolha em articulação com as demais instituições e entidades do Concelho.

Assim, recomendamos a criação da iniciativa “Autarcas: Heróis por um Dia”, que consiste na doação de sangue no Hospital de São Bernardo. por parte de todos os elementos que compõe os Executivo, bem como dos restantes Vereadores, estendendo a iniciativa aos Membros da Assembleia Municipal, demonstrando o compromisso com a comunidade, criando um efeito multiplicador que estimule a população em geral a participar voluntariamente e de forma regular na doação de sangue, contribuindo para reforçar as reservas no Hospital de São Bernardo.

Recomenda-se ainda que o Executivo articule os métodos organizacionais para a implementação desta ação, definindo o planeamento da participação dos autarcas e as formas de comunicação que garantam a máxima visibilidade pública, de modo a inspirar e envolver a população na cultura da doação de sangue”.

Sr. Vereador Nuno Costa - Apresentou as seguintes saudações, cujos originais ficam anexos à presente ata, sob os registos n.ºs 34 a 38.

“Saudação

97.º Aniversário da Sociedade Instrução Musical de Brejos de Azeitão

Celebra-se hoje o 97.º aniversário da SIMBA - Sociedade Instrução Musical de Brejos de Azeitão, fundada em 1929, trata-se de uma instituição que tem vindo a afirmar-se como referência no panorama cultural e associativo do concelho de Setúbal. Ao longo de quase um século, a SIMBA tem promovido a música, a educação musical e a cultura, contribuindo de forma significativa para a formação de músicos, o enriquecimento cultural da comunidade e a valorização da vida coletiva em Azeitão.

O seu percurso é marcado pelo empenho, dedicação e paixão de sucessivas gerações de músicos, diretores e associados, cujo trabalho voluntário tem garantido a continuidade da missão da coletividade, preservando tradições, estimulando talentos e fortalecendo os laços de comunidade. Cada ensaio, cada concerto e cada iniciativa é expressão de compromisso, de profissionalismo e de amor pela cultura e pela música.

A SIMBA desempenha um papel central na vida cultural de Azeitão e do concelho, sendo um espaço de formação, convívio e transmissão de valores, contribuindo de forma inestimável para a identidade e coesão. Reconhecer o seu trabalho é também afirmar a importância das coletividades na construção de uma sociedade mais rica, participativa e culturalmente vibrante.

A CDU propõe que a Câmara Municipal de Setúbal saúde a SIMBA - Sociedade Instrução Musical de Brejos de Azeitão pelo seu 97.º aniversário, reconhecendo o seu percurso histórico, a excelência do seu contributo para a cultura e a vida comunitária, e formulando votos de continuidade, desenvolvimento e sucesso na prossecução da sua nobre missão”.

“Saudação

70.º Aniversário do Grupo Desportivo “Os Amarelos”

No passado dia 1 de março, o Grupo Desportivo “Os Amarelos” assinalou mais um aniversário, evocando um percurso iniciado em 1956, profundamente ligado à história e à identidade desportiva e associativa do nosso concelho.

Ao longo de sete décadas, “Os Amarelos” afirmaram-se como uma coletividade de referência, promovendo o desporto, o convívio e a participação comunitária, e desempenhando um papel relevante na formação de gerações de atletas e cidadãos. A sua atividade regular, o dinamismo das suas estruturas e o envolvimento dos seus dirigentes, técnicos, atletas e associados constituem um exemplo de dedicação ao movimento associativo.

A história do Grupo Desportivo “Os Amarelos” reflete o esforço contínuo de uma instituição que, com dedicação e criatividade, ultrapassa desafios e contribui de forma decisiva para a vitalidade social e desportiva da comunidade, sendo um verdadeiro ponto de encontro e de identidade para os seus associados.

O aniversário do Grupo Desportivo “Os Amarelos” é, por isso, momento de reconhecimento público pelo contributo prestado ao desenvolvimento desportivo e social de Setúbal, bem como de renovação do compromisso coletivo com a valorização do associativismo.

A CDU propõe que a Câmara Municipal de Setúbal saúde o Grupo Desportivo “Os Amarelos” pelo seu aniversário, reconhecendo o seu percurso histórico e o seu contributo para o desporto e para a vida comunitária do concelho, e formulando votos de contínuo sucesso na prossecução da sua missão”.

“Saudação

33.º Aniversário do Grupo Coral “Os Amigos dos Sadinós”

No passado dia 23 de fevereiro assinalou-se o 33.º aniversário do Grupo Coral “Os Amigos dos Sadinós”, uma coletividade que, ao longo de mais de três décadas, desempenhou um papel relevante na dinamização cultural do nosso concelho.

O Grupo Coral “Os Amigos dos Sadinós” constituiu um exemplo de dedicação à música, à tradição e ao convívio intergeracional, preservando e divulgando o património cultural ligado à identidade sadina. Através das suas atuações e da sua participação ativa em iniciativas culturais e comunitárias, contribuiu para fortalecer os laços de proximidade, promover a cultura popular e afirmar Setúbal como território de vivência cultural intensa, participada e enraizada nas suas gentes.

Num tempo em que o associativismo enfrentou múltiplos desafios, foi justo reconhecer o empenho de todos os seus dirigentes, cantadores e colaboradores que, de forma voluntária e persistente, mantiveram viva esta expressão artística e comunitária. Por detrás de cada atuação estiveram pessoas, histórias de dedicação e um compromisso genuíno com a cultura e com a comunidade.

Importa ainda sublinhar o papel determinante dos cantares tradicionais alentejanos, que chegaram a Setúbal através dos movimentos migratórios de homens e mulheres oriundos do Alentejo que aqui se fixaram para trabalhar, sobretudo nas atividades industriais, portuárias e conserveiras. Esses cantares, profundamente ligados ao quotidiano e ao mundo do trabalho, acompanharam gerações de trabalhadores, funcionando como expressão de identidade, união e resistência, encontrando no movimento associativo e em grupos como “Os Amigos dos Sadinós” um espaço de continuidade e valorização cultural.

O percurso destes 33 anos foi, também, reflexo da vitalidade do movimento associativo no nosso concelho, cuja importância social, cultural e cívica mereceu valorização e apoio.

A CDU propõe que a Câmara Municipal de Setúbal saúde o Grupo Coral “Os Amigos dos Sadinós” pelo seu 33.º aniversário, reconhecendo o seu contributo para a cultura, para o associativismo e para a afirmação da identidade sadina, formulando votos de continuação de um trabalho profícuo em prol da nossa comunidade”.

“Saudação

Aniversário da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal

No passado dia 21 de fevereiro, a Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal celebrou 240 anos de existência — um marco histórico que honra Setúbal e enaltece uma das mais antigas e prestigiadas instituições ao serviço da população.

Ao longo de mais de dois séculos, esta Companhia tem sido sinónimo de coragem, disciplina e dedicação à causa pública. A sua intervenção permanente na proteção de pessoas e bens, no socorro em emergências e na resposta a ocorrências de elevada complexidade traduz um compromisso diário com a segurança e o bem-estar da comunidade.

São 240 anos de história feitos de profissionalismo, sacrifício e sentido de missão. São gerações de homens e mulheres que, com elevado espírito de serviço público, colocaram sempre o interesse coletivo acima de qualquer outra consideração, enfrentando riscos e adversidades com bravura e competência.

Num tempo em que as exigências colocadas às forças de proteção civil são cada vez maiores, importa reconhecer o papel absolutamente estruturante da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal, cuja preparação técnica, capacidade operacional e profundo conhecimento do território constituem uma mais-valia inestimável para o concelho.

Assinalar este aniversário é, pois, afirmar publicamente o respeito e a gratidão do município para com todos aqueles que, ao longo de 240 anos, serviram e continuam a servir Setúbal com honra e dedicação.

A CDU propõe que a Câmara Municipal de Setúbal saúde a Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal pela celebração do seu 240.º aniversário, expressando o seu reconhecimento institucional e formulando votos de continuidade no cumprimento da sua nobre e indispensável missão”.

“Saudação

49.º Aniversário do Alto da Guerra Sport Clube

No passado dia 28 de fevereiro, o Alto da Guerra Sport Clube celebrou mais um aniversário, evocando um percurso iniciado em 1977 e marcado por quase cinco décadas de dedicação ao desporto e à comunidade.

Ao longo destes anos, o clube tem assumido um papel relevante na dinamização desportiva, recreativa e social da freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra e do concelho de Setúbal. O seu trajeto é indissociável do empenho de sucessivas direções, atletas, treinadores e associados que, de forma voluntária e comprometida, têm contribuído para afirmar esta coletividade como espaço de formação, convívio e promoção de valores como o espírito de equipa, a solidariedade e a participação cívica.

Num contexto em que o movimento associativo enfrenta diversos desafios, importa sublinhar a importância das coletividades locais enquanto pilares de coesão social e verdadeiras escolas de cidadania, desempenhando um papel insubstituível na vida das comunidades.

Este aniversário constitui, assim, motivo de reconhecimento público pelo trabalho desenvolvido ao longo de décadas, bem como de estímulo para que o clube continue a sua missão ao serviço da população.

A CDU propõe que a Câmara Municipal de Setúbal saúde o Alto da Guerra Sport Clube pelo seu aniversário, reconhecendo o seu contributo para o desenvolvimento desportivo, social e comunitário do concelho, e formule votos de contínuo sucesso na prossecução da sua missão”.

Sr. Vereador Nuno Costa - Apresentou o seguinte voto de pesar, cujo original fica anexo à presente ata, sob o registo n.º 39.

“Voto de Pesar

Falecimento de Maria João Nogueira

A bancada da CDU manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento da Professora Maria João Arez Nogueira, docente no Agrupamento de Escolas Luísa Todi, cuja partida constitui uma perda profundamente sentida por toda a comunidade educativa.

Reconhecida pelo seu profissionalismo, dedicação e elevado sentido de responsabilidade, a Professora Maria João Arez Nogueira destacou-se igualmente pela sua dimensão humana,

pela proximidade com os alunos e pelo respeito e estima que granjeou junto de colegas, assistentes e famílias. Era, de facto, uma pessoa muito querida, cuja presença marcou de forma significativa a vida da escola e de todos quantos com ela tiveram o privilégio de conviver.

A sua ausência será sentida pela comunidade escolar, que perde uma profissional dedicada e uma presença marcante no quotidiano da escola.

Neste momento de luto, a bancada da CDU endereça as suas sentidas condolências à família, aos amigos, aos colegas e a toda a comunidade educativa do Agrupamento de Escolas Luísa Todi, propondo que seja guardado um minuto de silêncio em sua memória”.

Sr. Vereador Paulo Maia – Referiu que se associavam às recomendações e saudações apresentadas, em particular à saudação à Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal. Informou que, no passado dia 21 de fevereiro, decorreu uma cerimónia comemorativa do Dia da Companhia de Bombeiros Sapadores, à qual estiveram presentes diversos vereadores, incluindo o próprio.

Destacou alguns pontos relevantes do discurso proferido na cerimónia, nomeadamente:

“A existência de um corpo de bombeiros profissional altamente qualificado não constitui um luxo, mas uma necessidade estrutural e um pilar de segurança, resiliência e atratividade do concelho;

A ligação entre a Câmara Municipal de Setúbal e os Bombeiros Sapadores de Setúbal não se limita a aspetos administrativos, é institucional, é estratégica;

A Câmara Municipal de Setúbal tem um orgulho imenso neste corpo de bombeiros sapadores de Setúbal”.

Informou ainda que, no próximo dia 14 de março, será realizada uma cerimónia em frente à Câmara Municipal de Setúbal, com a apresentação de 14 novos recrutas da Companhia de Bombeiros Sapadores. Convidou formalmente todos os vereadores e a comunidade a estarem presentes, salientando o carácter público do evento, fora do quartel, na frente da casa da democracia, como reconhecimento do compromisso e serviço dos bombeiros.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que se associavam ao voto de pesar apresentado pela bancada da CDU.

Sra. Presidente – Referiu que também se associavam ao voto de pesar.

Fez-se um minuto de silêncio.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Projeto da Ata n.º 05A/2025 - Reunião ordinária de 17 de dezembro de 2025

A ata foi aprovada, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita.

Sra. Presidente – Solicitou que fosse entregue aos senhores vereadores o relatório relativo aos danos e perdas ocorridos no concelho.

2. Deliberação n.º 65/2026 – Proposta n.º 17/2026 – GAP – Atribuição de Louvor

O Sr. Vereador Paulo Maia apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 40, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A proposta foi submetida a votação por escrutínio secreto, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

3. Deliberação n.º 66/2026 – Proposta n.º 18/2026 – GAP – Empreitada de “Reabilitação da Rede de Água na Rua Cidade de Porto Seguro e Envolventes” - Delegação de Competências, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar - SMS

A Sra. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 41 e 42, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

4. Deliberação n.º 67/2026 – Proposta n.º 19/2026 – GAP – Celebração de aditamento ao Contrato de Recolha de Efluentes com a SIMARSUL e de dois protocolos relativos às Estações Elevatórias de Águas Residuais Santo Ovídeo e Faralhão e à Estação de Tratamento de Águas Residuais Figueirinha, com a mesma entidade - SMS

A Sra. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 43 a 49.

Sr. Vereador Nuno Costa – Referiu que, na sua perspetiva, se deve valorizar a continuidade do caminho que vinha a ser seguido no que respeita à relação com as entidades envolvidas. Saliu que não pretende valorizar individualmente gestões passadas, mas sim a gestão pública atual, destacando que as negociações em curso e a forma como os processos estão a ser conduzidos envolvem duas entidades públicas e correspondem melhor às necessidades das populações do concelho.

Acrescentou que a continuidade deste trabalho representa um benefício para as populações, prevendo que passos futuros se manterão alinhados com este objetivo.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

5. Deliberação n.º 68/2026 – Proposta n.º 20/2026 – GAP – Proposta de Protocolo de Transferência de Responsabilidades entre a Câmara Municipal de Setúbal e os Serviços Municipalizados de Setúbal – SMS

A Sra. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 50 e 51, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

6. Deliberação n.º 69/2026 – Proposta n.º 21/2026 – GAP – Projeto de Regulamento de organização e funcionamento da Polícia Municipal do Município de Setúbal - Consulta pública

O Sr. Vereador Paulo Maia apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 52 e 53.

Sr. Vereador Nuno Costa - Referiu que, relativamente à proposta em apreciação, considerava que a mesma deveria ser acompanhada do estudo de custos e benefícios previamente apresentado, designadamente no que respeita à atuação da Polícia Municipal. Saliu que a disponibilização deste estudo nesta fase permitiria que a população, em sede de consulta pública, pudesse avaliar adequadamente o conteúdo da proposta, as competências a exercer e a forma de funcionamento prevista. Acrescentou que, apesar de o estudo existir, entende que deveria estar anexo à proposta e disponível para consulta pública, de modo a possibilitar a análise do âmbito da atuação e dos impactos financeiros e operacionais que a sua implementação trará ao concelho.

Sr. Vereador Paulo Maia - Agradeceu o contributo apresentado e referiu que existem limitações processuais quanto à apresentação do estudo complementar. Saliu que é necessário aprovar primeiro o regulamento e que, só após a sua aprovação, será possível apresentar o estudo completo relativo ao projeto. Explicou que o estudo provavelmente já se encontra concluído, mas que, devido aos prazos legais, foi necessário aguardar o período de 3 a 16 para a constituição dos interessados. Acrescentou que, mesmo após a aprovação do regulamento, todo o processo de aprovação do projeto ainda passará por esta Câmara, garantindo que todas as notas e observações serão devidamente consideradas. Concluiu que, apesar do desejo de apresentar o projeto de imediato, o procedimento legal obriga a que se siga esta sequência: aprovação do regulamento primeiro, seguida da apresentação do estudo e do funcionamento subsequente.

Sra. Vereadora Patrícia Paz - Referiu que tiveram oportunidade de analisar o documento apresentado e compará-lo com outros documentos similares já em aplicação, constatando que a base de trabalho é idêntica. Acrescentou que, até ao momento, não têm sugestões a apresentar relativamente ao documento em apreço.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada em minuta, por maioria, com 10 votos a favor, 4 do SET V-25, 4 do PS e 2 do CH, e 1 voto contra da CDU.

7. Deliberação n.º 70/2026 – Proposta n.º 22/2026 – GAP – Proposta de procedimentos e taxas a aplicar no âmbito do Regulamento Municipal de Utilização da Ponte Cais do Portinho da Arrábida e dos Espaços de Amarração do Portinho da Arrábida, Galapos e do Parque Marinho Luiz Saldanha

O Sr. Vereador Paulo Maia apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 54 e 55, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

8. Deliberação n.º 71/2026 – Proposta n.º 04/2026 – DECDSJ – Continuidade da adesão da Câmara Municipal de Setúbal à Associação Música, Educação e Cultura (AMEC) na qualidade de Associado Promotor

A Sra. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 56 a 58, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

9. Deliberação n.º 72/2026 – Proposta n.º 05/2026 – DECDSJ/DIDAF – Clube Naval Setubalense – Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo

A Sra. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 59 a 62, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

10. Deliberação n.º 73/2026 – Proposta n.º 06/2026 – DECDSJ/DIDAF – Associação Ritmus Bounce/Academia de Dança - Apoio financeiro

A Sra. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 63 e 64, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

11. Deliberação n.º 74/2026 – Proposta n.º 07/2026 – DECDSJ/DIDAF – Federação Portuguesa de Remo - Apoio financeiro

A Sra. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 65 e 66, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

12. Deliberação n.º 75/2026 – Proposta n.º 08/2026 – DECDSJ/DIDAF – União Cultural, Recreativa e Desportiva Praiense - Apoio financeiro - Ratificação

A Sra. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 67 e 68, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

13. Deliberação n.º 76/2026 – Proposta n.º 09/2026 – DECDSJ/DIDAF – Associação Orientadora Natação Desportiva em Azeitão (AONDA) - Apoio financeiro

A Sra. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 69 a 71, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

14. Deliberação n.º 77/2026 – Proposta n.º 10/2026 – DECDSJ/DIDAF – Academia Clube de Rugby de Setúbal – Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo

A Sra. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 72 a 74, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

15. Deliberação n.º 78/2026 – Proposta n.º 11/2026 – DECDSJ/DIDAF – Protocolos de colaboração e apoio financeiro às Instituições parceiras nos Projetos Desportivos Municipais “Desportivamente em (Re)Forma” e “Desporto nas Escolas – 1.º Ciclo”

A Sra. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 75 a 77, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

16. Deliberação n.º 79/2026 – Proposta n.º 12/2026 – DECDSJ/DIDAF – Feira Náutica de Setúbal 2026 – Taxas de aluguer de espaços de exposição

A Sra. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 78, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

17. Deliberação n.º 80/2026 – Proposta n.º 13/2026 – DECDSJ/DICUL – Apoio referente às bilheteiras acordadas com as entidades de cariz cultural e artístico

A Sra. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 79.

Sra. Vereadora Ana José Carvalho - Em relação à proposta relativa ao Fórum Municipal Luísa Todi, foi referido que se trata da principal sala de espetáculos do concelho, com 634 lugares distribuídos entre plateia e balcão. Saliu que este equipamento é central na dinamização cultural do concelho, embora implique custos significativos de funcionamento, manutenção e recursos humanos, realidade que é reconhecida.

Sublinhou que, para muitas associações e entidades culturais sediadas em Setúbal, a realização de espetáculos neste espaço constitui uma das poucas oportunidades de

4

angariação de receita própria, considerando-se as dificuldades financeiras, logísticas e estruturais que enfrentam diariamente na manutenção da sua atividade cultural.

Neste contexto, os vereadores do Partido Socialista propuseram que o executivo avalie a possibilidade de alteração do modelo de divisão da bilheteira, passando do modelo atual, em que 25% da receita acrescidos de 6% de IVA reverte para o município, para um modelo mais favorável às entidades locais, fixando 15% do total da bilheteira, já com IVA incluído, para o município e 85% da receita para as entidades promotoras sediadas no concelho.

Mencionou que a proposta não ignora os custos do equipamento, mas parte do princípio de apoiar associações locais que trabalham em prol da comunidade, muitas vezes de forma voluntária, reforçando a autonomia financeira das coletividades e contribuindo para a continuidade da atividade cultural.

Concluiu que a matéria deve ser tecnicamente analisada pelo executivo.

Sra. Presidente - Referiu que será necessário analisar detalhadamente os valores em questão antes de se deliberar sobre a aprovação da proposta. Salientou que a decisão sobre a aceitação da proposta condiciona a possibilidade de pagamento às pessoas envolvidas, sendo que, posteriormente, serão efetuados todos os cálculos e ajustes necessários.

Sr. Vereador Fernando José – Referiu que a proposta apresentada pela vereadora Ana Carvalho surge no seguimento de questões levantadas no mandato anterior que não foram resolvidas. Salientou que, embora a resolução não seja simples, importa analisar a situação de forma adequada.

Explicou que a bilheteira constitui uma fonte de receita das entidades promotoras, mas não pode ser considerada um apoio direto, devido à forma como os valores são partilhados. Destacou que, dos 25% da bilheteira que reverte para a Câmara, acresce ainda 6% de IVA, o que reduz o valor efetivamente recebido pelas entidades culturais.

Salientou que esta questão foi levantada várias vezes no mandato anterior, sem que tenha havido uma resposta concreta, e considerou necessário avaliar o tema, uma vez que as associações que utilizam o espaço acabam por ser penalizadas pelo modelo atual de partilha da receita.

Sr. Vereador Nuno Costa - Colocou uma questão relativa à proposta n.º 11, nomeadamente sobre a diferença de valores pagos a diferentes instituições pelas mesmas atividades. Foi solicitado esclarecimento sobre os critérios que determinam a variação dos valores pagos por hora para atividades idênticas, de modo a compreender a base da diferenciação entre as entidades.

Dr. Luís Liberato - Referiu que, no quadro anexo à proposta, a diferenciação dos valores pagos às entidades deve-se à natureza das atividades. Esclareceu que, em alguns casos, o pagamento se refere apenas à lotação do espaço, enquanto noutros casos envolve também apoio de docentes ou técnicos locais que participam na execução da atividade.

Acrescentou que esta distinção justifica as diferenças observadas nos valores atribuídos às diversas entidades.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

18. Deliberação n.º 81/2026 – Proposta n.º 14/2026 – DECDSJ/DICUL – Apoio à Associação Portuguesa dos Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Setúbal - Marchas Populares 2026

A Sra. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 80, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

19. Deliberação n.º 82/2026 – Proposta n.º 15/2026 – DECDSJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação Setúbal Voz

A Sra. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 81 a 83, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

20. Deliberação n.º 83/2026 – Proposta n.º 16/2026 – DECDSJ/DICUL – Concurso das Marchas Populares de Setúbal 2026 – Apoio financeiro às entidades participantes extraconcurso

A Sra. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 84.

Sra. Vereadora Ana Carvalho – Informou que teve conhecimento, através das redes sociais, de uma informação segundo a qual a Marcha Infantil do Grupo Desportivo Setubalense “Os 13” teria desistido.

(Intervenção inaudível)

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

21. Deliberação n.º 84/2026 – Proposta n.º 17/2026 – DECDSJ/DICUL – Concurso das Marchas Populares de Setúbal 2026 – Apoio financeiro às entidades participantes

A Sra. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 85.

Sra. Presidente – Referiu que houve um aumento do apoio financeiro atribuído a cada uma das marchas, passando de catorze mil euros para quinze mil e quinhentos euros, o que, embora não represente um acréscimo muito significativo, constitui já uma ajuda adicional. Esclareceu que o apoio financeiro global ascende a cento e oito mil e quinhentos euros, a liquidar entre os meses de março, abril e maio, sendo a primeira tranche a de maior montante, ao contrário do que vinha acontecendo

Sra. Vereadora Ana Carvalho – Disse que queria fazer uma intervenção. Referiu que falar das Marchas Populares era falar da alma de Setúbal, dos bairros, das coletividades e das famílias inteiras que, geração após geração, mantinham viva uma tradição que não era apenas um espetáculo, mas identidade, pertença e comunidade. Mencionou, contudo, que existia um dado que devia preocupar seriamente, uma vez que o número de coletividades inscritas tinha vindo a diminuir. Acrescentou que, quando uma tradição começava a perder participantes, não se podiam ignorar os sinais, sendo necessário questionar as razões, ouvir e agir.

Salientou que as Marchas mobilizavam centenas de pessoas em cada coletividade — marchantes, ensaiadores, madrinhas, costureiras, músicos, serralheiros, letristas e equipas de apoio — envolvendo jovens e seniores, trabalhadores, estudantes e reformados, ou seja, bairros inteiros em torno de um projeto comum. Considerou que se tratava de Setúbal no seu melhor, representando a cultura popular no seu estado mais puro.

Defendeu que, se se pretendia que as Marchas tivessem o lugar que mereciam no panorama nacional, e porque não internacional, era necessário garantir condições, dignidade e futuro. Nesse sentido, referiu que o Partido Socialista defendia, de forma clara:

- 1.º O reforço do apoio financeiro e logístico às coletividades, não como despesa, mas como investimento cultural e social, com o objetivo estratégico de incentivar a criação de Marchas Infantis, salientando que, sem crianças, não havia continuidade e, sem novas gerações, não havia tradição;
- 2.º A melhoria das condições para os ensaios, com espaços adequados e horários compatíveis com a vida dos participantes, assegurando simultaneamente o respeito pelos moradores, sublinhando que não se podia exigir qualidade sem garantir condições;
- 3.º O regresso da entrega de prémios ao Estádio do Bonfim, considerando que esse momento final devia ter grandeza, simbolismo e um palco à altura da dedicação de meses de trabalho;
- 4.º O regresso à Praça de Touros, ou a criação de uma alternativa à altura, referindo que, enquanto aquele espaço não fosse reconvertido num verdadeiro equipamento multiusos, era necessária uma solução que valorizasse o espetáculo e oferecesse melhores condições de segurança, visibilidade e conforto;
- 5.º A projeção nacional e internacional das Marchas Populares, entendidas como um produto cultural único que devia ser promovido como tal, defendendo que Setúbal podia e devia afirmar esta tradição além-fronteiras, inclusive como produto turístico.

Concluiu, afirmando que as Marchas são Setúbal e que Setúbal não podia perder aquilo que a definia.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

22. Deliberação n.º 85/2026 – Proposta n.º 18/2026 – DECDSJ/DICUL – Apoio ao Folk – Setúbal Danças e Tradições do Mundo – 48.º Festival Nacional e 5.º Internacional de Folclore de Setúbal, Praias do Sado – Apoio financeiro

A Sra. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 86 e 87, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

23. Deliberação n.º 86/2026 – Proposta n.º 19/2026 – DECDSJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e o Coral Luísa Todí

A Sra. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 88 a 90, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

24. Deliberação n.º 87/2026 – Proposta n.º 20/2026 – DECDSJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a GATEM - Grupo de Animação e Teatro Espelho Mágico, Cooperativa Cultural

A Sra. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 91 a 93.

Sra. Vereadora Ana Carvalho – Disse que começavam por saudar o aumento de mil euros no apoio atribuído à GATEM, considerando tratar-se de um sinal positivo, embora manifestamente insuficiente face à dimensão, qualidade e impacto do trabalho desenvolvido por esta companhia. Referiu que a GATEM não era apenas uma associação cultural local, mas uma referência já a nível nacional.

Acrescentou que as suas produções percorriam o país com enorme sucesso, nomeadamente em localidades como Santa Maria da Feira, Braga, Trofa, Alcochete, Fátima, Moita, Benavente, entre muitas outras, representando Setúbal fora de portas com qualidade, profissionalismo e reconhecimento. Salientou que, em 2025, a companhia realizou mais de 70 espetáculos e que, atualmente, tinha 12 peças em cena, acrescentando que, em 2026, celebrava 30 anos de atividade ininterrupta, o que correspondia a três décadas de promoção cultural, formação de públicos, envolvimento comunitário e promoção do nome de Setúbal.

Referiu, no entanto, a existência de um bloqueio estrutural que importava enfrentar, explicando que a GATEM não conseguia aceder a financiamento da Direção-Geral das Artes por não dispor de uma estrutura contratual estável, designadamente com dois a três contratos de trabalho permanentes que garantissem segurança e continuidade. Acrescentou que a inexistência de apoio financeiro suficiente impedia a criação dessa estrutura, mantendo a entidade num ciclo que limitava o seu crescimento, apesar das avaliações muito positivas e do reconhecimento generalizado do seu trabalho.

Salientou ainda o caso do Festival Bambolinices, um festival de teatro para famílias que iria, naquele ano, para a sua 5.ª edição e que não se realizaria por falta de condições, sublinhando tratar-se de um projeto de formação de públicos, dirigido às famílias, com evidente impacto cultural e social. Questionou se aquele protocolo poderia já contemplar a preparação da edição de 2027, em parceria com o município, de modo a permitir o seu atempado desenvolvimento.

Defendeu que, com o impulso necessário, a GATEM poderia autonomizar-se parcialmente através de financiamento nacional, alertando que, caso tal não se verificasse, continuaria limitada, apesar do mérito, do trabalho e da dedicação demonstrada.

Concluiu referindo que o Partido Socialista apela a um reforço claro e estruturado do apoio municipal, bem como à formalização, desde já, de uma parceria para a realização do Festival Bambolinices 2027.

Sra. Presidente – Referiu que tinham ouvido com atenção as intervenções, mas que não dispunham de disponibilidade financeira. Indicou que já tinham reunido com o GATEM, reconhecendo que os pontos apresentados pela senhora Vereadora correspondiam à realidade, tendo sido explicado à associação que, naquele ano, apenas seria possível proceder ao reforço já efetuado, comprometendo-se a trabalhar no sentido de melhorar a situação no ano seguinte, à semelhança do que se pretendia para as Marchas Populares.

Acrescentou que as Marchas também já tinham tido um reforço de apoio, abrangendo todas as participantes, desde as marchas infantis até à APPACDM, que considerou um caso particular, por funcionar sozinha, bem como as restantes coletividades. Referiu ainda que estavam a introduzir alterações nesse ano, com novos moldes para as Marchas, quer ao nível do desfile, quer dos locais de apresentação, prevendo-se diversas mudanças.

Informou que ainda tentaram, junto da Direção-Geral dos Espetáculos, avaliar a possibilidade de realizar intervenções mínimas na Praça de Touros, com vista ao regresso a esse espaço. Contudo, esclareceu que, devido às intempéries, as condições se agravaram substancialmente, não sendo possível garantir as melhorias mínimas necessárias,

nomeadamente ao nível das estruturas em madeira, que se encontravam bastante degradadas. Acrescentou que ainda não tinham obtido resposta daquela entidade e que, perante a situação, não reuniam condições para avançar com essa solução.

Indicou, assim, que o evento se realizaria, para já, no Pavilhão, referindo que ainda equacionavam a possibilidade do Vitória, opção que ainda não tinham visto.

Concluiu afirmando que, no próximo ano, procurariam melhorar aquela situação.

Sra. Vereadora Ana Carvalho – Questionou se, relativamente ao Festival Bambolinices, e sem assumir desde já qualquer compromisso em relação à verba, não se poderia colocar já uma parceria para a edição de 2027.

Sra. Presidente – Respondeu que essa questão já tinha sido analisada com a Ceu, acrescentando que iriam ver essa possibilidade.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

25. Deliberação n.º 88/2026 – Proposta n.º 21/2026 – DECDSJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e o TAS – Teatro Animação de Setúbal

A Sra. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 94 a 96.

Sr. Vereador António Cachaço – Disse que, em relação àquela proposta e à próxima, iriam votar contra ambas. Aquela posição não era contra o teatro ou contra a cultura em si, mas contra a utilização de fundos públicos para financiar produções e eventos que promoviam agendas ideológicas divisivas, que colidiam diretamente com os valores do Partido CHEGA.

Os apoios culturais tinham de ser condicionados a critérios públicos, transparentes e ideologicamente neutros, com prestações de contas detalhadas. Aprovavam o que era tradição popular, desporto de base, inclusão real e eventos locais com valores, como as marchas, os clubes de raiz, o folclore, o remo, a natação, entre outros. Não aprovavam o desperdício cultural sem contas claras, bem como conteúdos que o CHEGA considerava inadequados para financiamento com dinheiro público e contrários à defesa da família tradicional e da identidade portuguesa.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que pretendia questionar o senhor Vereador António Cachaço, referindo que tinha ficado chocado, tal como a bancada dos vereadores do Partido Socialista. Referiu que gostaria que o senhor Vereador António Cachaço explicasse que peças ou produções o TAS – Teatro de Animação de Setúbal e o Teatro Estúdio Fontenova tinham apresentado que colidissem com princípios ou que fossem contra as famílias tradicionais portuguesas. Questionou de que estavam a falar.

Acrescentou que gostaria de obter essa explicação, uma vez que tinha sido levantada uma questão grave: a aprovação, em reunião de Câmara, de um apoio àquelas duas instituições, que eram, presentemente, uma marca da cidade, tanto o TAS como o Fontenova. Referiu que, ao aprovar aqueles apoios, não estavam a desperdiçar dinheiros públicos. Considerou, assim, que o que estava a ser feito era uma acusação grave, não só à proposta em si e a quem a apresentava, mas também a quem a iria votar e a quem a tem votado nos últimos anos.

Referiu ainda que gostaria de obter um esclarecimento por parte do senhor Vereador António Cachaço quando afirmava que eram produções impróprias. Questionou novamente de que estavam a falar e pediu que explicasse, uma vez que tais acusações não podiam ficar apenas na “espuma dos dias”.

Sr. Vereador Nuno Costa – Disse que o Partido Socialista tinha pedido a palavra primeiro, mas que se associavam às questões colocadas. Referiu que gostariam de saber e afirmou, desde já, que se recusava a ser censor das companhias de teatro, pois havia liberdade artística e criativa e, portanto, não era aquela Câmara que iria decidir sobre esses aspetos. Ainda assim, gostariam que aquela questão fosse esclarecida por parte do Partido CHEGA.

Sr. Vereador António Cachaço – Disse que, no Teatro de Animação de Setúbal, houve uma peça intitulada “Manual do Bom Fascista”, de Rui Zink. No Teatro Estúdio Fontenova, referiu a realização de eventos como a noite de poesia Queer e a 1.ª Marcha LGBTQIA+ de Setúbal. Advertiu o vereador para não se rir, afirmando que tinha a sua posição e eles a deles.

(Intervenção inaudível)

Sr. Vereador António Cachaço – Esclareceu que não estavam a dizer que não podiam aprovar, mas sim a expressar a opinião e sentido de voto deles. Referiu que era a opinião e o ponto de vista deles, sendo essa a posição que mantinham.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que tinham ficado a perceber que os vereadores do CHEGA, pela voz do Vereador António Cachaço, iriam votar contra um apoio ao TAS, uma companhia com mais de 50 anos, referência da cultura do concelho, do distrito e do país, por ter levado a cena uma peça intitulada “Manual do Bom Fascista”. Referiu que ficava registado para memória futura.

Sra. Vereadora Ana Carvalho – Deu nota de que, no passado dia 18 de fevereiro, foi tornada pública, nas redes sociais, uma comunicação da Companhia Água Ardente Produções Teatrais que os tinha deixado preocupados. Segundo o comunicado, a companhia não integraria as comemorações do Dia Mundial do Teatro, organizadas pelo município de Setúbal, e, de acordo com a informação transmitida pelos serviços à companhia, essa exclusão não resultou de uma opção política da Divisão de Cultura, mas sim, e passou a citar, “de um simples esquecimento na inclusão do projeto”.

Referiu que estavam a falar de estruturas que trabalhavam todo o ano, que criavam, produziam, ensaiavam, investiam recursos e representavam Setúbal em diversos pontos do país. Acrescentou que a Água Ardente tinha já participação assegurada, naquele ano, em eventos em Algoço, Castelo Mendo, Aldeia Viçosa, Figueira da Foz, Seia, Castelo Rodrigo e Almeida, projetando o nome de Setúbal fora do concelho.

Questionou se tinha sido também esquecido o apoio financeiro municipal àquela companhia.

Sra. Presidente – Disse que não. Referiu que a companhia iria ter sede, inclusivamente na zona da Várzea, e que não tinha sido esquecido nem o espaço onde trabalhavam — salientando que, naquele momento, tinham os materiais na sua casa — nem o necessário apoio financeiro. Acrescentou que o assunto ainda não tinha sido trazido à reunião, por ser necessário tratar com a companhia a questão da sede.

Referiu, no entanto, que não se tinha apercebido daquela situação, devendo a mesma ser retificada.

Sr. Vereador Nuno Costa – Referiu, para terminar, relativamente às companhias de teatro e à posição do CHEGA, que ficava registado, conforme referido pelo Vereador Fernando José, o que tinha sido dito relativamente ao TAS. Acrescentou que ficava também registado, relativamente ao Fontenova, que, por terem participado, de alguma forma, na promoção de uma marcha onde as pessoas manifestaram livremente as suas opções e que constituiu uma ação de luta contra a homofobia, também ficava registado, que por isso, o CHEGA entendia que a companhia não deveria ser financiada.

Concluiu dizendo que deviam falar mais sobre as posições que tinham.

(Burburinho na sala)

Sr. Vereador Fernando José – Dirigiu-se ao senhor Vereador Edgar, com toda a consideração e amizade, afirmando que, evidentemente, não eram obrigados a partilhar da mesma opinião, mas que a posição ficava registada. Referiu que, eventualmente, seria importante que os vereadores do CHEGA falassem mais sobre determinadas propostas e tomassem mais posições, para que os setubalenses pudessem compreender melhor.

Acrescentou que havia quem concordasse e quem discordasse, sendo importante perceber as posições. Referiu que tinham ficado a perceber que, relativamente ao TAS, uma companhia de referência de Setúbal — que considerava confundir-se com a identidade setubalense —, o voto contra se devia ao facto de ter levado à cena a peça “Manual do Bom Fascista”. Questionou se os vereadores a teriam visto, mas reiterou que essa era a razão apresentada, devendo ficar registado para memória futura.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que tinham ficado a saber que a bancada do CHEGA decidiu votar contra uma proposta de apoio a uma companhia de teatro por ter levado à cena uma peça intitulada “Manual do Bom Fascista”. Referiu que, tal como o Vereador Fernando José já tinha questionado, não sabia se o Vereador António Cachaço tinha visto a peça ou se se tinha ficado apenas pelo título.

Acrescentou que gostaria que explicasse o que, no seu entendimento, seria um “bom fascista”, uma vez que, se a peça colidia com os valores do CHEGA, talvez pudesse esclarecer o que, no entendimento do partido CHEGA e da sua bancada, o que era um bom fascista.

Sr. Vereador António Cachaço – Disse que a narrativa exposta na peça de teatro equiparava conservadorismo, patriotismo ou valores tradicionais ao fascismo, o que o CHEGA rejeitava veementemente, considerando uma caricatura ofensiva e manipulação ideológica. Reafirmou a opinião do Vereador Edgar, de que não era necessário que todos tivessem as mesmas ideias ou tomassem as mesmas decisões. Acrescentou que respeitavam o voto das outras bancadas, assim como as outras bancadas deveriam respeitar o voto deles, pois era dessa forma que funcionava a democracia.

(Intervenção inaudível)

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 9 votos a favor, 4 do SET-V25, 4 do PS e 1 da CDU e 2 votos contra do CH.

26. Deliberação n.º 89/2026 – Proposta n.º 22/2026 – DECDSJ/DICUL – Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e o TEF – Teatro Estúdio Fontenova

A Sra. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 97 a 100, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 9 votos a favor, 4 do SET-V25, 4 do PS e 1 da CDU e 2 votos contra do CH.

27. Deliberação n.º 90/2026 – Proposta n.º 23/2026 – DECDSJ/DICUL – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Academia de Dança Contemporânea de Setúbal

A Sra. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 101 a 103, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

28. Deliberação n.º 91/2026 – Proposta n.º 01/2026 – DEBA/DIAPE – Apoio financeiro aos Agrupamentos de Escolas para aquisição de material de desgaste referente ao ano letivo 2025/2026

A Sra. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 104.

Sr. Vereador Nuno Costa – Disse que tanto como lhes tinha sido possível perceber havia duas propostas que tinham uma redução significativa, que tinha a ver com o apoio financeiro com material de desgaste, em que havia uma redução de vinte e cinco mil euros, e para as visitas de estudo que era uma redução de cerca de onze mil euros. Era uma redução significativa e questionou se isso tinha sido tratado com as escolas, a que é que isso correspondia, havia uma necessidade que era menor, porque a redução era significativa.

Sra. Presidente - Solicitou que o senhor Diretor do DEBA – Departamento de Educação, Bibliotecas e Arquivos, Dr. Carlos Cunha, desse uma explicação.

Dr. Carlos Cunha – Referiu que a redução desse valor tinha a ver com o fim das medidas de mitigação relativamente àqueles dois itens.

Sr. Vereador Nuno Costa – Disse que iam votar de maneira diferente aquelas duas propostas, não iam acompanhar aquelas propostas com uma redução tão significativa.

Sra. Presidente – Disse que a proposta 01/2026 – DEBA/DIAPE e 03/2026 – DEBA/DIAPE iam ser votadas à parte. As restantes propostas 02/2026 – DEBA/DIAPE, 04/2026 – DEBA/DIAPE, 05/2026 – DEBA/DIAPE e 06/2026 – DEBA/DIAPE seriam votadas em conjunto.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 10 votos a favor, 4 do SET V-25, 4 do PS e 2 do CH, e 1 voto contra da CDU.

29. Deliberação n.º 92/2026 – Proposta n.º 02/2026 – DEBA/DIAPE – Apoio financeiro aos Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas do Concelho para despesas de funcionamento – Manutenção e reparação de equipamentos de cozinha – Refeitórios 2.º, 3.º Ciclos e Secundário 2025/2026

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 105. (ver ponto 28).

30. Deliberação n.º 93/2026 – Proposta n.º 03/2026 – DEBA/DIAPE – Apoio financeiro aos Agrupamentos de Escolas para visitas de estudo referente ao ano letivo 2025/2026

A senhora Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 106, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 10 votos a favor, 4 do SET V-25, 4 do PS e 2 do CH, e 1 voto contra da CDU.

31. Deliberação n.º 94/2026 – Proposta n.º 04/2026 – DEBA/DIAPE – Apoio financeiro aos Agrupamentos de Escolas do Concelho para despesas de funcionamento – Manutenção e reparação de equipamentos de cozinha – Refeitórios 1.º Ciclo 2025/2026

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 107. (ver ponto 28).

32. Deliberação n.º 95/2026 – Proposta n.º 05/2026 – DEBA/DIAPE – Ação Social Escolar 2026 – Lanche para estudantes dos 2.º e 3.º Ciclos e Ensino Secundário

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 108. (ver ponto 28).

33. Deliberação n.º 96/2026 – Proposta n.º 06/2026 – DEBA/DIAPE – Representantes do Município de Setúbal nos Conselhos Gerais de Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas do Conselho 2025/2029

Sr. Vereador Nuno Costa – Disse que aquela proposta tinha ido a reunião de Câmara uma primeira vez, foi retirada para se incluir os presidentes de junta, tendo havido acordo nessa matéria. Posteriormente, veio uma segunda vez sem os presidentes de junta do Sado e da Gâmbia; foi feita uma alteração e, mais uma vez, houve acordo sobre essa matéria. Agora, a proposta novamente não incluía os presidentes da Gâmbia e do Sado, presumindo que se tratasse de um lapso.

Sra. Presidente - Questionou o senhor Diretor do DEBA - Departamento de Educação, Bibliotecas e Arquivos, Dr. Carlos Cunha, sobre o motivo pelo qual a proposta não incluía os nomes aqueles dois presidentes de junta.

Dr. Carlos Cunha – Disse que a não inclusão desses dois presidentes de junta tinha sido um lapso, porque foi o primeiro documento que foi incluído. Explicou que a proposta tinha relação com a situação em que alguns presidentes de junta não poderiam estar presentes em todos os concelhos gerais e, por isso, nomearam substitutos. Como era uma proposta que era aprovada em reunião de Câmara, resolveram trazê-la novamente para aprovação. Pediu desculpa pelo lapso e referiu que iria ser corrigido.

Sr. Vereador Nuno Costa – Disse que era apenas para sinalizar que aquela proposta, aprovada naquele dia, incluía o que tinha sido contemplado na última proposta apresentada à reunião de Câmara.

Sra. Presidente – Referiu que alguns presidentes de junta não compareciam às reuniões, sendo depois necessário substituir os nomes.

Sr. Vereador Nuno Costa – Acrescentou que, relativamente às freguesias do Sado e da Gâmbia, deveria ficar registado que efetivamente se tratou de um lapso, mas que era necessária a devida alteração.

(Intervenção inaudível)

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que se faziam substituir, de acordo com as competências delegadas nos membros do executivo em cada junta. No caso de São Sebastião, por exemplo, não era o presidente que fazia o acompanhamento; quem o fazia era o vogal Vasco Gonçalves, na área da educação. Portanto, era ele quem estava presente nos conselhos gerais, conforme fazia sentido.

Sra. Presidente – Referiu que alguns presidentes não compareciam, mas não explicavam os motivos; posteriormente, informavam que delegavam funções a outrem.

Sr. Vereador Nuno Costa – Disse que, no mandato passado, houve uma primeira proposta que não permitia substituições. Depois, veio uma segunda proposta tratando dessa questão, uma vez que, às vezes, os concelhos gerais aconteciam no mesmo dia e à mesma hora, tornando impossível a presença de todos os presidentes de junta, mesmo que quisessem. Explicou que a segunda proposta garantia que em todos os conselhos houvesse sempre um substituto, algo que a proposta atual não contemplava bem. Ressaltou que, o presidente continuava a ser a pessoa que participava, com a possibilidade de haver um substituto. Concluiu que, no futuro, a proposta deveria contemplar explicitamente a possibilidade de substituição do presidente em casos como férias, doenças ou outros eventos coincidentes.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 109. (ver ponto 28).

34. Deliberação n.º 97/2026 – Proposta n.º 16/2026 – DEFIRT/GGP – Concessão de exploração de um Terreno Municipal para construção e exploração de Campos de Padel no Parque Verde de Vanicelos - Isenção extraordinária de renda

A senhora Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 110.

Sr. Vereador Nuno Costa – Disse que a sua questão tinha a ver com a assunção de responsabilidades. Tratava-se de uma concessão: era uma empresa concessionária, uma empresa privada. Questionou se aquele risco não deveria correr por conta da própria empresa, por meio de seguros contratualizados, ou algo similar. Acrescentou que uma coisa era uma associação instalada em dependências da Câmara Municipal, ou mesmo em instalações próprias, mas sem fins lucrativos; outra coisa era aquele tipo de negócio.

Sra. Presidente – Disse que houvera muitos prejuízos e que a entidade solicitara a suspensão do pagamento da renda por três meses.

Sr. Vereador Paulo Maia – Disse que o pedido tinha sido feito à Câmara Municipal pela entidade que explorava o espaço, tendo solicitado a suspensão da renda por seis meses. Explicou que foi entendimento do executivo, conforme a senhora Presidente já havia dado

nota. Acrescentou que o espaço se situava numa zona de bacia de retenção, e que a assunção de risco estava perfeitamente lícita. No entanto, os campos de Padel tiveram um prejuízo enorme.

Referiu que tinha sido solicitado essa suspensão e que o assunto foi trazido à Câmara porque poderia dar algum ajuste na reparação do espaço, também, porque ocorreu um problema um pouco a jusante dos campos, relacionado com o estreitamento da conduta, o que teve alguma relevância nesse ponto.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 10 votos a favor, 4 do SET-V25 e 4 do PS, 2 do CH e 1 abstenção da CDU.

35. Deliberação n.º 98/2026 – Proposta n.º 05/2026 – DEGEPC/DIGEP – Gestão dos recursos humanos em função do orçamento e do mapa de pessoal aprovados para o ano de 2026 / Montante dos encargos para o ano de 2026

O Sr. Vereador Paulo Maia apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 111.

Sr. Vereador Nuno Costa – Disse que gostaria que o senhor Vereador Paulo Maia explicasse o critério dessa distribuição dos valores, no que dizia respeito à opção gestionária.

Sr. Vereador Paulo Maia – Disse que o critério tinha a ver com o pessoal que poderia estar afeto por este reposicionamento, bem como pelo valor do enquadramento de cada classe. Esclareceu que foi validado, em cada classe, quem poderia estar afeto por este reposicionamento, tratando-se apenas de reposicionamentos salariais, sendo esse o critério afeto a cada uma destas classes.

Sr. Vereador Nuno Costa – Disse que, se tinha percebido bem, todas as pessoas que estavam em condições de progredir, utilizando essa opção gestionária, estavam todos considerados, questionando se era esse o caso.

Sr. Vereador Paulo Maia – Disse que, conforme constava do mapa de pessoal, bastava verificar o que ali estava definido, estava de acordo com o mapa de pessoal, foi aprovado com o orçamento. Referiu que o que constava no mapa de pessoal correspondia ao que estava agora a ser apresentado com os respetivos valores.

Sr. Vereador Nuno Costa – Disse que sabia que tinha a ver com o mapa de pessoal, mas questionou se todos os trabalhadores em condições de progredir estavam efetivamente contemplados em cada uma das categorias, perguntando se era isso que estava a ser garantido.

Sr. Vereador Paulo Maia – Disse que estava a garantir que estavam contemplados os trabalhadores que constavam no mapa de pessoal para reposicionamento salarial, esclarecendo que não se tratava de progressão, mas sim de reposicionamento salarial.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

36. Deliberação n.º 99/2026 – Proposta n.º 03/2026 – GAVCDU – Intervenção Estrutural na Rua António Lourenço – Freguesia do Sado

Sr. Vereador Nuno Costa – Questionou se apresentava as duas propostas em conjunto.

Sra. Presidente – Disse que eram as duas propostas eram parecidas.

A proposta 03/206 e a proposta 04/2026 foram apresentadas e votadas em conjunto.

Sr. Vereador Bruno Russo — Disse que, relativamente àquelas duas propostas, não podia deixar de referir que considerava curioso ser o senhor Vereador a apresentá-las. Recordou que, quando a CDU governou em 2023, comprometeu-se, perante a população local, a executar uma intervenção num prazo recente. Questionou, então, como o senhor Vereador definia o termo “recentemente”, quando estava em causa compromissos assumidos em 2023/2024.

Referiu ainda que a Câmara Municipal de Setúbal iria considerar aquelas duas propostas; contudo, informou que não eram consideradas intervenções urgentes. Acrescentou que as propostas seriam consideradas, mas não nos termos apresentados pelo senhor Vereador, uma vez que, se fossem efetivamente urgentes, já teriam sido executadas durante o mandato do senhor Vereador.

Mencionou também que o senhor Vereador tinha obras aprovadas, com financiamento, relativas a arruamentos e passeios na Rua da Morgada, as quais se encontravam por executar há já bastante tempo, sendo igualmente importantes e não tendo sido realizadas “recentemente”.

Sr. Vereador Nuno Costa – Disse que a primeira coisa que tinha a referir relativamente à sua intervenção era que aquela proposta não era contra o senhor Vereador, mas sim para resolver problemas das pessoas. Acrescentou ainda, a esse propósito, que tudo o que ali trouxesse se devia ao facto de não estar feito. Referiu que poderia parecer estranho, mas tudo o que apresentava ali era precisamente porque ainda não se encontrava executado.

Afirmou ter imenso orgulho na obra realizada na Junta de Freguesia de São Sebastião. Recordou que, quando ali exerceu funções, a Junta de Freguesia, com o apoio da Câmara Municipal, conforme mencionado pela senhora Presidente, realizou centenas, e centenas de metros quadrados de passeios e levou a cabo inúmeras obras, extravasando, completamente, aquilo que eram as competências da Junta de Freguesia, sempre com foco nos interesses da população. Sublinhou que tinham feito essas e muitas outras obras que eram do conhecimento público, constando de documentos e notícias, perfazendo, no total, centenas de intervenções dessas. Referiu, assim, que se tratava de dar continuidade a esse trabalho.

Esclareceu que, quando dizia recentemente, se referia ao final de 2024, altura em que foi instalada a rede elétrica naquela rua. Indicou ainda que foi igualmente executada a rede elétrica naquela do Alentejo, bem como uma rede aérea na Rua da Cascalheira. Acrescentou que a proposta apresentada visava dar seguimento a esse trabalho.

Disse não compreender o motivo de indignação do senhor Vereador, afirmando que, se a CDU estivesse no poder, continuaria a insistir, enquanto Presidente de Junta ou noutra função, na realização dessas obras. Referiu que o facto de estar na oposição não alterava essa postura e que, por isso, continuavam a apresentar propostas que visavam a concretização de intervenções benéficas para a população, não vendo qualquer problema nisso.

Concluiu afirmando que essa seria a sua atuação ao longo de todo o mandato, podendo, inclusivamente, referir que não tinha sido feito no passado, pois, se tivessem sido, não levaria ali a proposta.

Reiterou que nenhuma das propostas era contra o senhor Vereador, apelando para que não ficasse tão exaltado.

Sr. Vereador Bruno Russo — Disse que não se encontrava exaltado, afirmando que o senhor Vereador é que estava enervado e exaltado, acrescentando que não lhe tinha dito, nem a ninguém, que as propostas eram contra si, tendo apenas referido que considerava estranho que fosse o senhor Vereador a apresentá-las, uma vez que tivera anteriormente a possibilidade de realizar essas intervenções e não o fizera.

Relativamente às propostas em causa, referiu que, em 2023, o executivo — do qual o senhor Vereador fazia parte — esteve na Freguesia do Sado, na Rua António Lourenço, tendo então assumido o compromisso de executar aquelas intervenções. Acrescentou que, desde essa altura, existia um estudo que identificava os troços com necessidade de intervenção urgente, elaborado pelos serviços da Câmara Municipal de Setúbal, não tendo, contudo, essas intervenções sido concretizadas. Referiu ainda que, sendo essas situações já consideradas urgentes à data, se podia imaginar o estado em que se encontravam no momento presente.

Sr. Vereador Nuno Costa — Disse que o senhor Vereador deveria estar equivocado, esclarecendo que não fazia parte do executivo da Junta de Freguesia do Sado, nem do executivo da Câmara Municipal, sendo esta a primeira vez que exercia funções como Vereador. Referiu que desempenhou funções como Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião, acrescentando que existiam trabalhadores que poderiam testemunhar a obra aí realizada, apesar de muitas dessas intervenções não serem da competência da Junta.

Acrescentou que poderia, inclusivamente, indicar as ruas onde foram executados passeios, referindo que a senhora Presidente do atual executivo tinha conhecimento dessas intervenções. Salientou que tinham andado muitas vezes na rua identificando necessidades e promovendo a sua resolução.

Afirmou que não deixariam de apresentar propostas para a realização dessas obras. Concluiu referindo que não se encontrava exaltado, tratando-se apenas da sua forma de falar, e que considerava estranha a intervenção do senhor Vereador.

Sr. Vereador Bruno Russo — Disse que se tinha enganado relativamente ao facto de dizer que o senhor Vereador pertencia ao executivo; não queria dizer o senhor, mas sim a CDU, o partido que o senhor representava naquele momento, e que tinha estado a liderar a Câmara Municipal de Setúbal e nada fez, sendo que o senhor fazia parte do partido e constava da ordem de trabalhos porque foi adjunto.

Sr. Vereador Nuno Costa — Disse que não tinham feito aquelas intervenções, pelo que estavam a propô-las. Tinha feito muitas outras intervenções e tinha muito orgulho nesse trabalho que foi realizado; foram feitas muitas intervenções. O mandato da CDU não foi só o mandato passado, não sabendo se estaria também equivocado relativamente a essa matéria. A CDU fez muitas intervenções no concelho e tinha muito orgulho nisso, e não deixariam nunca, por não se ter feito tudo — nunca tinham dito que tinham feito tudo —, de continuar a propor intervenções no espaço público que beneficiassem os setubalenses. Aquela não havia de ser a primeira nem seria a última proposta nesse sentido. E bem podia dizer que a CDU não tinha feito, porque só traziam propostas que não estavam feitas.

(Intervenção inaudível)

Sr. Vereador Nuno Costa — Disse para não se esquecer que havia muita coisa que também não ia fazer e que, no final do mandato, lá estariam para fazer a avaliação. Mas, naquele momento, a CDU apresentava aquelas propostas e, em todas as reuniões de Câmara, trariam propostas de acordo com a ação junto das populações e com os anseios e necessidades das mesmas, e nada iria impedir que isso acontecesse.

Sr. Vereador Joel Marques — Disse que registava com alguma estranheza alguns termos em que a proposta era apresentada, concordando com as propostas, mas não deixava de ser

4

um facto que, quando se propunha deliberar que se averiguasse se as propostas estavam feitas, se os estudos estavam feitos e se o projeto estava concebido, “vamos ver”: a CDU saiu da liderança do executivo há poucos meses; a não ser que tenha sido feito algum projeto entre o final de outubro e o início de março, diria que ou havia falta de memória ou, efetivamente, os projetos não existiam.

Também tinha que dizer ao senhor Vereador Nuno Costa que, quando fazia as suas intervenções, às vezes devia “*olhar um bocadinho mais para estibordo do que aquilo que tem olhado*”, pois havia muitas intervenções que não foram feitas, mas o senhor fazia parte de um executivo que era presidido por alguém que já presidiu esta Câmara durante 15 anos. Havia muitas promessas que não tinham sido cumpridas, havia muitos projetos que não passaram do papel, dos desenhos e das capas de jornais, e havia muitas intervenções que, efetivamente, não foram feitas ao longo destes anos. Era bom saber também que quem liderava os destinos da autarquia nessa altura, a CDU também tinha rostos, dizendo isso com toda a clareza e com toda a convicção, até porque nunca tinha sido eleitor da CDU, nem de quem dela saiu ao longo dos anos.

Sra. Presidente – Referiu que, em relação àquelas duas propostas tinha razão, a CDU não tinha feito tudo o que prometeu, por circunstâncias várias, as quais normalmente eram explicadas. Citou como exemplo o projeto “*O Nosso Bairro, Nossa Cidade*”, que envolvia pequenas intervenções realizadas passo a passo entre as juntas de freguesia e a Câmara Municipal. Fizeram, e o que não tinham feito explicaram o que não tinha sido feito, nunca tinham tido problemas desses. Quando o senhor Vereador falava das capas de jornais estava a referir-se a medidas que não tinham sido executadas porque o governo da época não as autorizou ou até as boicotou. Sabiam porque é que não tinham feito, não tinha sido porque não lhes tinha apetecido, e com certeza que aquelas também não tinha sido só porque não lhes tinham apetecido. Acrescentou que o mesmo se aplicava ao executivo do PS, que durante 16 anos também não conseguiu cumprir todas as promessas feitas em seus programas eleitorais ou na gestão diária, pois, caso contrário, não teria perdido as eleições. Se tinham perdido era porque a população também os tinha julgado e concluiu que não tinham feito tudo o que prometeram, ou não o tinham feito da melhor forma. Portanto, havia circunstâncias várias que qualquer governo, ou qualquer partido não conseguia cumprir.

Em relação às propostas em discussão, afirmou que os vereadores poderiam apresentar as propostas que desejassem. No entanto, algumas propostas pareciam mais direcionadas a quem estava no executivo, o que não fazia muito sentido. Propostas daquelas pareciam que diziam “*tens o teu trabalho organizado, mas agora fazes esta*”, não tinha muito sentido.

Nesse contexto, convidou o Vereador Nuno Costa a assumir um lugar no executivo, se ia trazer mais propostas daquelas, explicando que havia muito trabalho a ser feito e podia ajudar, porque assim era fácil. No momento, o executivo estava focado em prioridades já definidas, como a resolução da questão da Salmoura, que envolvia um investimento de treze milhões de euros. Apesar de que isso também ter de ser resolvido e ser importante, mas ficava como uma recomendação, iriam votar favoravelmente como uma recomendação. Não era a proposta dizer que tinha que ser prioritária, parecia que aquilo parecia um plano de trabalho de um deles. Não tinha vindo nenhuma proposta dos outros partidos assim. Convidou, a quem fazia propostas daquelas a ir para ali. Havia lugar aberto para o senhor Vereador e para os outros, eram onze, havia lugar para onze: queremos vir com propostas e com trabalho para a nossa população, havia lugar para onze, a lei dizia que era assim. Se não era fácil, fazia-se a proposta e dizia-se que era prioritário: “*se faz favor façam isto*”, não iam fazer isso. Esclareceu para quem os estivesse a ouvir e que fosse daquela localidade, informou que não iam fazer aquilo. Iam votar como uma recomendação e como uma preocupação. Sabiam que tinham que fazer aquela e muitas outras. Referiu no documento entregue, o número de estradas que se encontravam em situação crítica, que tinham partido, era impressionante. Destacou, a estrada para o Outão, que estava encerrada, e outras vias danificadas, como a Rua Idelira Lourinhã Elias, que tinha partido ao meio, a Rua da Mata, além de outra que naquele momento não lhe ocorria o nome, que tinha nome de filme, que

exigiam intervenções urgentes, algumas com custos superiores a cem mil euros. Só aquelas fugiam à questão da Salmoura.

O senhor Vereador ia ali dizer que aquilo era prioritário, no dia seguinte vinha outro Vereador com outra proposta prioritária, sabiam que era prioritário, e também as queriam fazer, votavam favoravelmente e ficavam ali guardadas, porque além daquela, à frente daquela estavam aquelas estradas que incapacitavam as pessoas de ir ao hospital, ou não podiam ir para casa, e estava a Salmoura.

Ressaltou que a população esperava há muitos anos pelo Plano de Pormenor da Salmoura e que o compromisso com a população era iniciar, até final do corrente ano, uma obra no valor de dois milhões e novecentos mil euros. A primeira fase era a Rua de São Gonçalo. Muitas famílias enfrentavam problemas diários há anos devido a estradas sem pavimentação, sujeitas a pó ou lama. Assim, ainda que votassem favoravelmente, não lhes poderiam conferir prioridade, mantendo, no entanto, o devido respeito pelas pessoas em causa.

Sr. Vereador Joel Marques – Manifestou não saber qual era a estrada com nome de filme, mas sabiam que havia estradas que “*Tudo o Vento Levou*”. Solicitou esclarecimentos sobre a afirmação da senhora Presidente de que algumas promessas foram bloqueadas por diversos governos. Especificamente, pediu que fosse indicado quem, entre Primeiro-Ministro, Ministro ou Secretário de Estado, teria impedido a concretização do novo Estádio no Vale da Rosa, prometido em 24 de março de 2010, ou qual membro do governo teria bloqueado projetos como a “Fábrica das Artes”, o “Projeto da Macau Legend” ou mais recentemente a “Cidade do Conhecimento”, que incluía bibliotecas e universidades. Desejava saber quais membros do governo impediram a realização dessas iniciativas.

Sra. Presidente – Disse que lhe trazia por escrito.

Sr. Vereador Joel Marques – Agradeceu.

Sr. Vereador Nuno Costa – Referiu que, quando diziam que a intervenção deveria ser considerada prioritária, tal significava que a mesma deveria ser enquadrada no conjunto de prioridades definidas pela Senhora Presidente e pelo Senhor Vereador, não implicando a sua antecipação relativamente a outras. Esclareceu que a intenção era a sua integração na ordem de prioridades existente, sendo, contudo, necessário avaliar a prioridade de cada intervenção. Acrescentou que se trataria de uma obra a desenvolver pelos Serviços Municipalizados, com exceção do passeio pedonal, que eventualmente poderia ser executado em articulação com a Junta de Freguesia, recordando que, no passado, esta já havia realizado diversas intervenções deste género, do passeio pedonal da Rua da Cascalheira. Referiu ainda que seria necessário criar pontes, salientando que apenas com a consideração da proposta e a sua inclusão na agenda seria possível procurar soluções.

Lembrou que não tinham acesso a um mapa com as intervenções a realizar, desconhecendo, por isso, esse enquadramento, pelo que considerava que esse seria também um trabalho a desenvolver, nomeadamente a definição, em conjunto com a oposição, do conjunto de prioridades e das obras em calha. Na ausência desse trabalho, considerava natural o surgimento de propostas daquele tipo.

Recordou igualmente que existia o entendimento de que a Câmara não se recomendava a si própria, pelo que, na sua opinião, não seria adequado apresentar uma recomendação sobre essa matéria, uma vez que as recomendações se destinam a outros órgãos ou entidades. Assim, a Câmara deveria apresentar propostas ou não as apresentar, não existindo outra forma de atuação.

Por fim, reiterou que a proposta não visava ultrapassar outras prioridades já existentes, as quais reconheciam e entendiam deverem ser cumpridas.

Sr. Vereador Paulo Maia – Referiu que, relativamente à proposta referente à Rua da Cascalheira, considerava tratar-se de uma proposta que, tal como referido pela Senhora Presidente, dizia respeito ao executivo, reforçando que os propósitos apresentados eram do executivo e não da Câmara, de departamentos até.

Acrescentou que tais propostas se destinavam, em grande medida, aos departamentos e aos trabalhadores responsáveis pela sua execução, envolvendo aspetos de elevada especificidade que deveriam ser tratados pelo executivo e por quem desenvolve o trabalho técnico, incluindo questões como o betuminoso, entre outras, que fazem parte integrante do projeto. Saliu que, ao recomendar um projeto, este deve contemplar todos esses elementos, incluindo a forma como será executado.

Referiu ainda que as propostas relativas a estas matérias devem dispor de cabimento orçamental, sob pena de serem consideradas nulas caso tal não se verifique.

Por último, o senhor Vereador Nuno Costa deu nota de que não se encontrava exaltado, tratando-se da sua forma de expressão. Mas reconhecia que existiu uma diferença entre a forma como se dirigiu ao senhor Vereador Bruno Russo na primeira intervenção e na segunda, distinguindo, portanto, que a sua forma de se expressar tinha duas formas, uma mais exaltada e outra menos exaltada, mas não era exaltação da parte do senhor Vereador.

Sr. Vereador Nuno Costa – Disse que já tinham feito intervenções no passado, com aquele tipo de propostas por exemplo da Rua da Cascalheira, e que a Senhora Presidente tinha conhecimento disso, através da cedência de materiais e aquele tipo de intervenção que era possível ser feita desse género.

Referiu que aquela proposta pretendia chamar a atenção para a situação, para que quem de direito procurasse soluções. Acrescentou que não era necessário um projeto de execução para realizar obras daquela natureza, sendo suficiente um estudo, pelo que poderiam avançar com um estudo ou projeto, executando a intervenção de diversas formas. Saliu que o mais importante era considerar a proposta, uma vez que havia crianças que faziam diariamente aquele trajeto, sendo, por isso, relevante que a situação fosse tida em conta. Concluiu que era esse o objetivo da apresentação, sinalizando o problema e a respetiva situação.

Sra. Presidente – Disse que a oferta se mantinha.

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 112.

37. Deliberação n.º 100/2026 – Proposta n.º 04/2026 – GAVCDU – Proposta para a Construção de Passeio Pedonal na Rua da Cascalheira como Ligação Segura entre Áreas Residencial e Comercial

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 113. (ver ponto 36).

38. Deliberação n.º 101/2026 – Proposta n.º 05/2026 – GAVCDU – Criação de Comissão de Trabalho para elaboração do Regimento das Reuniões da Câmara Municipal de Setúbal - RETIRADA

O senhor Vereador Nuno Costa apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 114.

Sr. Vereador Paulo Maia – Disse que gostaria de fazer uma pergunta mais específica. Questionou o que o senhor Vereador achava que estava mal no regulamento anterior que foi aprovado e que estava em vigor e que a primeira reunião de Câmara serviria exatamente para essa questão de validar o que é que seria mal, se era necessário mudar o regimento ou não e, portanto, gostaria de lhe perguntar o que é que achava que estava mal neste regimento para se poder criar uma comissão para estudar isso. Era um regimento que esteve em vigor 4 anos, ninguém nesta câmara, que se recordasse falou na possibilidade de alteração do regimento, que era uma das formas que tinha sido contemplada na primeira reunião, portanto, gostaria de lhe fazer esta pergunta, o que é que achava que estava mal no regimento em vigor, para se poder trazer uma proposta daquelas.

Sr. Vereador Nuno Costa – Disse que o regimento que estava em vigor, estava subsidiariamente porque o regimento diz que era válido para o mandato de 2021/2025 e esse mandato já terminou, portanto, deixava essa discussão para depois, não ia fazer ali a discussão do regimento. Portanto, no início de cada mandato cabia à nova composição dos vereadores e Presidente de Câmara aprovar um novo regimento para o mandato. Era isso que se estava a propor, ninguém tinha tido essa iniciativa, tinham tomado essa iniciativa e achavam que pelo menos deviam discutir nem que fosse para adequar a legislação, e para garantir que tinham um regimento válido para o corrente mandato.

Sra. Presidente – Propôs que fosse discutido em reunião privada. Se tivessem de acordo retirava-se aquela proposta e discutiam todos em reunião privada.

Sr. Vereador Nuno Costa – Disse que estava de acordo.

Sr. Vereador Paulo Maia – Deu uma nota, para dizer que estava em vigor e referiu o artigo 47.º do regimento que apontava na sua vigência: “*O presente Regimento entra em vigor no dia útil seguinte após a sua aprovação e vigora até à sua alteração ou substituição, por deliberação da Câmara Municipal*”, portanto, estava em vigor.

Sr. Vereador Nuno Costa – Disse que seria sempre assim, dizia isso, mas dizia também que foi feito para o mandato 2021/2025.

Sr. Vereador Paulo Maia – Referiu que vigoraria enquanto não houvesse alteração.

Sr. Vereador Nuno Costa – Disse que era verdade, que ninguém estava a tomar decisões fora de um regimento, não era isso que estava a dizer. Ele tinha sido feito para um mandato, estava em vigor até ser alterado por deliberação, foi feito para aquele mandato vinculava aqueles que o discutiram, veio uma nova composição e fazia-se isso em todos os mandatos, com todos os órgãos eleitos. Era assim na Assembleia da República, na Assembleia Municipal, já tinham feito uma comissão permanente, pensava que já tinha sido aprovado o regimento da Assembleia Municipal ou estavam a discuti-lo, ali também não era diferente, era assim em todos os órgãos, havia um novo mandato, discutia-se o regimento.

Sra. Presidente – Referiu que tinha estado ali em vários mandatos e tinham discutido uma vez só para alterar o horário. Uma vez em 20 anos.

Sr. Vereador Nuno Costa – Disse que o atual regimento referia mandato de 2021/2025.

Sra. Presidente – Disse que não custava nada falarem todos numa reunião privada.

Sr. Vereador Nuno Costa – Disse que retirava a proposta.

A proposta foi retirada.

C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sr. Roberto – Disse que tinha ficado a saber que no concelho de Setúbal havia muitos problemas, como ponto de água, gatos ou carregadores para carros elétricos. Levantou uma questão relacionada com a proposta n.º 25 de 2021, que tinha a ver com o Plano de Recuperação e Resiliência, onde foi aprovado um orçamento de 15,39 milhões para a recuperação do Bairro 20 julho, dos quais 3,5 milhões de euros era para dar início no ano de 2025. Questionou qual o motivo do atraso, sendo que estavam em 2026. Questionou se era um problema de gestão interna. O Bairro 20 de julho era um dos bairros mais antigos de Setúbal, com 48 anos de antiguidade. Estavam a falar de saúde pública porque havia crianças, idosos, expostos a problemas de amianto.

Sra. Tânia – Disse que tinham ido ali no sentido de perceber o que se estava a passar, porque as obras de reabilitação no Bairro 20 de Julho estavam bastante atrasadas, tiveram conhecimento que em 2021, no âmbito de programa 1.º Direito, foi aprovado financiamento para 8 bairros por precisarem de reabilitação. O Bairro 20 julho estava englobado nesses 8 bairros. Mas pelos vistos esse financiamento tinha ido por água abaixo, porque tinha vindo a situação do PRR, para poderem entrar novos bairros para concorrer para a reabilitação. Muitas pessoas no bairro inscreveram-se para receber esse apoio, no entanto estavam até à data sem perceber o que ia acontecer, tinham-lhes dito que já não haveria obras, e visto que este bairro já estava referenciado desde 2021, questionou porque é que agora vinha como segunda prioridade, porque pelo que tinha percebido nesse apoio tinham entrado mais bairros e o Bairro 20 de Julho tinha ficado para trás na prioridade de reabilitação. Estavam a falar de um bairro muito mais antigo que a Alameda, que o Bairro da Bela Vista. Pensava que naquele momento o Bairro 20 Julho era o bairro mais degradado na cidade de Setúbal, num dos lotes chovia do 6.º andar até ao r/c, faltavam telhas, não havia luz, não havia nada. A questão era que se já estava aprovado desde 2021, entrava o PRR para ajudar e ficavam no fim da fila, se deveriam ser dos primeiros prédios para recuperar. Referiu que percebia que existissem algumas prioridades, porque no caso daquele apoio tinha que ser gasto até ao fim de 2026, com obras finalizadas, mas o que era certo era que não podiam estar à espera de um novo projeto para aprovar aquilo que já estava aprovado desde 2021. Naquele caso aquilo deveria estar a acontecer em paralelo com o PRR, porque estavam à espera desde 2021 e o que acontecia era que agora nem em 2026.

Sr. José – Disse que, relativamente à reunião do dia 25, com o Dr. Alexandre dos Serviços Municipalizados tinha corrido tudo bem.

Referiu que, na última reunião de Câmara, tinha abordado a questão do passeio na Avenida dos Ciprestes, tendo a senhora Presidente informado que iria verificar o seu estado. Acrescentou que possuía fotografias e questionou para onde as poderia enviar.

Recordou ainda que, na reunião anterior, tinha questionado a previsão para a conclusão das obras da Rua de Moçambique, não tendo obtido resposta por parte da senhora Presidente. Sublinhou que tinha um investimento substancial em curso nessa zona e que gostaria de saber quando a obra estaria concluída.

Relativamente à Praça de Touros, referiu que tinha conhecimento de que se tratava de um projeto de longo prazo, dado o elevado investimento necessário.

Questionou também sobre o IMAPARK, nomeadamente quando estariam previstas as obras, uma vez que poderia estar interessado em realizar investimentos nesse local.

No que diz respeito ao Mecenato “Árvores com Nome”, abordado na reunião anterior, e à intenção de doação de mil árvores à Câmara, questionou se não seria mais adequado

direcionar esse apoio para os animais do canil, que considerava necessitarem mais. Sugeriu que pessoas que não pudessem ter cães ou gatos pudessem tornar-se mecenas de um animal, contribuindo para a sua alimentação e bem-estar. Considerou que essa solução poderia ser mais benéfica, esclarecendo que não estava contra o apoio às árvores, mas entendia que os animais deveriam ser uma prioridade.

Relativamente à marina e ao hotel previstos para a zona ribeirinha, referiu tratar-se de um projeto que já transitava do mandato anterior da senhora Presidente, tendo gerado grande expectativa, mas sem conclusão até ao momento. Mencionou a existência de estudos e de um investidor — que desconhecia, mas que sabia tratar-se de uma grande empresa — e salientou que a concretização da marina seria muito benéfica para a cidade, para os setubalenses, para a economia local e para o país.

Referiu ainda que a Câmara tinha aprovado o aproveitamento de fundos do PRR para a requalificação de prédios abandonados na baixa de Setúbal. Salientou que esta zona se encontrava degradada há muitos anos, com numerosos edifícios devolutos. Reconheceu que muitas dessas situações resultavam de problemas de heranças, dificultando a identificação dos proprietários, mas considerou que a Câmara deveria intervir quando estes não assumissem responsabilidades, realizando obras e procedendo ao arrendamento dos imóveis. Sugeriu que esses arrendamentos pudessem ter uma duração de 25 a 30 anos, após a qual os prédios seriam devolvidos aos proprietários.

Relativamente à via que liga a rotunda do Montebelo Norte à rotunda junto ao LIDL, passando em frente aos Bombeiros Sapadores, referiu que a situação estava a tornar-se caótica devido à concentração da zona comercial. Afirmou que lhe tinha sido prometido, pelo Presidente do mandato anterior e pelo senhor Vereador Carlos Rabaçal, que seria feita a ligação entre o LIDL e o McDonald's à Quinta da Amizade. Indicou que existia projeto e que lhe tinha sido garantido que a obra seria executada durante o mandato, o que não se concretizou.

Acrescentou que existem duas ligações possíveis: uma desde a rotunda do antigo sucateiro até à Quinta da Amizade e outra entre o LIDL e a mesma zona, o que permitiria reduzir o fluxo de trânsito na estrada de Algeruz. Referiu que esta via apresenta passeios demasiado estreitos, que não permitem a circulação simultânea de duas cadeiras de rodas. Mencionou, a título pessoal, que tem dois filhos com deficiência motora e que, em situações de cruzamento, tal circulação se torna impossível, uma vez que o passeio deveria ter cerca de 90 cm de largura.

Criticou ainda o investimento realizado na obra, afirmando não compreender a sua finalidade, e considerou que o passeio deveria ter sido corrigido. Referiu que a justificação apresentada foi a preservação de sobreiros, mas contrapôs que, noutras situações, esses mesmos sobreiros foram abatidos, nomeadamente aquando da construção dos armazéns da Decathlon, durante um mandato anterior da senhora Presidente.

Sra. Presidente – Disse que em relação ao Bairro 20 de Julho, foi um bairro que teve intervenção PROQUAL, nessa altura não era dos piores.

A candidatura ao PRR foi aprovada, e bem pelo executivo, portanto, trouxe todos os bairros e fizeram os projetos e as estimativas de quanto é que custavam cada um dos projetos e foi aprovado em reunião de Câmara, e bem, mas depois tinha que ir para outra entidade, que era o IHRU. E, o IHRU não aprovou o Bairro 20 de Julho.

(Burburinho na sala)

Sra. Presidente – Disse que não era a Câmara que mandava.

(Burburinho na sala)

Sra. Presidente – Disse que precisava de reabilitação e esperou por uma abertura financeira.

(Burburinho na sala)

Sra. Presidente – Disse que não estava aprovado financeiramente, não podia estar.

(Burburinho na sala)

Sra. Presidente – Questionou se era no PRR ou antes do PRR.

(Burburinho na sala)

Sra. Presidente – Disse que tinha que ver, mas mesmo que estivesse aprovado antes do PRR, da parte da Câmara não havia condições para fazer essa obra.

(Burburinho na sala)

Sra. Presidente – Disse que não podia ter sido.

(Burburinho na sala)

Sra. Presidente – Disse que tinha saído em outubro, até lá não tinha sido, só se tivesse sido a seguir.

(Burburinho na sala)

Sra. Presidente – Disse que não tinha sido.

(Burburinho na sala)

Sra. Presidente – Disse que isso era a proposta a reunião de Câmara, não queria dizer que houvesse financiamento para isso.

Dra. Sara – Disse que foi definida uma estratégia local de habitação que aprovou a intervenção nos bairros todos de habitação pública. Nessa estratégia foram estabelecidas prioridades e, se a memória não lhe falhava, o bairro em causa encontrava-se em terceira prioridade, tendo sido organizados conjuntos de bairros por níveis de prioridade.

Referiu que todas as candidaturas do Município de Setúbal foram submetidas até ao dia 30 de março de 2022, tendo ela própria entrado em funções no dia 1 de março de 2022. Acrescentou que todas as candidaturas de todos os bairros foram submetidas em conjunto com o gabinete de fundos comunitários. Indicou ainda que os moradores do Bairro 20 de Julho entregaram a documentação necessária para que, no caso dos proprietários, fosse assegurada a respetiva participação, incluindo intervenções no interior das habitações, caso fosse possível.

Disse que o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) comunicou, entre abril e maio, que, em meados de janeiro do mesmo ano, já não havia margem para receber mais candidaturas. Referiu que, apesar de o Município de Setúbal, tal como a maioria dos municípios do país, ter submetido as candidaturas dentro do prazo (cujo termo era 30 de março de 2022), o Instituto não estava à espera de receber um volume tão elevado de candidaturas. Por essa razão, as candidaturas foram sendo aprovadas gradualmente, e foi-se começando à medida que os fundos iam sendo disponibilizados.

Acrescentou que o Município nunca teve, até à data, capacidade financeira para suportar obras desta dimensão, dado tratar-se de valores muito elevados. Referiu que, até ao momento, a informação disponível era a de que o Bairro 20 de Julho não dispunha de financiamento para a obra no âmbito dos fundos do PRR.

Disse ainda que, caso fosse aberta uma nova fase de candidaturas para reabilitação de habitação pública, poderiam tentar submeter novamente o processo, desde que os projetos estivessem prontos. Tinham a documentação preparada e submetiam à aprovação e tentavam que fossem feitos.

(Burburinho na sala)

Dra. Sara – Disse que todas as candidaturas tinham sido enviadas e que todas possuíam um número SIGA, mas que não foram aprovadas, uma vez que, a nível nacional, foram submetidas mais candidaturas do que o previsto. Esclareceu que a triagem foi efetuada pelo IHRU e não pelo Município.

(Burburinho na sala)

Dra. Sara – Disse que se tratava de um prédio de propriedade mista, com inquilinos e proprietários.

(Burburinho na sala)

Dra. Sara – Reiterou que estavam a falar de prédios de propriedade mista.

(Burburinho na sala)

Sra. Presidente – Disse que, noutros casos, a situação era idêntica, mas que a questão não residia nesse aspeto. Referiu que, quando havia financiamento, este era atribuído ao prédio, e depois entregavam na parte de fora daqueles que eram mesmo propriedade mista, e aí pagava a Câmara. Acrescentou que não valia a pena prolongar a discussão, reconhecendo que os municípios tinham razão, mas que, naquele momento, não havia financiamento disponível, conforme indicado pelo IHRU.

(Burburinho na sala)

Sra. Presidente – Disse que iriam analisar esse problema, mas para a reabilitação do prédio, que, naquele momento, não havia financiamento. Referiu que o processo estava submetido e que aguardavam a abertura de novas candidaturas, não no âmbito do PRR, mas através de um fundo do próprio do Governo para a habitação, prevendo-se novas candidaturas até ao final do ano.

(Burburinho na sala)

Sra. Presidente – Disse que não se tratava de esquecimento por parte da Câmara, questionando essa afirmação e reiterando que existiam documentos que comprovavam o contrário.

(Burburinho na sala)

Sra. Presidente – Disse que tal não correspondia à verdade. Referiu que, na altura, estava na Câmara, tinham feito o PROQUAL e suportou, do seu próprio bolso, um valor superior a oito mil euros para a instalação de estendais, tendo posteriormente sido chamada ao Tribunal de Contas por essa decisão.

(Burburinho na sala)

Sra. Presidente – Esclareceu que essa situação ocorreu no Bairro 2 de Abril e não no Bairro 20 de Julho, tendo resultado numa sanção aplicada, cujo encargo foi assumido pela própria.

(Burburinho na sala)

Sra. Presidente – Reiterou que, naquele momento, não existia financiamento disponível para a intervenção.

(Burburinho na sala)

Sra. Presidente – Questionou se a munícipe já tinha observado o estado do Bairro Azul, perguntando se considerava que esse bairro não necessitava igualmente de muitas obras.

(Burburinho na sala)

Sra. Presidente – Disse que esse bairro apresentava diversos problemas e que estava a ser intervencionado.

(Burburinho na sala)

Sra. Presidente – Disse que iria ser intervencionado, apelando à calma.

(Burburinho na sala)

Sra. Presidente – Disse que o senhor Roberto possuía prova de que a Câmara Municipal não se tinha esquecido do bairro.

(Burburinho na sala)

Sra. Presidente – Acrescentou que essa prova demonstrava que a situação tinha sido considerada.

(Burburinho na sala)

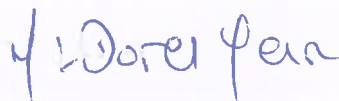
Sra. Presidente – Pediu que aguardassem, indicando que falariam a seguir à reunião.

A Sra. Presidente submeteu à votação a aprovação das minutas das deliberações tomadas, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, a Sra. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram 21 horas e 50 minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

A Sra. Presidente da Câmara,



Maria das Dores Meira

Esta ata foi aprovada na reunião da Câmara de 06 de maio de 2026, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita, e contém 67 folhas numeradas e rubricadas pela Sra. Presidente da Câmara.

O Diretor do Departamento Financeiro e Recursos Tecnológicos,



António Manuel Palhas de Jesus Pereira

Elaborada por:
Aldora Poeira
Inês Ferreira

Conferida por:
Ana Paula Lico

Revista por:
António Palhas